

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social

Paulo Felipe Lopes de Carvalho

Corpos Políticos em Insurgências Urbanas: a cidade e as *Muitas* de Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte
2020

Paulo Felipe Lopes de Carvalho

Corpos Políticos em Insurgências Urbanas: a cidade e as *Muitas* de Belo Horizonte/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Educação.

Orientadora: Lúcia Helena Alvarez Leite

Belo Horizonte
2020

C331c
T

Carvalho, Paulo Felipe Lopes de, 1987-
Corpos políticos em insurgências urbanas [manuscrito] : a cidade e as Muitas de Belo Horizonte MG / Paulo Felipe Lopes de Carvalho. -- Belo Horizonte, 2020.
189 f. : enc., il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Lúcia Helena Alvarez Leite.
Bibliografia: f. 185-189.

1. Muitas (Movimento) -- Belo Horizonte (MG) -- Aspectos educacionais -- Teses.
2. Educação -- Teses. 3. Educação -- Relações raciais -- Teses. 4. Educação -- Relações étnicas -- Teses. 5. Educação -- Relações de gênero -- Teses. 6. Pessoas LGBTQ+ -- Participação política -- Teses. 7. Negras -- Participação política -- Teses. 8. Negros -- Participação política -- Teses. 9. Movimentos sociais -- Aspectos educacionais -- Teses. 10. Corpo humano (Filosofia) -- Teses. 11. Sociologia educacional -- Teses. 12. Sociologia urbana -- Teses. 13. Ativistas políticos -- Teses. 14. Vida urbana -- Relações étnicas -- Teses. 15. Vida urbana -- Relações raciais -- Teses. 16. Vida urbana -- Aspectos sociais -- Teses. 17. Vida urbana -- Aspectos políticos -- Teses. 18. Política e educação -- Teses. 19. Participação política -- Teses. 20. Política urbana -- Teses. 21. Administração municipal -- Participação do cidadão -- Teses. 22. Movimentos sociais urbanos -- Belo Horizonte (MG) -- Teses. 23. Movimentos sociais -- Aspectos políticos -- Teses. 24. Minorias -- Direito à educação -- Teses. 25. Belo Horizonte (MG) -- Educação -- Teses. 26. Belo Horizonte (MG) -- População urbana -- Teses.

I. Título. II. Leite, Lúcia Helena Alvarez, 1956-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 323.042

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Corpos Políticos em Insurgências Urbanas: a cidade e as Muitas de Belo Horizonte - MG.

PAULO FELIPE LOPES DE CARVALHO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 10 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Lúcia Helena Alvarez Leite - Orientador

UFMG

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda

UFMG

Prof(a). Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

UFMG

Prof(a). Patricia Maria de Souza Santana

PBH

Prof(a). Jailson de Souza e Silva

UFF

Belo Horizonte, 24 de março de 2025.

Prof(a). Jaíma Pinheiro de Oliveira
Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação
em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente por Jaíma Pinheiro de Oliveira, Subcoordenador(a), em 24/03/2025, às 20:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4071812 e o código CRC 72EB1B53.

Aos jovens estudantes da E.E Professor Hilton Rocha, dedico!

AGRADECIMENTOS

O exercício da tese, de encarar tantas perguntas, transformá-las e buscar respostas, embora solitário, só é possível no diálogo com outros, nos encontros e vivências com aqueles que nos alimentam de vida e sustentam nosso espírito. Por isso, agradeço a tantas pessoas que antes e durante os quatro anos de desenvolvimento deste trabalho estiveram ao meu lado e de alguma maneira se presentificam nestes escritos.

Minha Gratidão!

Aos meus pais Heloiza e Paulinho e aos meus irmãos, Daniela, Daniel, Gabriel e Clarinha, por tanto amor envolvido em nossas relações, por tantas resistências.

À amiga-irmã Lu Terra, pelos constantes aprendizados. Agradeço também pelo trabalho de design lindo que realizou nas imagens que abrem as seções deste trabalho.

Aos amigos de vida com os quais aprendo imensamente entre alegrias, diálogos e conflitos, Daniel Costa, Glenda, Carlos (Kverna).

Aqueles que intitulamos família e são parceiros nas caminhadas desde sempre: Dona Neném (minha avó), tia Dete, Joseane, Henrique, Ana Paula, Nati, Bárbara, Alice, Beatriz.

À minha orientadora e amiga Lucinha, por inúmeros momentos de alegria, por me dar esteio nos momentos de desespero, por me incentivar constantemente e muitas vezes acreditar em mim mais que eu mesmo.

Aos inesquecíveis colegas do grupo TEIA e da Faculdade de Educação, pessoas mais que especiais: Bárbara, Clemência, Silvinha, Kassiane, Levindo, Patrícia Moulin, Juarez Melgaço, Augusta, Paulo Henrique, Dayse, Luana, Amandinha, Igor, Danilo Macruz, Lisa, Silvia Regina, Sullivan, João Paulo, Helô.

Aos colegas da *Turma da Lazineira* que sempre me proporcionam leveza quando estamos juntos, mesmo nos diálogos que julgamos mais densos e tensos, travados nas andanças pela cidade.

Ao coletivo Muitas de Belo Horizonte, pelas janelas abertas, pelas ricas conversas ao longo da pesquisa, especialmente, Cristal, Dú Pente e Ed Marte, com quem conversei mais de perto.

Aos professores e funcionários da E.E Professor Hilton Rocha, por me inspirarem a ser um educador melhor a cada dia, em especial, Alessandra, Cynthia, Fabiana, Selma, Arlem, Jacira, Janaína, Solange, Érica, RenataS, Marluce, Hamilcar, Vamberto, Flávia, Gel, Juliana.

Aos estudantes da E. E. Professor Hilton Rocha para quem esse trabalho é dedicado. Nesses anos difíceis de conciliação entre a docência no Ensino Médio e o doutoramento, foram eles, sobretudo, que me impulsionaram. Em cada dia juntos, em cada momento de conflito, em cada momento de reciprocidade, em cada sopro de vida e resistência.

Aos integrantes da banca examinadora desta tese, titulares e suplentes, por aceitarem dialogar acerca deste trabalho, Shirley Miranda, Paulo Nogueira, Patrícia Santana, Jailson Silva, Bárbara Ramalho e Geraldo Leão.

À minha psicanalista Leila Lemes, por me fazer ressurgir em momento de desespero.

Ao *cnpq* pela bolsa concedida.

RESUMO

Esta tese analisa ações políticas e de luta em trajetórias urbanas de sujeitos historicamente subalternizados nos processos que tecem as relações sociais da cidade: são moradores das periferias, mulheres, negras e negros, pessoas LGBTQI+. Sujeitos produzidos como inexistentes pelo padrão de poder/saber/ser que predomina na sociedade e são causados por processos de colonialidade, conforme Quijano (2010). Para tanto, dialogamos com um grupo político de Belo Horizonte chamado "Muitas", coletivo que insurge na cena urbana da metrópole em 2015 a partir do encontro de representantes de diversos grupos culturais, movimentos sociais, ativistas, artistas, líderes comunitários e educadores de Belo Horizonte. Em 2016, a partir de uma candidatura coletiva o grupo elege duas vereadoras para a Câmara Municipal e inaugura um mandato aberto e popular – a chamada Gabinete. Objetivando construir uma *etnografia urbana militante*, acompanhamos as Muitas desde seus primeiros encontros em espaços públicos da cidade, passando pela campanha eleitoral das candidatas em 2016 e perseguindo algumas ações do grupo pós eleições. Além disso, imergimos nas trajetórias urbanas - *corpografias* - de três sujeitos que compõem o grupo, Cristal, Dú Pente e Ed Marte, no intuito de perceber relações entre as trajetórias de vida de ativistas e as lutas insurgentes na cidade. A pesquisa nos permite pensar que as Muitas se configuram hoje como um movimento político inovador, representando uma forma coletiva, em rede, de marcar a representatividade das minorias nos espaços de poder, pensando as ações políticas na cidade a partir desses sujeitos, de suas demandas, necessidades e formas de viver a cidadania, mesmo diante de alguns desafios que conseguimos mapear. Identificamos ainda que as fissuras causadas pelas Muitas na estrutura segregada da cidade perpassam diferentes escalas e têm a arte com uma base forte de apoio. Ademais, são atravessadas principalmente pelas dimensões de classe, raça e gênero.

Palavras - Chave: Cidade; Corpos Políticos; Movimentos Sociais; Política Municipal; Questões Urbanas.

RESUMEN

Esta tesis analiza acciones políticas y de lucha en trayectorias urbanas de sujetos históricamente subordinados en los procesos que tejen las relaciones sociales de la ciudad: son residentes de las periferias, mujeres, negros y negros, personas LGBTIQ +. Según Quijano (2010), son sujetos producidos como inexistentes por el patrón de poder / saber / ser que predomina en la sociedad moderna y que son causados por procesos de colonialidad. Con este fin, dialogamos con un grupo político de Belo Horizonte llamado "Muitas", un colectivo que emerge de la escena urbana de la metrópoli en 2015 a partir de una reunión de representantes de diversos grupos culturales, movimientos sociales, activistas, artistas, líderes comunitarios y educadores de Belo Horizonte. En 2016, a partir de una candidatura colectiva, el grupo elige a dos concejales de la ciudad e inaugura un mandato abierto y popular llamado Gabinetona. Con el objetivo de construir una etnografía urbana activista y militante, hemos seguido a "Muitas" desde sus primeras reuniones en espacios públicos de la ciudad hasta la campaña electoral de los candidatos en 2016 y siguiendo algunas acciones del grupo postelectoral. Además, profundizamos en las trayectorias urbanas - *corpografías* - de tres sujetos que componen el grupo: Cristal, Du Pente y Ed Marte, para comprender las relaciones entre las trayectorias de vida de los activistas y las luchas insurgentes en la ciudad. La investigación nos permite pensar que "Muitas" están configuradas hoy como un movimiento político innovador, que representa una forma colectiva y en red, de marcar la representatividad de las minorías en los espacios de poder, pensando las acciones políticas en la ciudad desde estos sujetos, sus demandas, necesidades y formas de vivir la ciudadanía, incluso frente a algunos desafíos que podemos mapear. También identificamos que las grietas causadas por "Muitas" en la estructura segregada de la ciudad alcanzan diferentes escalas y tienen el arte con una fuerte base de apoyo. Además, son traspasadas principalmente por las dimensiones de clase, raza y género.

Palabras - Clave: Ciudad, Cuerpos Políticos; Movimientos Sociales; Política Municipal; Cuestiones Urbanas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRJ: Centro de Referência da Juventude.

CENUM: Coletivo Estadual do Negro Universitário

DA: Diretório Acadêmico.

ECE-BH: Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte.

EJA: Educação de Jovens e Adultos.

ELA: Escola Livre de Artes.

FIT: Festival Internacional de Teatro.

LGBTIQ+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais, Queers, outras orientações sexuais e identidades de gênero.

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

NET: Núcleo de Estudos Teatrais.

ONG: Organização não Governamental.

PCB: Partido Comunista do Brasil.

PEC: Projeto de Emenda Constitucional.

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade.

PUC - MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PUC-RJ: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense.

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UFF: Universidade Federal Fluminense.

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Convite do lançamento das candidaturas das Muitas, 2016.	44
Figura 2: Evolução da expansão urbana de Belo Horizonte – 1918-1995.	59
Figura 3: Praia da Estação.	65
Figura 4: Encontro aberto Parque Municipal Américo Renê Gianetti.	68
Figura 5: As 12 candidatas das Muitas 2016.	78
Figura 6: Atelier Criativo, Belo Horizonte.	79
Figura 7: Leilão de obras de arte.	79
Figura 8: Compromisso de campanha 1.	80
Figura 9: Compromisso de campanha 2.	81
Figura 10: Chamada pública, Muitas 2017.	83
Figura 11: Cê Fraga?	86
Figura 12: Encontro de Balanço do Mandato das Muitas: especial Cê Fraga?	89
Figura 13: Cartografia de iniciativas sociais e culturais das Muitas.	90
Figura 14: Árvore do Teatro do Oprimido.	93
Figura 15: Az Diferentonas na Câmara Municipal.	96
Figura 16: Teatro no Legislativo: formação de multiplicadores do Teatro do Oprimido.	97
Figura 17: Culminância do "Tô na Cidade".	99
Figura 18: Cristal em Belo Horizonte.	107
Figura 19: Cristal na Gaymada.	109
Figura 20: Reconstruindo e Construindo uma Jovem Cristal.	116
Figura 21: Cristal no bloco de carnaval Angola Janga.	118
Figura 22: Cristal em campanha nas eleições municipais de 2016.	121
Figura 23: Dú Pente na ocupação Carolina Maria de Jesus.	122
Figura 24: Dú Pente na Praia da Estação.	123
Figura 25: Dj Dú Pente no Canjerê.	128
Figura 26: Trabalho acadêmico inspirado em fotografia de Jimmy Hendrix.	130
Figura 27: A Exaltação do Black Power.	131
Figura 28: Ed Marte.	139
Figura 29: Ed Marte e Cristal no bloco de carnaval Corte Devassa.	140
Figura 30: Notícia do “Guia Gay”, Ed candidata.	145
Figura 31: Ed Marte e o coletivo Filme de Rua.	146
Figura 32: Documento de quebra da maldição desde seu nascimento.	148
Figura 33: Banõ en el Río” de Diego Rivera/Reprodução.	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Candidatas das Muitas e eixos de campanha, eleição municipal de 2016.....	46
Tabela 2: Explosões Programáticas, 2015.....	71
Tabela 3: Reconhecimento e Cartografia de Iniciativas sociais e Culturais de BH, 2018.	87
Tabela 4: Reconhecimento e Cartografia de Iniciativas sociais e Culturais de BH, 2019.	88

SUMÁRIO

1. Palavras Iniciais: indagações primeiras, caminhos percorridos entre Muitas.	15
1.1. Trajetórias em diálogo: confluências do pesquisador com as Muitas.	21
1.2. O campo teórico: dialogando com paradigmas anticoloniais.	29
1.3. Aspectos metodológicos: desenhando uma pesquisa militante e ativista.	34
2. A insurgência das Muitas de Belo Horizonte na desigual reprodução social da cidade. 43	
2.1. Os Movimentos sociais e as Muitas: diálogos.	52
2.2. Uma Belo Horizonte segregada, seus movimentos de contestação social e conversações com as Muitas.	57
2.2.1. Movimentos de contestação social recentes de Belo Horizonte: seus enredos, protagonismos, reverberações.	61
2.2.2. As Explosões Programáticas: a emergência das Muitas na cena urbana de Belo Horizonte.	68
2.2.3. A cidade que queremos é a cidade como direito.	74
2.3. A campanha eleitoral das Muitas: fortalecendo redes e nós.	76
2.4. A inserção das Muitas na câmara de Belo Horizonte: a Gabinetona, novas estratégias e fissuras na política municipal.	82
2.4.1. Mandato aberto e Popular: instrumentos de participação e projetos de lei aprovados. .	84
2.4.2. “Cê Fraga”? reverberações da doação de parte dos salários das vereadoras.	85
2.4.3. Fazer política com arte: o teatro no legislativo.	91
2.5. Desafios que emergem.	100
3. Corpos Políticos em Trânsito: trajetórias urbanas em diálogo.	103
3.1. Cristal Lopes: mulher negra, ativista, artista e rainha.	106
3.1.1. A infância, a escola e a transição de gênero.	109
3.1.2. A construção da ativista e a coroação como rainha do carnaval de Belo Horizonte.	117
3.2. Dú Pente: a construção de um ativista negro da cidade.	121
3.2.1. Infância e juventude.	123
3.2.2. A Universidade, a ampliação de redes na cidade e a construção de políticas antirracistas.	129
3.3. Ed Marte e suas lutas na cidade: entre arte, centro e periferia.	138
3.3.1. Da chegada em Belo Horizonte à formação do ativista social.	141
3.3.2. A campanha eleitoral e a inserção na Gabinetona: confluências entre arte e política.	144
3.4. Corpografias que ensinam.	149
3.5. Corpo, raça e gênero.	155
3.5.1. Corpo negro regulado e corpo negro emancipado.	156
3.5.2. Interseccionalidade.	160

3.5.3.	Corpos queer.	164
3.6.	A emergência da diferença em corpos que se afirmam no espaço público.	168
4.	<i>Considerar as ações, afinal: as Muitas numa cidade-mosaico.....</i>	174
5.	<i>Referências Bibliográficas: por cidades e mundos que queremos.</i>	184

**AmarElo – EMICIDA (feat.
Majur e Pablo Vittar)**

Presentemente eu posso me
considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço,
me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado: Deus
é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no
ano passado

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro

Eu sonho mais alto que drones
Combustível do meu tipo? A
fome
Pra arregaçar como um ciclone
(entendeu?)
Pra que amanhã não seja só um
ontem com um novo nome
O abutre ronda, ansioso pela
queda (sem sorte)
Findo mágoa, mano, sou mais
que essa merda (bem mais)
Corpo, mente, alma, um, tipo
Ayurveda
Estilo água, eu corro no meio
das pedra
Na trama tudo, os drama turvo,
eu sou um dramaturgo
Conclama a se afastar da lama
enquanto inflama o mundo
Sem melodrama, busco grana,
isso é hosana em curso
Capulanas, catanas, buscar
nirvana é o recurso
É um mundo cão pra nós,
perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva,
brota o papo reto
Num deixa quieto, não tem
como deixar quieto
A meta é deixar sem chão
quem riu de nós sem teto
(vai!)

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
(eu preciso cuidar de mim)

Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(esse ano eu não morro)
Tenho sangrado demais
(demais)
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Belchior tinha razão)
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro

Figurinha premiada, brilho no
escuro
Desde a quebrada avulso
De gorro, alto do morro e os
camarada tudo
De peça no forro e os piores
impulsos
Só eu e Deus sabe o que é não
ter nada, ser expulso
Ponho linhas no mundo, mas já
quis pôr no pulso
Sem o torro, nossa vida não
vale a de um cachorro, triste
Hoje Cedo não era um hit, era
um pedido de socorro
Mano, rancor é igual tumor,
envenena a raiz
Onde a plateia só deseja ser
feliz (ser feliz)
Com uma presença aérea
Onde a última tendência é
depressão com aparência de
férias
(Vovó diz) odiar o diabo é mó
boi (mó boi)
Difícil é viver no inferno (e
vem à tona)
Que o mesmo império canalha
que não te leva a sério
Interfere pra te levar à lona,
revide!

Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais
(demais)
Tenho chorado pra cachorro
(preciso cuidar de mim)
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro

Permita que eu fale, não as
minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não,

melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as
minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz,
sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as
minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me
resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que
vivi
Por fim, permita que eu fale,
não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me
definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e
fazer nós sumir

Tenho sangrado demais (falei)
Tenho chorado pra cachorro (é
o Sol que invade a cela)
Ano passado eu morri (ei!)
Mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais
(demais)
Tenho chorado pra cachorro
(mais importante que nunca)
Ano passado eu morri (mas aê)
Mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro (a
rua é nós!)
Ano passado eu morri (e as)
Mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Laboratório Fantasma)

Aí, maloqueiro, aí, maloqueiro
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo?
(Você memo)
Respira fundo e volta pro
ringue (vai)
Cê vai sair dessa prisão
Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol,
entendeu?
Faz isso por nós
Faz essa por nós (vai)
Te vejo no pódio

Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro.



***1. Palavras Iniciais: indagações primeiras, caminhos
percorridos entre Muitas.***

A escolha da letra de *AmarElo* para abrir esse trabalho não é neutra, ela representa um posicionamento político acerca do conhecimento que objetivamos construir e revela sobre quais sujeitos foram nossos interlocutores nos caminhos percorridos ao longo da pesquisa. Escrita pelo rapper Emicida, artista negro, oriundo da periferia de São Paulo e interpretada por ele e pelas cantoras Majur, mulher trans e negra e Pablo Vittar, jovem *drag queen*. A música representa a voz resistente de sujeitos para quem historicamente foram relegados lugares de subalternidade na sociedade. Mesclada à célebre letra do cantor Belchior, *ano passado eu morri, mas esse ano eu morro*, ela nos traz a dimensão do tempo, e nos diz: se no passado esses sujeitos eram marginalizados, ocultados, dizimados, cada vez mais e de formas diferentes, eles estão em reação, insurgem se fazendo presentes e potentes na cena social contemporânea, com seus corpos políticos, seus modos de ser e viver capazes de criar outros mundos.

Vale ressaltar que o videoclipe da música é ambientado na periferia de uma grande metrópole, o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, denunciando a segregação urbana a que certos corpos são submetidos nas grandes cidades na sociedade contemporânea. No entanto, ele anuncia esperança ao evidenciar corpos e sujeitos cicatrizados por desigualdades sociais, intolerância e violências, reagindo a processos que os ocultam, os subalternizam. Isso, para não serem lidos por essas cicatrizes que roubam identidades e fazem desses sujeitos alvos de seus algozes. Nesse sentido, a própria cidade se coloca como um algoz, mas também como um território de resistência.

Inspirados pela letra de *AmarElo* e pelas reflexões que ela nos suscita, convidamos para a leitura desta tese, no qual objetivamos percorrer ações políticas em trajetórias urbanas de sujeitos historicamente subalternizados nos processos que tecem as relações sociais da cidade: negras e negros, pessoas das camadas populares, LGBTQI+¹, mulheres, indígenas, moradores de ocupações urbanas, dentre outros. Sujeitos que foram e são produzidos como inexistentes pelo padrão de poder/saber/ser que predomina na sociedade moderna.

Segundo Arroyo (2012), são pessoas subalternizadas, oprimidas por diferentes formas de dominação econômica, política e cultural, mas que se fazem presentes como atores na cena

¹ A sigla significa lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, sendo o sinal mais, a possibilidade de outras orientações sexuais e identidades de gênero. Embora essa sigla não seja um consenso dentro da própria comunidade a que se refere, aqui iremos utilizá-la, por afinidade conceitual e por ser a sigla mais utilizada nos espaços em que o pesquisador se inseriu ao longo da pesquisa.

social, são outros sujeitos em ações, resistências e lutas. Nesse sentido, o intuito desta pesquisa foi conhecer os modos de ler, se apropriar, viver e resistir na cidade, a partir da perspectiva dos sujeitos pertencentes a grupos marginalizados e que por isso têm trajetórias na cidade ligadas a grupos de contestação social e/ou movimentos sociais. Isso nos permitiu identificar configurações políticas contemporâneas que insurgem nas interações e movimentos desses sujeitos pela metrópole, quando não aceitam os “não lugares” a que foram submetidos.

Para tanto, acompanhamos sistematicamente um grupo político de Belo Horizonte chamado Muitas. Esse coletivo surge em 2015 do encontro de representantes de diversos coletivos urbanos, movimentos sociais, ativistas, agentes culturais, artistas, líderes comunitários, educadores de Belo Horizonte. Nos últimos anos, com pautas e formas diversas o grupo tem contestado a maneira excludente como a cidade tem sido administrada, ocultando as demandas de determinados grupos sociais e vivências que se descortinam nos territórios marginalizados da metrópole, reafirmando o caráter segregador da cidade.

Partimos da defesa de que a construção de uma cidade mais plural e mais democrática deva ser atravessada pelo reconhecimento e pela legitimação dos múltiplos modos de vida e saberes que circulam e se apropriam dos territórios urbanos. É preciso, para isso, reverter o olhar para os coletivos populares da cidade que "se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processos de humanização/emancipação (ARROYO, 2012). Que processos são esses? Como os valores e culturas desses outros sujeitos podem ser reconhecidos nas políticas da cidade? Que cidade esses sujeitos desejam construir?

As Muitas insurgem reivindicando pautas sociais que envolvem a mudança de concepção política da cidade, trazendo como elementos centrais as questões de raça, gênero, acesso à cultura, à moradia, mobilidade urbana, dentre outras pautas que consideramos contra hegemônicas diante das relações que imperam na cidade. Assim, quando esses sujeitos marginalizados pela lógica segregadora de reprodução urbana se articulam por via das Muitas, eles buscam reverter o lugar de subalternidade conferido a eles na cidade, bem como a marginalização de vivências e práticas sociais que fundam formas outras de se apropriar da cidade, porém, são ocultadas.

Embora as Muitas seja um grupo constituído por pessoas que já atuavam politicamente em seus territórios, em seus locais de trabalho ou nos movimentos de contestação social da cidade, a emergência das Muitas como um coletivo político se deu em 2015. A partir de março desse ano, um grupo de pessoas ligadas a coletivos diversos de Belo Horizonte começou a marcar encontros periódicos em espaços públicos da cidade, sempre divulgados pela internet, nas redes sociais, conclamando toda população de Belo Horizonte a pensar as pautas políticas para a cidade na construção da *cidade que queremos*, mote dos primeiros encontros do grupo.

Ao longo dos encontros, as discussões realizadas e as pautas levantadas pelo grupo levaram ao lançamento de candidaturas a vereadoras e vereadores para as eleições municipais de 2016, visando a representatividade das pessoas historicamente marginalizadas na construção política da metrópole Belo Horizonte, as minorias sociais, no que tange ao acesso aos espaços de poder. Essa opção, de ocupar os espaços de poder pela via eleitoral, não foi um consenso entre o grupo, revelando desafios na aproximação dessa relação entre os movimentos sociais e a política eleitoral.

Assim, a ideia construída na articulação inicial das Muitas foi lançar uma candidatura coletiva, que tivesse candidatas² que representassem as pautas da cidade, do ponto de vista dos coletivos populares. Foram assim, lançadas 12 candidaturas pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), na coligação Frente de Esquerda Socialista, composta também pelo PCB (Partido Comunista do Brasil). O fato de se propor uma candidatura coletiva, pela via dos grupos de contestação social, marca a emergência de uma nova forma de se fazer política, mesmo que pela velha via partidária, que em tempos contemporâneos tem sido cada vez mais criticada pelos coletivos e movimentos sociais e setores outros da sociedade civil.

As Muitas, consequência da insurgência de grupos populares e identitários da cidade, passa a se configurar como um movimento político inovador em Belo Horizonte e representa uma forma coletiva, em rede, de marcar a representatividade das minorias nos espaços de poder e pensar a cidade, a partir desse público, de suas demandas, necessidades e formas de viver a cidadania.

² O termo candidatas será utilizado ao longo do texto sempre no feminino quando se tratar das Muitas. Reitera-se que é uma escolha política do grupo em afirmação e valorização do gênero feminino e em contraposição a uma linguagem misógina.

Nos encontros abertos realizados pelas Muitas em espaços públicos de Belo Horizonte, foram discutidas questões tensas que vão desde a necessidade do grupo de articular políticas que vão além da estrutura partidária, ou seja, no âmbito dos coletivos, até a valorização das culturas urbanas presentes em nossa cidade e o reconhecimento de todos como cidadãos, buscando pluralidade na representatividade política. Representatividade essa, que se daria com o acesso de grupos sociais historicamente marginalizados em espaços legitimados de poder e no enfrentamento de temáticas ainda tensas do ponto de vista social, por exemplo, a legalização do aborto e das drogas, a violência contra a mulher, o genocídio da juventude negra, eixos que fizeram parte da campanha das Muitas ao longo das eleições municipais de 2016.

A campanha eleitoral do grupo se distanciou do que é costumeiramente verificado nas campanhas e disputas eleitorais como um todo. De caráter amplamente coletivo, uma candidata pedia voto para a outra, afirmando as pautas construídas e ressaltando sempre a necessidade de reconhecimento dos sujeitos e coletivos marginalizados na construção das políticas públicas municipais. O resultado das eleições trouxe muitos desafios e colocaram as Muitas em um novo espaço de diálogo, uma vez que duas candidatas foram eleitas; Áurea Carolina, mulher negra, ativista do movimento Hip Hop, cientista social, e Cida Falabella, atriz, teatróloga, professora e ativista das pautas culturais da cidade.

Para fins de desenvolvimento desta tese, acompanhamos as muitas desde seus primeiros encontros em espaços públicos da cidade, passando pela campanha eleitoral das candidatas em 2016 e perseguindo algumas ações do grupo pós eleições na política municipal, além de acompanharmos as trajetórias urbanas de três sujeitos que compõem o grupo. Vale ressaltar que nas eleições de 2018 as Muitas se expandiram para as esferas estadual e nacional, mas nosso foco são as ações municipais das Muitas em Belo Horizonte.

Embora não tenhamos a intenção de fazer uma análise do mandato das vereadoras eleitas, tampouco das políticas e ideologias do PSOL, é necessário indagarmos: Como as presenças afirmativas de negras e negros, LGBTQI+, pessoas das camadas populares na cidade podem ser potencializadas, uma vez que passam a ser representadas em um espaço legitimado de poder como as Muitas? Que fissuras as Muitas podem causar à lógica capitalista que predomina na reprodução social da cidade, visando sua transformação? Como os movimentos e interações desses sujeitos pela cidade podem trazer novas perspectivas de construção política do urbano?

Em que medida as dimensões de raça e gênero intensamente vinculada à campanha das Muitas tensionam os processos que subalternizam sujeitos na cidade a partir da insurgência do grupo?

Neste primeiro capítulo, além dessas indagações motivadoras, trazemos confluências da trajetória do pesquisador na cidade com os sujeitos que protagonizaram a insurgência das Muitas, buscando revelar os interesses que permearam o desenvolvimento desta pesquisa. Dialogamos também sobre conceitos chave que nos permitem pensar algumas relações urbanas contemporâneas e os processos de colonialidade presentes na cidade, processados junto à lógica segregadora de reprodução do espaço urbano. Isso, no intuito de refletir sobre uma reprodução social urbana contra hegemônica capaz de fissurar padrões colonizadores que historicamente perpassam a construção social das grandes metrópoles brasileiras. Ainda versamos neste capítulo sobre o processo metodológico da pesquisa, no qual buscamos construir uma etnografia urbana militante.

No capítulo dois descrevemos a constituição do grupo Muitas em Belo Horizonte, evidenciando processos sociais históricos da cidade que propiciaram a insurgência do grupo. Descrevemos e analisamos o referido processo em diálogo com autores do campo dos movimentos sociais, sobretudo no tocante ao campo teórico dos *novos movimentos sociais*. Discutimos como foi o processo de campanha eleitoral que se espalhou pela cidade em encontros abertos chamados de *Explosões Programáticas*, eventos que se destacaram pelo caráter coletivo e formativo, do ponto de vista de questões sociais contemporâneas que atravessam a construção das políticas para a cidade. Dialogamos também acerca de como as Muitas têm enfrentado processos de segregação social urbana, a partir de sua movimentação enquanto grupo político oriundo dos movimentos sociais, coletivos urbanos e grupos culturais da cidade, mas que atua na política partidária e institucional.

No capítulo três, denominado corpos políticos em trânsito, apresentamos as trajetórias na cidade - *corpografias* - de três ativistas que compõem as Muitas e hoje atuam como assessores parlamentares das duas vereadoras eleitas pelo grupo, bem como mantêm suas atuações em coletivos e em outros espaços de atuação política da cidade. Nos aproximamos mais detidamente desses ativistas, os quais consideramos corpos políticos, para pensarmos a relação entre suas ações políticas e as experiências sociais vividas por eles na cidade, refletindo sobre os processos políticos urbanos, a partir da escala mais ampla possível, a do território do corpo.

Nesse sentido, conversamos acerca das dimensões de pobreza, gênero e raça que atravessam as ações desenvolvidas pelas Muitas, sendo sustentáculos das concepções os presidem. Ademais, as dimensões destacadas, marcam de diferentes maneiras as trajetórias dos ativistas com os quais dialogamos. Em consonância eles têm fissurado a lógica segregada da cidade criando mosaicos urbanos mais diversos que apontam para uma mudança na concepção política da cidade e na reprodução do espaço urbano.

1.1. Trajetórias em diálogo: confluências do pesquisador com as Muitas.

Ao abordar as interações urbanas e ações políticas, na perspectiva dos coletivos populares, do sujeito subalternizado diante dos padrões eurocêtricos de poder/saber/ser, marcados por processos de colonialidade que se reproduzem no urbano, em sua estética e em suas relações, interesse-me pela busca do sujeito na cidade, seus modos de vida, seus modos de perceber a cidade, de se deslocar pelo território, de se apropriar do espaço público. Movimentos esses que produzem saberes, práticas e políticas na e sobre a cidade, sobre nossos espaços de vivência muitas vezes deslegitimados pelo poder público e por quem historicamente tem pensado e desenvolvido as políticas urbanas nos espaços de poder e decisão.

Procurei ao longo da pesquisa, me ver e me colocar também como um corpo em trânsito na cidade, nesse urbano que exclui e privilegia as estruturas. Retomo um trecho do parecer do projeto que deu origem a esse trabalho, escrito pelo professor Paulo Henrique de Queiroz Nogueira da Faculdade de Educação da UFMG.

Cabe ao pesquisador imergir nesse caudaloso rio, imprimir sua presença, fazer-se perceber como um corpo que porta uma singularidade e que também carrega insígnias sobre si e os coletivos a que pertence, mais um como muitas. (Parecer do Projeto de pesquisa - 27/03/2017).

Trago aqui, aceitando a sugestão do professor parecerista, alguns pedaços e enredos de minha trajetória que confluem com o debate proposto nesta pesquisa. Nas palavras aqui escritas, reside percursos de um sujeito que na cidade viveu e vive os desafios e as especificidades de pertencer a grupos sociais que produzem sujeitos segregados ante a reprodução social da cidade.

Como sujeito nascido e criado na periferia de Belo Horizonte, pertencente à população LGBTQI+, me encontro em dimensões várias com os sujeitos dessa pesquisa, as Muitas pela cidade. Assim, procuro evidenciar os imperativos urbanos que cerceiam nossa cidadania e ao

mesmo tempo trago vivências que dizem sobre nossa existência na cidade, sobre nossa circulação, sobre os espaços que apropriamos, os territórios que construímos em encontros e disputas, mas que quase sempre são invisibilizados ou colocados do lado de lá das linhas abissais, que separam os existentes dos produzidos como inexistentes, de acordo com Boaventura de Souza Santos (2010).

Nesse sentido, ao refletir sobre a sociedade moderna ocidental, Santos (2010) afirma que há um pensamento abissal que se caracteriza por distinguir os visíveis e os invisíveis. Essa divisão, segundo o autor, é produzida por linhas radicais (as linhas abissais) que separam a realidade social em dois lados distintos.

A divisão é tal que o 'outro lado da linha' desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o Outro. A característica principal do pensamento abissal é a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2010, p. 32).

Nasci em uma família pobre, sem moradia, por isso ao longo de minha infância, adolescência e juventude, morei em diversos lugares da cidade. Nos alocávamos onde as condições financeiras permitiam. Revezávamos entre os bairros Boa Vista, Regional Leste de Belo Horizonte, onde nasci, e o bairro Goiânia, Regional Nordeste. A vivência da infância, adolescência e juventude nesses bairros me fez viver a cidade e enxergá-la do ponto de vista dos territórios marcados pela pobreza, onde ainda residem imaginários sociais que remetem à marginalização, inclusive dos sujeitos que ali habitam, de seus modos de vida, de suas organizações familiares e locais no território.

Sou mestiço, nas identificações oficiais, “pardo”, minha família materna é majoritariamente mestiça e minha família paterna majoritariamente preta. Trago essa informação, pois mesmo que o elemento pobreza faça parte de ambas as famílias o elemento raça determinou condições de vivência no urbano muito mais indignas e severas em minha família paterna. Por exemplo, tive alguns parentes, na minha faixa etária, que perderam suas vidas na lida das favelas, no alcoolismo, no envolvimento com o tráfico, pelo racismo institucional. Já na minha família materna, mesmo com a pobreza acentuada, essas histórias são inexistentes.

Lembro-me bem que o choque sobre minhas condições sociais e a percepção das desigualdades espaciais na cidade, das clivagens que marcam o urbano, me tomaram ainda na infância, na antiga 5ª série. Isso se deu no final dos anos 1990, eu morava no bairro Goiânia, regional Nordeste de Belo Horizonte, território marcado por pobreza social, e estudava na Escola Municipal Maria da Assunção de Marco, localizada, nessa época, no Santo Antônio, bairro de classe média e alta localizado na regional Centro Sul de Belo Horizonte. Esse trajeto entre os dois bairros era realizado cotidianamente, pois no bairro em que eu vivia não havia escola que contemplasse os anos finais do Ensino Fundamental.

Todos os dias eu e outras muitas crianças íamos de ônibus, fretado pela prefeitura exclusivamente para transportar os estudantes, do Goiânia ao Santo Antônio. Essa vivência trouxe muitos aprendizados, indagações e significados sobre minha vida na cidade. O primeiro impacto era a mudança brusca da paisagem que nos saltava aos olhos. E eu me perguntava, por que aqui tem isso? Lá no meu bairro não? Mais impactante do que isso, foi perceber que nossos corpos, meu e de meus colegas estudantes, carregavam marcas do nosso território de vivência que nos diferenciavam da grande maioria das pessoas que ali no bairro Santo Antônio viviam ou transitavam.

Recordo que às vezes conseguíamos "matar" aulas e sair da escola pelo muro, com a intenção de circular pelo bairro. Era evidente como os olhares nos atingiam, nossos corpos revelavam que não éramos dali, demarcavam diferenças e nos ensinavam que não éramos bem-vindos em qualquer lugar da cidade. Afinal, éramos crianças e adolescentes pobres, a maioria negros, que saíamos do nosso bairro para estudar em um bairro de classe média e de moradores brancos, majoritariamente. Foi quando percebi o quanto as condições sociais eram determinantes para ser aceito ou não em alguns lugares e para ter condições ou não de viver a cidade, de transitar por ela, de apropriar dela, de experienciar nossa cidadania plenamente, reconheci o quanto a cidade é segregada.

Na adolescência, por volta dos 15 anos, um outro elemento me fez entender o caráter excludente da cidade, mas não apenas pela via da pobreza, mas da identidade. Foi um período em que comecei a lidar com o fato de ser homossexual, de pertencer à comunidade LGBTQI+, momento de construção e entendimento da minha identidade, mesmo que durante toda a

infância eu tivesse sido chamado de "bichinha", "veadinho" e outras injúrias relacionadas a minha orientação sexual.

Ao resolver enfrentar essa questão, me vi num outro campo marginal da cidade, o dos guetos. Na tentativa de me encontrar com pares, entender o que eu estava vivendo, percebi que os espaços que poderíamos ser nós, expor nossa essência eram quase todos escondidos, eram territórios demarcados e estando fora deles, corríamos, inclusive, risco de vida.

Não só nos guetos e territórios demarcados a clivagem de gênero se faz presente nos nossos trânsitos pelo espaço urbano e na apropriação de determinados lugares, perspectiva essa que se relaciona com o corpo e a corporeidade. Penso que quanto mais elementos femininos num corpo que nasceu 'macho', mais restrições, marginalizações, LGBTQIfobia, ou seja, quanto mais "afeminado" mais sujeito à marginalização, fato revelado pela população transexual, por exemplo, que no Brasil têm expectativa de vida de trinta e cinco anos, o que corresponde aproximadamente a metade da expectativa de vida da população cisgênera, no geral.

Essas histórias, recortes da minha trajetória na infância e na adolescência, me fizeram perceber o quanto elementos como pobreza, raça e gênero são determinantes na configuração social das cidades, na experiência urbana, na vivência da cidadania. Cada dimensão dessas traz desafios para os sujeitos que se encontram com elas, as vivem. Assim, é urgente pensar a cidade do ponto de vista desses sujeitos, no intuito de construir mais pluralidade no espaço urbano, mais encontros, produzir um outro espaço urbano, considerando os corpos desses sujeitos e suas apropriações territoriais, o que passa também pela construção de políticas públicas voltadas a eles. Precisamos evidenciar o que esses diferentes públicos têm a dizer e quais as concepções de cidadania cada um carrega consigo.

Na vida profissional, escolhi a geografia como recorte para me ajudar a pensar e a entender essas relações, no tocante à minha trajetória. Uma trajetória na cidade amplamente formativa que me trouxe muitas inquietações, ampliou as minhas lutas e me impelem a buscar, enunciar, valorizar a voz desses sujeitos subalternos diante dos padrões coloniais que formaram as cidades no Brasil e ainda organizam a vida em sociedade, criando desigualdades assustadoras. Como geógrafo, desde a graduação tenho pensado as interrelações entre a cidade, seus sujeitos, os modos de apropriação do espaço público, os saberes que se produzem em contato com o

espaço urbano, a educação e a cultura, no intuito de contribuir para uma visão mais humana da cidade. Dimensões essas que nos permitam ver a cidade numa perspectiva mais diversa e que valorize as sutilezas da vida nos diversos territórios que compõem a metrópole e ao mesmo tempo questionem as relações de poder produzem pobreza e desigualdade na cidade.

Ainda na graduação, em pesquisa de trabalho de conclusão de curso, investiguei um grupo de crianças em atividades educativas em um parque de Belo Horizonte. Nessa pesquisa, pude constatar os desafios de ser criança na cidade, de entrar em contato com os espaços urbanos, na medida em que a cidade não considera o mundo da criança, as especificidades de ser criança na metrópole. Ao mesmo tempo, entrei em contato com sujeitos que demonstravam a potência educativa presente no contato com o espaço urbano, em interação com a cidade.

Essas constatações, mesmo que de cunho inicial, tendo em vista o caráter da pesquisa, corroboram importantes discussões que põem em centralidade o sujeito na cidade e dialogam com a temática dessa pesquisa, a construção da cidade pelos grupos sociais subalternizados, feitos invisíveis. Ao encontro dessa perspectiva, Lanski (2012), ao abordar os modos de apropriação do espaço urbano por crianças em uma praça de Belo Horizonte, evidencia a centralidade do mundo adulto no planejamento dos espaços urbanos, bem como as estratégias utilizadas pelas crianças para se apropriar da cidade. Dentre seus resultados, a pesquisa constata, ainda, que há uma diferença no acesso aos espaços públicos urbanos que se relaciona à classe social na qual a criança pertence, sendo privilegiadas aquelas das classes média e alta da cidade.

O intuito de trazer a perspectiva da criança nesse debate é corroborar com o entendimento de que a cidade ainda marginaliza modos de ser e de experienciar o urbano. Nesse sentido, que caminhos percorrer para que as interações dos diversos sujeitos sejam legitimadas na construção política da cidade?

Essas questões, importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, também tangenciaram minha dissertação de mestrado, Carvalho (2014), uma investigação etnográfica realizada junto a jovens adolescentes participantes de um programa de educação integral em um território marcado por extrema pobreza em Belo Horizonte. No processo investigativo, acompanhei os jovens em deslocamentos pelo bairro e pela cidade, no intuito de elaborar um entendimento conceitual sobre *territórios educativos*.

Nessa pesquisa, um dos resultados relaciona-se à dificuldade de saída dos jovens de seus territórios. A cidade planejada, a partir de uma perspectiva única, colonial, abissal, não confere o direito de circulação a sujeitos que não seguem um padrão imposto pela sociedade. Como moradores de periferia e negros, os jovens que acompanhei vivenciavam dificuldades várias para circular pela cidade, para se apropriar do espaço urbano, conseguindo adentrar ou conhecer certos espaços urbanos, apenas com a chancela da escola ou através de movimentos de resistência como o Hip Hop, por exemplo, além de outros.

Ao mesmo tempo, diante de vários impedimentos estruturais e simbólicos para circularem na cidade, minha pesquisa de mestrado revelou que os jovens valorizavam a identidade territorial do bairro em que viviam, uma vez que em grupo potencializavam sentimentos de apreço e afeto pelo território, criando seus pedaços (MAGNANI, 1998). Nesse sentido, no âmbito do bairro os jovens compartilhavam dos mesmos códigos de linguagem, frequentavam os mesmos espaços, compartilhando seus enredos de vida e produzindo naquele território o reduto de uma sociabilidade dada entre as características do território, as experiências familiares e as experiências escolares.

Esses resultados também se encontram com as percepções que tenho acumulado como professor de geografia na Educação Básica nos últimos oito anos. Atuo em um território marcado por pobreza econômica extrema, além de ser um território com grande atividade do tráfico de drogas, onde violências são escancaradas na cara da população cotidianamente. Nesse contexto, percebo entre os jovens educandos com quem trabalho, que suas experiências sociais e culturais na cidade são bastante restritas aos seus territórios de moradia, à espaços de lazer articulados pela população da periferia como os bailes funks e as batalhas de hip hop e aos deslocamentos para o trabalho, por exemplo, o que revela o caráter segregador da cidade.

Trazendo essa perspectiva, a partir da minha convivência com jovens que vivem nos territórios de pobreza, é importante reafirmarmos que, no Brasil, ficar vivo durante o tempo de vivência juventude, sobretudo nos grandes centros urbanos, é um grande desafio especialmente para população negra. Isso sinaliza para a dimensão do racismo institucional fortemente presente na construção social do espaço da cidade, pois além de limitar a circulação de corpos na cidade, determina lugares sociais de subalternidade para parcelas da população e dizima vários corpos, via Estado.

Essas relações nos fazem refletir que a população pobre tem vivenciado no Brasil processos sociais insuficientes de superação das desigualdades sociais em contextos de desigualdades socioeconômicas, como o das metrópoles brasileiras. Além disso, parte da população passa a ser culpabilizada pelas situações indignantes de vivência na cidade, na medida em que se distanciam de regras, padrões impostos de cidadania, revelando que ainda existe um olhar colonial sobre as famílias que vivem em territórios de pobreza.

Nesse contexto e buscando caminhos para superação dessas atrocidades, tenho participado de diversos debates e eventos pela cidade que buscam a valorização desses sujeitos e o reconhecimento de seus modos de vida. Nesses encontros, percebo que atos que parecem pequenos, politicamente são muito potentes no exercício de redesenhar o urbano, como por exemplo, possibilitar espaços onde as pessoas podem se vestir como quiser, trocar carinho, manifestar -se, transbordar-se no espaço público sem que isso seja um motivo para ser assassinado. Isso nos leva a pensar que as subjetividades nas interações dos sujeitos pela cidade também podem dar pistas para a construção de uma cidade mais plural. Nessas imersões pela cidade, percebo interseções entre sujeitos e coletivos que dão importantes contribuições para construirmos uma cidade outra, são as insurgências políticas.

É importante trazer, ao dialogar sobre corpos políticos e as lutas insurgentes, as ocupações estudantis de 2016 existentes em todo país, mas que tiveram inspiração nas ocupações estudantis do estado de São Paulo em 2015. Essas ocupações foram motivadas por uma reestruturação do ensino público, proposta pelo então governador Geraldo Alckmin. Tal reestruturação levaria ao remanejamento de mais trezentos e dez mil estudantes, além do fechamento de 200 escolas no estado. Conforme a discussão de Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) esse modo de mobilização foi inspirado na *Revolta dos Pinguins*, acontecida no Chile em 2006 e que também teve as ocupações escolares como principal forma de organização do movimento.

Em 2016, essas ocupações do estado de São Paulo inspiraram estudantes de todo o país a ocuparem suas escolas, indo de encontro da PEC (Projeto de Emenda Constitucional) nº 241 na Câmara Federal e PEC nº55 no Senado proposta pelo governo de Michel Temer. Essa medida congela investimentos públicos por 20 anos, inclusive na educação. Outra medida que motivou as ocupações foi a Medida Provisória nº746/2016, que propunha a reforma do Ensino

Médio. Isso significa a ampliação da carga horária anual de 800 para 1.400 horas, mas sem aumentar investimentos. Além da não obrigatoriedade das disciplinas; arte, educação física, sociologia e filosofia.

Essas ocupações insurgentes não se limitaram apenas às escolas de educação básica, mas se ampliaram também para as universidades brasileiras, públicas e privadas, numa grande demonstração de democracia e luta, protagonizada pelos estudantes.

Participei como membro da ocupação da Faculdade de Educação da UFMG, uma de nossas táticas na organização do movimento foi constituir comissões de trabalho, dentre elas a *comissão de rua*, no qual eu atuava. Essa comissão tinha o objetivo de se aproximar das ocupações das escolas de educação básica, articulando oficinas, “aulões”, buscando estrutura pra manter a ocupação, dentre outras ações, buscava uma interlocução entre as ocupações na educação básica e na educação superior.

Nessa experiência vivida já como doutorando, pude perceber que os estudantes líderes das ocupações eram em sua maioria, mulheres, LGBTQI+, negras e negros. Essa característica, ao longo do movimento fez por ressignificar suas pautas. Para além de ir contra as medidas do governo, esses sujeitos trouxeram como mote de suas lutas as questões do racismo, da misoginia, lgbtqifobia presentes nas escolas, pautando também uma mudança dos currículos tão duros e que muitas vezes não considera suas experiências. Nesse sentido, como os sujeitos das Muitas, em suas lutas nas ocupações de 2016, os estudantes evidenciaram que não aceitam a subalternidade dada a eles também no campo educacional, a partir de políticas públicas que oprimem seus corpos, suas trajetórias, suas relações sociais, insistindo em enquadrá-los em padrões societários.

Assim, esses sujeitos produzidos como inexistentes nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2007), buscam desestruturar modelos de organização política, educacional, social, cultural a que são submetidos, pois os apagam da cena social. Ademais, fazem por emergir *Culturas da Síncope*, (SIMAS e RUFINO, 2018), desestruturando ritmos, uma vez que somos educados para aceitar a lógica normativa. Nesse sentido, “as culturas da síncope, aquelas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis, e criam maneiras

imaginativas de preencher o vazio, com corpos, vozes, cantos” (SIMAS e RUFINO, 2018, p.19).

1.2. O campo teórico: dialogando com paradigmas anticoloniais.

Ao dialogar com as Muitas de Belo Horizonte, objetivando desenhar uma pesquisa que desvele a cidade produzida por sujeitos subalternizados em relação aos padrões coloniais dominantes, é importante que elucidemos alguns conceitos chave para encontrarmos pistas que nos permitam pensar processos políticos de descolonização de territórios da cidade e de trajetórias urbanas. Reiteramos que ao longo da tese serão utilizados autores que mesmo pertencentes a correntes teóricas diferentes, têm como objetivo comum o combate às desigualdades sociais a partir do questionamento dos padrões eurocêntricos que determinam a conformação de territórios, além de trajetórias e experiências humanas em todo o globo. Dialoguemos com eles.

Esta tese se apoia num campo amplo de pesquisas e teorias que convergem com os objetivos de nossa investigação. Dentre eles, os campos Decolonial, Pós-Colonial e das Epistemologias do Sul nos convocam para o diálogo, na medida em que se esforçam em construir uma leitura de mundo a partir da América Latina e da África, de continentes e povos que ao longo da história foram silenciados³. É trazer para o debate social um olhar do nosso território, do nosso povo, da nossa cultura, refutando padrões eurocêntricos que permeiam a formação estrutural de cidades latino americanas e imperam nas relações urbanas contemporâneas, ocultando experiências e culturas.

Vale ressaltar que não nos limitaremos aos campos de pensamento supracitados, mas sim a um conjunto de pressupostos consonantes, que primam por um entendimento da sociedade que refutam e almejam fissurar concepções coloniais que padronizam pessoas e processos sociais, sendo, portanto, anticoloniais. Podemos pensar que, em conjunto, esses campos resistem às linhas abissais segregadoras, inferiorizantes. Assim é preciso que nos esforcemos em criar um pensamento alternativo de alternativas, um novo pensamento, pós-abissal (SANTOS e MENEZES, 2010).

³ Esses campos apresentam diferenças conceituais básicas entre eles que aqui pouco dizem sobre os objetivos de nossa pesquisa. No entanto, convergem no questionamento das estruturas de poder colonial que ainda são responsáveis pela produção de desigualdades no mundo e buscam ler os processos sociais do ponto de vista dos povos colonizados, não dos colonizadores.

Aníbal Quijano, em 1989, elaborou o termo *colonialidade* a fim de denunciar que a dominação presente nos sistemas coloniais ainda se mantém, mesmo após o fim das colônias. Mais além, a elaboração desse conceito nos permite analisar, na contemporaneidade, processos de subalternização e marginalização que não foram superados pelo fim do colonialismo, eles persistem e são tangenciados, de acordo com o autor, por três eixos estruturantes: raça, gênero e trabalho. É a partir desses eixos que se materializam as relações de exploração/dominação/conflito. Nesse sentido, "a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista" (QUIJANO, 2010, p.85).

Com isso, podemos dizer que a colonialidade gera processos de classificação social que legitima alguns sujeitos e ideologias, subalternizando e deslegitimando outras, propositalmente, na organização do mundo global e na legitimação do *status quo* de continentes e povos que ao longo da história sempre dominaram o sistema-mundo. Nesse sentido,

no capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da "raça", e do "gênero", as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três classificações estarão presentes. (QUIJANO, 2010, p. 114).

Não obstante, a dimensão da colonialidade proposta por Quijano não atinge apenas as relações de poder, mas também se impõem nas dimensões do saber e do ser. Isto é, há um padrão de poder/saber/ser imposto pela lógica capitalista, européia, “nortecentrada” que legitima lógicas de vida e organização social e marginaliza outras. Nesse sentido, o autor nos convoca para uma interpretação da realidade a partir da América Latina, de suas culturas, de seus povos, indo de encontro à colonialidade do poder, que, no sistema-mundo tem o racismo como princípio estruturante das hierarquias sociais.

Na ideia de sistema-mundo, criada por Immanuel Wallerstein (2004) e abordada na literatura de Enrique Dussel (2005), são debatidas duas ideias de modernidade. A primeira delas é a modernidade eurocêntrica, baseada na valorização da razão como processo crítico que pode levar o ser humano a um novo patamar de desenvolvimento. Essa noção de modernidade parte de fenômenos exclusivamente localizados no continente europeu, indicando que seu desenvolvimento é dependente da Europa. Vale ressaltar, que nessa perspectiva a modernidade é inaugurada no século XVII, fortalecida pelas análises de Marx Weber, e pelas obras de Bacon, Galileu e Descartes.

Entretanto, de acordo com Enrique Dussel (2005), a modernidade inicia-se em 1492, com a expansão portuguesa que atingiu o extremo oriente e a América Hispânica. Para o autor, antes da expansão européia e início dos processos colonizadores, o mundo era composto por impérios e sistemas culturais que coexistiam entre si. Porém, a partir desse marco histórico, final do século XV, funda-se, a história da humanidade, bem como a modernidade, marcada por processos de intensa violência aos povos que faziam parte das terras colonizadas.

A Espanha, como primeira nação “moderna” (com um Estado que unifica a península, com a Inquisição que cria de cima para baixo o consenso nacional, com um poder militar nacional ao conquistar Granada, com a edição da *Gramática* castelhana de Nebrija em 1492, com a Igreja dominada pelo Estado graças ao Cardeal Cisneros, etc.) abre a primeira etapa “Moderna”: o mercantilismo mundial. As minas de prata de Potosí e Zacatecas (descobertas em 1545-1546) permitem o acúmulo de riqueza monetária suficiente para vencer os turcos em Lepanto vinte e cinco anos depois de tal descoberta (1571). O Atlântico suplanta o Mediterrâneo. Para nós, a “centralidade” da Europa Latina na História Mundial é o *determinante fundamental da Modernidade*. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de “Modernidade”: são efeito, e não ponto de partida. A Holanda (que se emancipa da Espanha em 1610), a Inglaterra e a França continuarão pelo caminho já aberto. (DUSSEL, 2005, p. 29).

Essa concepção de modernidade evidencia a centralidade da Europa na história mundial, e mais do que isso, escancara o processo de periferização que os outros continentes sofreram, sobretudo América Latina e África. Esse processo orquestrado inicialmente pelo capitalismo mercantil, com a exploração das terras “achadas”, criou paradigmas, muitos ainda persistentes, de compreensão da vida cotidiana, da ciência, da religião, como nos revela Dussel (2005). O que fez por subalternizar, a partir de processos distintos e de muita violência, territórios e povos que se distinguiram dos paradigmas criados pelo eurocentrismo.

Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo *mítico*, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência. O *mito* poderia ser assim descrito: **1.** A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica). **2.** A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral. **3.** O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à européia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”). **4.** Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial). **5.** Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas

próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera). 6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente, mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas. 7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imaturos), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera. (DUSSEL, 2005, p. 30).

Miguel Arroyo (2012) também tem dialogado com o campo das teorias anticoloniais ao versar sobre os movimentos sociais e seus sujeitos, trazendo à tona a questão da colonialidade. O autor assume que os confrontos entre culturas e identidades, bem como dos modos de pensar, são inerentes na formação de nossas sociedades e são permeadas de tensões na diversidade de fronteiras. Tensões essas que continuam transpassadas pelo padrão dominante de poder/saber/ser que classifica culturas, modos de ser, pensar e estar no mundo. Arroyo afirma ainda que, em meio a esse processo,

há um padrão cognitivo e pedagógico que tem operado como padrões de classificação social, étnica, racial, de gênero, de hierarquizações e bipolaridades cognitivas dos coletivos humanos: coletivos primitivos, irracionais, incultos, selvagens, ignorantes, segregados, do poder versus coletivos racionais, cultos, civilizados, detentores do poder/saber. (ARROYO, 2012, p.38).

Trazendo Boaventura de Souza Santos para esse diálogo, podemos perceber críticas que se aproximam das considerações de Aníbal Quijano, porém a partir de conceitos diferenciados, destacando, como já supracitado, a ideia de linhas abissais.

Para exemplificar as formas de materialização do pensamento abissal, o autor afirma que o conhecimento e o direito moderno representam os campos mais ferozes de manifestação desse tipo de pensamento. No campo do conhecimento, o pensamento abissal se expressa na legitimidade da ciência em controlar o que é verdadeiro e falso, o que faz por deslegitimar os saberes que não são produzidos em espaços e territórios legitimados pela ciência. Já no campo do direito, a distinção entre o que é legal e ilegal é dominada pelo direito oficial do Estado ou com o direito internacional (SANTOS, 2010).

Ao estabelecer um diálogo entre as colocações de Boaventura de Souza Santos e as dinâmicas dos movimentos sociais e ao considerar os sujeitos dos movimentos como outros, Arroyo

(2012), corrobora a ideia de que esses sujeitos são produzidos como inexistentes, o que os torna marginalizados perante as lógicas de dominação desenvolvidas pelo pensamento abissal.

Quando se pensam os outros como marginais, excluídos, desiguais, inconscientes, se reconhece sua existência, é possível a copresença do Nós e do Outro. No pensamento abissal, o lado de cá esgota a realidade relevante, existente. O Nós esgota a existência [...] Logo os Outros, ao não existirem, não são passíveis de serem incluídos, nem reguláveis, nem emancipáveis, nem capazes de estar copresentes nos mesmos espaços e nas mesmas pedagogias. (ARROYO, 2012, p. 50).

A partir do exposto e considerando que essa pesquisa foi desenvolvida no ambiente urbano, podemos inferir que as grandes cidades contemporâneas como Belo Horizonte se estruturam colonialmente, tendo como paradigma as linhas abissais de reprodução da sociedade, bem como aspectos da colonialidade do poder. Não é difícil fazer essa associação, na medida em que as políticas públicas urbanas pouco atingem os sujeitos produzidos inexistentes, quando os enxergam tentam fazer com que mudem de lado da linha, se modelem à lógica capitalista, a um modelo universal de cidadania que ainda se verifica na reprodução social do espaço urbano, no intuito de também apagar suas culturas.

Quando atentamos para as atrocidades que demarcam certas vidas nas grandes cidades, percebemos que os sujeitos subalternizados pela colonialidade do poder são os primeiramente atingidos. A materialização das colocações de Quijano, para quem a raça, o gênero e o trabalho estruturam os processos de colonialidade, são acirradas no ambiente das grandes metrópoles, onde morrem muito mais negros do que brancos, por exemplo, onde os índices de morte de pessoas da população LGBTQI+ são alarmantes, onde a população pobre amarga a falta de estrutura, de saneamento básico, de escola, tendo clivada sua cidadania.

Nesse sentido, trago para o debate, no intuito de combater uma concepção economicista de cidade, as considerações de Henri Lefebvre. O autor discute que após a consolidação do capitalismo, a cidade-empresa se sobrepôs à cidade-obra, e, nesse sentido, na reprodução social das cidades o valor de troca se impõe como hegemônico sobre o valor de uso, com isso, "o espaço encerra e oculta, tanto quanto as coisas, relações sociais" (LEFEBVRE, 1976).

O urbanismo dos administradores ligados ao setor público estatal. Este urbanismo se pretende científico. Este cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, tende a negligenciar o 'fator humano', como se diz. (LEFEBVRE, 2009, p. 31).

A partir dessa concepção, o que importa para Lefebvre (1991) na análise das cidades são os usos dos espaços como ruas, praças e edifícios pelas pessoas principalmente as relações humanas que ali imprimem dinâmicas sociais, como festas, encontros, brincadeiras, celebrações culturais, conflitos, aspectos geralmente desconsiderados pelos planejadores da cidade, os urbanistas. Ao trazer essa concepção, procuro trazer pistas sobre os estudos da cidade que possam corroborar a perspectiva teórica que aqui elegemos. Assim, cabe também perguntarmos como as Muitas, nas políticas desenvolvidas na cidade e nas ações cotidianas dos sujeitos, engendram processos que politicamente dão sinais para descolonizarmos o território da cidade?

Essas dimensões nos trazem preciosos elementos para analisarmos a experiência das Muitas, o que nos permite, inclusive, entender como os coletivos populares agem, se remodelam ao alcançar os espaços de poder. Há fissuras nos processos de colonialidade? Como esses sujeitos e coletivos populares reagem aos processos de subalternização?

Arroyo (2012) chama a atenção para a centralidade dada às ações desses coletivos nesses espaços de legitimação do conhecimento, das formas de organização da vida. Para o autor, quando esses sujeitos chegam ao lugares onde se validam as formas de pensá-lo indicam que ali pretendem marcar suas presenças contestadoras. Nesse sentido, em reação, insurge,

Uma presença coletiva afirmativa de que não se reconhecem, mas contestam as formas negativas, inferiorizantes em que foram pensados. Nessa afirmação como sujeitos resistentes contestam de maneira radical, na raiz, o pensamento que os pensou e os classificou como inexistentes, como meros objetos e produzem outras formas de pensar-se. Reações formadoras, pedagógicas. (ARROYO, 2012, p.58).

1.3. Aspectos metodológicos: desenhando uma pesquisa militante e ativista.

Motivados em trazer um caráter político, questionador, emancipatório para a pesquisa, sentimos a necessidade de buscar referências que nos permitam entender melhor uma possível produção do conhecimento, que valorize vozes historicamente silenciadas. Nos deparamos com a necessidade de situar essa pesquisa socialmente, de tomar posicionamentos, pois estamos num mundo em disputa, num Brasil em disputa. Isso, no desejo e na motivação de fazer as vozes dos sujeitos que dialogamos serem ecoadas.

Nos reportamos então às contribuições dos pesquisadores Breno Bringel e Renata Versiani Varela que dialogam sobre a pesquisa militante na América Latina e as novas possibilidades de construção do conhecimento, dialogando com os estudos anticoloniais. Eles entendem que a pesquisa militante se situa num espaço amplo que articula pesquisadores e movimentos sociais, buscando uma produção de conhecimento que leve à transformação social.

Bringel e Varela (2016), radicalizam ao abordarem a construção do conhecimento sobre a chamada neutralidade científica, negando-a. Para eles, essa suposta neutralidade insere o pesquisador em um compromisso com a desigualdade já existente no mundo. Urge assim, a necessidade de um posicionamento político dos pesquisadores que produzem conhecimentos que abordam as desigualdades e que almejam superá-las.

Assim, para além do debate teórico-epistêmico acerca do processo de produção de conhecimento, existe uma gama de experiências de profícua articulação entre teoria e prática em nosso subcontinente, nos espaços fronteiriços entre a Universidade, a intelectualidade e as coletividades organizadas, o que oferece um campo central para se (re)pensar os contornos e as potencialidades da pesquisa militante hoje. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 2).

No debate, os autores argumentam que a produção de conhecimento na América Latina está intimamente vinculada às desigualdades sedimentadas pelo capitalismo, o que se reflete na desigualdade existente na valorização do conhecimento científico produzido na periferia (América Latina, Ásia e África), deslegitimando saberes que não são produzidos sobre a chancela da racionalidade científica apregoada pelos grandes centros de pesquisa, como Estados Unidos e Europa.

Isso significou a criação de uma forma de entendimento da realidade que tem, como padrão civilizacional, a sociedade europeia e seus sistemas sociais, e uma forma de conhecimento que considera acriticamente, como ponto de referência necessário, a modernidade ocidental, garantindo a difusão e a consolidação das concepções de mundo capitalistas e ocidentais. Esse processo auxiliou, sobretudo, a naturalização, no entendimento e na percepção das pessoas, das diferenças pelas quais o capitalismo se estrutura, ou seja, tornam-se naturais, e não históricas e contingentes, as diferenças de classe, raça, gênero e etnicidade. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 4).

Nessa lógica, as universidades na América Latina, criadas dentro de padrões renascentistas, foram responsáveis em grande parte pela reprodução das desigualdades. Nesse sentido, contribuíram bastante para legitimar o poder do ocidente sobre o globo, nos campos cultural,

político e social. No entanto, Bringel e Varella (2016) relatam que ao longo da história houve diversos processos que almejavam questionar a racionalidade moderna, o que deu margem para a criação de pensamentos críticos no tocante às diferenças marcadas entre metrópoles e colônias.

Em linhas gerais, como debatem Bringel e Varella (2016), a universidade hoje na América Latina, ainda se baseia numa concepção ocidental moderna de ciência que se coloca como uma forma única de organizar o conhecimento a partir de normas, compartimentações, especializações e outras características. Isso confere à universidade o poder de julgamento no que tange à legitimidade dos conhecimentos produzidos. Ou seja, ela diz o que é válido ou não e dita regras do que é melhor para a sociedade, dentro do padrão ao qual foi construída, processo esse que significou o apagamento de muitos conhecimentos e saberes produzidos fora dos centros de poder.

Esse processo envolveu a subordinação e a subalternização de saberes já existentes nas regiões colonizadas, tais como o conhecimento produzido pelas populações negras e indígenas originárias, mas também compreendeu a desvalorização e a deslegitimação de esferas de conhecimentos, como o saber prático ancorado na experiência e o conhecimento popular e coletivo, gestado no cotidiano das comunidades e coletividades. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 6).

Essa dinâmica foi acompanhada pela produção de conhecimentos de caráter crítico e questionador em relação à dominação do 'norte', o que deu margem, num campo de disputas, à construção de um pensamento social que refuta essa colonialidade do conhecimento e ao mesmo tempo abre possibilidades de pesquisas militantes. No Brasil, por exemplo, a partir da década de 1960, mesmo com toda ação de apagamento de saberes, vivenciados no período da ditadura militar, bem como na década de 1990 com as políticas neoliberais, um campo crítico surgiu dando margem a posicionamentos e construções científicas distanciadas do sistema dominante de produção do conhecimento⁴.

A partir dessas colocações o que seria fazer uma pesquisa militante hoje nas periferias do mundo? Para que e para quem fazer ciência? Quais mudanças sociais pretendemos com o conhecimento no qual produzimos?

⁴ Carlos Rodrigues Brandão e Paulo Freire, por exemplo, são pensadores comprometidos com a crítica e a realidade social de povos marginalizados no Brasil.

Ao pensarmos que a produção do conhecimento está interconectada, sobremaneira, com as condições do sistema capitalista e a manutenção dos centros de poder, a pesquisa militante deve primeiramente tomar posicionamento, mudando a centralidade não só das análises, mas dos territórios e sujeitos. Sobretudo, é não alimentarmos a ideia de que a superação das desigualdades se dará apenas quando alcançarmos os conhecimentos legitimados. É mais do que dizer que direitos os povos subalternizados têm. Mas sim, dizer que modos de vida e que mundo são possíveis de se construir. Nesse sentido, a pesquisa militante,

seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 9).

Vale dizer que a pesquisa militante não tem uma maneira única de ser desenvolvida, há uma gama de modelos, paradigmas e tradições que as sustentam, como exprimem Bringel e Varella. O que nos interessa, sobretudo, é colocar a produção do conhecimento que venha do diálogo com grupos subalternizados num lugar legítimo, mais digno no tocante à produção do conhecimento, podendo esse conhecimento, atuar nas dinâmicas de transformação social.

A partir das várias dimensões presentes no problema de pesquisa, assim como já colocamos anteriormente, considerando as concepções da pesquisa militante, achamos necessário trazer suportes do campo da etnografia para a realização da pesquisa. Trazer a perspectiva etnográfica foi de suma importância em nosso contexto, pois ela permitiu levantarmos mais detalhes dos territórios, sujeitos e fenômenos investigados.

Nesse sentido, buscamos realizar uma pesquisa de maneira contínua, com comprometimento e por um período longo, assim como discute Corsaro (1985) que denomina este processo como *sustained and engaged (engajado e sustentado)*. Nessa mesma linha, a etnografia pode ser entendida como “o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma descrição densa” (GEERTZ, 1989, p.17). Essa “descrição densa”, no contexto pesquisado, nos auxiliou a entender a produção de significados que as dinâmicas e movimentos das Muitas imprimem ao território da metrópole. Nos auxiliou a compreender esses sujeitos em interação, como leem a cidade e que cidade demarcam social e culturalmente no âmbito da metrópole Belo Horizonte.

No contexto do campo metodológico que estamos colocando em diálogo com os objetivos da pesquisa, nos encontramos com uma preocupação que reside na relação da cidade com a etnografia, pensando a cidade como um território macro composto de outros tantos territórios. Essa preocupação, nesta proposta de pesquisa, deu-se a partir dos movimentos políticos que acompanhamos, sobretudo os deslocamentos entre as fronteiras que são intrínsecas à metrópole. Isso porque, nesse movimento, as cidades e o fenômeno urbano assumem centralidade considerando que Belo Horizonte foi o território investigado.

Questionando sobre como a etnografia pode auxiliar-nos a compreender as relações sociais desenvolvidas no ambiente das metrópoles e na busca de uma pesquisa militante e ativista nos reportamos ao pensamento de Magnani (2002). O autor, ao propor uma etnografia urbana, ou seja, no ambiente das cidades, preocupa-se em entender culturalmente as diversas maneiras como as pessoas se sociabilizam nos centros urbanos. Preocupação assumida nesta proposta de pesquisa, considerando, sobretudo, os sujeitos interlocutores.

Nessa perspectiva, há, como abordado por este autor, uma preocupação eminente na literatura sobre o urbano que discute as características e as relações existentes nas cidades. Segundo Magnani (2002), os estudiosos que se dedicam à referida discussão tomam como base, sobretudo, aspectos econômicos sobre o espaço e o território urbano. Nesse sentido, o autor defende que etnograficamente precisamos ter um *o olhar de dentro e de perto* sobre o território investigado.

As grandes cidades certamente são importantes para análise e reflexão, não apenas porque integram o chamado sistema mundial e são decisivas no fluxo globalizado e na destinação dos capitais, mas também porque concentram serviços, oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos, determinam estilos de vida – e não apenas aqueles compatíveis com o circuito dos usuários “solventes”, do grande capital, frequentadores da rede hoteleira, de gastronomia e de lazer que seguem padrões internacionais. A presença de migrantes, visitantes, moradores temporários e de minorias; de segmentos diferenciados com relação à orientação sexual, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão – toda essa diversidade leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo atomizado, mas na possibilidade de sistemas de trocas de outra escala, com parceiros até então impensáveis, permitindo arranjos, iniciativas e experiências de diferentes matizes. (MAGNANI, 2002, pág. 15-16).

Assim, esse olhar de perto e de dentro se relaciona intimamente ao campo da antropologia. Esse modo de olhar as cidades permite perceber dimensões mais subjetivas no ambiente urbano. Dimensões estas, estabelecidas em menor escala como as redes de sociabilidades, a circulação de pessoas na cidade, os modos de deslocamento, os conflitos e disputas, dentre outras características que, neste estudo, centralizou as Muitas pela cidade. Dessa maneira, esse modo de olhar, *de perto e de dentro*, permite dar mais visibilidade aos sujeitos que ocupam as cidades. Magnani (2002) coloca questões que sugerem outro olhar sobre as cidades, para além do quadro caótico, geralmente exposto pelos autores que discutem o tema.

Ainda dialogando com o autor sobre as possibilidades de realização de uma etnografia nas cidades, trazemos a perspectiva de que o método etnográfico vai além de uma técnica, ele pode utilizar de várias técnicas que dependem da natureza da pesquisa em desenvolvimento. Com isso, a etnografia pode ser compreendida mais como um modo de apreensão do que um conjunto de procedimentos (MAGNANI, 2002). Ainda sobre o método, o autor refuta a ideia de que o exagero de detalhes define uma etnografia, mas sim, remete o método etnográfico às interpretações e aos resultados obtidos através dos detalhes, suas maneiras de tradução.

Tomando como base essa discussão, como podemos compreender então a proposta de construção de uma etnografia urbana, no âmbito da metrópole? Ainda de acordo com Magnani (2002), seria objetivar um processo empírico, no qual fosse evitada a dicotomia existente entre as megaestruturas urbanas e os indivíduos. Nessa perspectiva, o autor propõe um olhar de perto, onde nas grandes cidades possam ser vislumbrados seus atores sociais e suas práticas cotidianas, bem como seus lugares de lazer, trabalho, as formas de sociabilidade na cidade, dentre outras possíveis dinâmicas engendradas pelos todos sujeitos que vivem na cidade.

Tais características, na ótica do autor, devem ser relacionadas à paisagem urbana onde as práticas dos indivíduos são levadas a cabo, bem como com a totalidade das características urbanas e da cidade onde determinados processos são investigados. Nesse caso, a paisagem urbana deve ser considerada como parte integrante da análise e não como cenário.

Considerando esse campo metodológico, vale ressaltar que a interação com os sujeitos que hoje compõem as Muitas se iniciou ainda antes da campanha eleitoral, em diversos eventos sociais, culturais e de militância que pude participar na cidade. Após o início da articulação dessas

pessoas e a consolidação do que hoje são as Muitas, a partir de março de 2016, iniciei o acompanhamento do grupo de forma mais sistemática em eventos abertos agendados pela cidade, em reuniões abertas na Câmara Municipal no qual as vereadoras do Muitas estiverem participando e em algumas reuniões fechadas, quando foi permitido.

É importante ressaltar que esse acompanhamento se deu também de maneira online, em páginas oficiais das Muitas, em redes sociais e em veiculações midiáticas sobre os integrantes do grupo, sobre o mandato na Câmara, e sobre os atos realizados pela cidade.

Quando as doze candidaturas das Muitas foram definidas, solicitei ao grupo autorização para acompanhá-los em alguns encontros fechados de organização da campanha, para além dos encontros abertos, os quais vinha frequentando desde o início da movimentação. Na medida em que o acompanhamento foi acontecendo, na interação, fui identificando quais daqueles sujeitos eu me aproximaria para uma investigação mais atenta sobre a trajetória na cidade, a formação como ativista social, os objetivos com a inserção na política eleitoral, tangenciando as questões iniciais da pesquisa.

À medida que fui acompanhando o grupo, percebi que a questão da raça, do lugar destinado à população negra na cidade, bem como as questões de gênero, tanto no que se refere às vivências das mulheres, quanto da população LGBTQI+, apareciam nos debates como elementos estruturadores das desigualdades visivelmente presentes na metrópole Belo Horizonte. Isso evidenciou a necessidade de me aproximar mais detidamente das trajetórias dos sujeitos que compunham aquele grupo, no sentido de perceber como as dimensões de raça e gênero permearam suas trajetórias na cidade, transformando-se também em suas plataformas de luta.

Ao longo do processo de pesquisa, me aproximei mais, devido à afinidade e à interação ao longo do processo, de três sujeitos integrantes das Muitas, ex-candidatas na candidatura coletiva de 2016, mas também inseridas em outros coletivos da cidade. O intuito foi acompanhar mais intensamente esses sujeitos, conhecer seus trânsitos, suas experiências de militância na cidade, de perto e de dentro. São elas: Cristal, mulher negra, trans, artista, ativista social, rainha do carnaval de Belo Horizonte; Dú Pente, jovem negro, LGBTQI+, ativista social, Dj, agitador cultural e Ed Marte, queer, produtor cultural, performance, ativista social. É importante dizer

que todos esses três sujeitos após as eleições foram atuar como assessores parlamentares das vereadoras na Gabinetona.

O contato com os sujeitos que acompanhei mais de perto ao longo da pesquisa iniciou - se antes mesmo da constituição das Muitas como grupo político e do lançamento de suas candidaturas como vereadores em 2016. Em espaços de militância ou eventos culturais da cidade, já havia encontrado cada um deles e me chamava atenção como eram protagonistas de lutas sociais presentes na cidade e como seus corpos, com estéticas contra hegemônicas, potencializavam essas lutas imprimindo em espaços da cidade identidades diversas que certamente contribuíam para e insurgência de concepções de cidadania mais democráticas a partir de suas experiências.

Por exemplo, já havia encontrado com Cristal Lopes, em *duelos de vogue*, que são campeonatos de dança da comunidade LGBTQI+. Esses duelos têm origem nos Estados Unidos dos anos 1980 e foi fomentado pela população LGBTQI+ negra nas periferias americanas. Eles se tornaram espaço de acolhimento e empoderamento dessa população e hoje são praticados em diversos locais do mundo, sendo a expressão de uma contracultura que emerge na arte de corpos periferizados que se afirmam como corpos políticos.

Também já conhecia Dú Pente anteriormente à formação das Muitas. Em momentos diversos presenciei algumas de suas atuações de militância na cidade, como na Praia da Estação, na ocupação da Câmara Municipal em 2013, nas jornadas de junho de 2013 e em alguns eventos culturais e acadêmicos. Nesses espaços, Dú Pente trazia o debate de raça apoiado na identidade expressa em seu corpo e em sua trajetória, um jovem negro que transformou suas experiências de racismo na cidade em luta social.

Quanto a Ed Mart, lembro-me bem da força de suas performances nas manifestações do movimento Fora Lacerda, com vestimentas sempre muito coloridas que transitavam entre o universo feminino e o universo masculino. Na Praia da Estação, Ed Mart também sempre se destacava com seus maiôs coloridos e suas *performances-protesto*.

É importante destacar esses encontros e interações que tive com os sujeitos da pesquisa antes de iniciá-la, pois eles influenciaram bastante as escolhas metodológicas que foram realizadas. Em 2016, início da pesquisa, interessava-me entender como aquela movimentação de ativistas,

o encontro de pautas políticas diversificadas, de movimentos sociais distintos, iniciada em 2015 com o mote *cidade que queremos*, poderia ser potente na superação das desigualdades na cidade, na fissura de relações tão segregadoras arraigadas na metrópole. Ao identificar a força de como as dimensões do racismo e das diferenças de gênero atravessavam o trabalho do grupo, pautadas pelas experiências de seus sujeitos, me interessei também em entender como essas experiências se transformaram em luta.

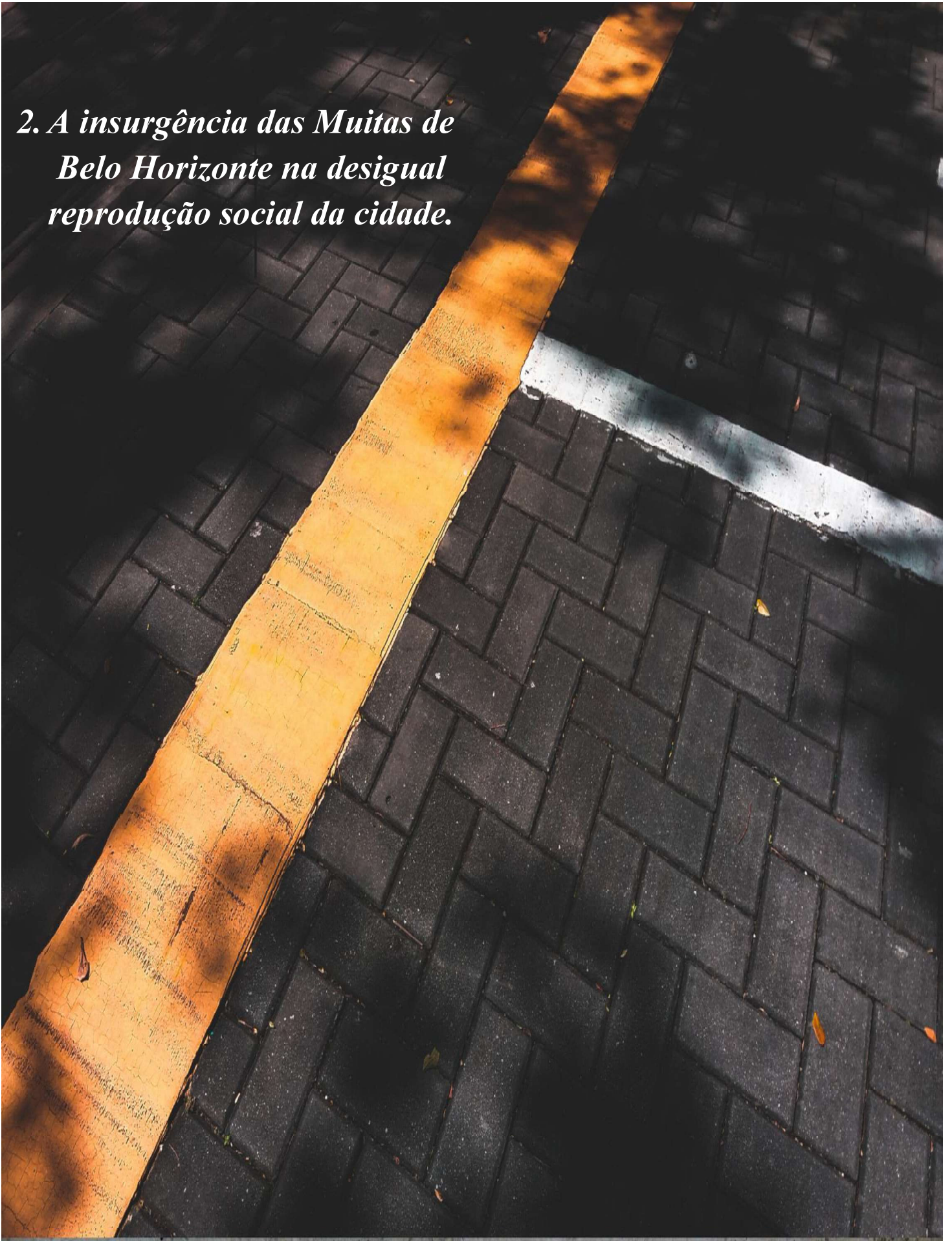
Apesar do desejo, na prática, investigar com detalhes a trajetória das doze candidatas das Muitas não seria possível. Escolhi, assim, três delas, como destacado, pautado também pelas interações anteriores que tivemos em momentos de luta, de lazer, em espaços culturais da cidade e na percepção da potência política de seus corpos.

No ano de 2016, a pesquisa permeou sobremaneira as movimentações de campanha, as pautas trabalhadas, a forma como atingiam a população, os debates, seminários, manifestações, festas, compromissos de campanha. Após o resultado das eleições, com a constituição da Gabinetona, algumas candidatas não eleitas se tornaram assessoras parlamentares, inclusive nossos sujeitos de pesquisa.

A partir daí, alguns desafios emergiram, pois além de buscar perceber se e como aquele grupo fissurava as lógicas estabelecidas na política municipal que historicamente rechaçou aqueles corpos, o que me impelia a estar em alguns espaços, eu também queria entender a trajetória anterior daqueles sujeitos, antes de chegarem na Câmara. Passei então a fazer dois movimentos empíricos de pesquisa, acompanhar as Muitas e algumas de suas ações na política da cidade e acompanhar os três sujeitos da pesquisa em ações políticas, não só no âmbito das Muitas, mas em outros coletivos aos quais pertencem, acompanhamento esse que foi realizado em 2017 e 2018 de maneira mais próxima e em 2019 de maneira mais esporádica.

Além disso, realizei entrevistas com Cristal, Dú Pente e Ed Mart, aprofundando em aspectos de suas trajetórias na cidade, passando pela escolarização, participação em grupos culturais, vida profissional, até a chegada nas Muitas.

*2. A insurgência das Muitas de
Belo Horizonte na desigual
reprodução social da cidade.*



Era um início de tarde ensolarado, domingo, agosto de 2016, Parque Municipal, centro de Belo Horizonte. Espaço apropriado por famílias populares, espaço de encontro, divertimento, manifestações culturais, comércio intenso de feirantes e ambulantes. A poucos metros dali, separados apenas por uma grade, a conhecida Feira Hippie ajudava a compor aquela paisagem, não apenas com sua estética, mas com seus cheiros e seus sons, da capoeira, das rodas de samba, da voz dos feirantes, das brincadeiras das crianças.

Inseridos nessa paisagem, em um gramado do Parque Municipal, um grupo de pessoas bem diversas se presentificavam, algumas chamando a atenção pela excentricidade de seus corpos. Nesse ambiente, em coletivo, elas formavam uma roda e estendiam seus panos e toalhas no chão distribuindo alimentos e bebidas sobre eles, como se estivessem organizando uma grande ceia coletiva.



Figura 1: Convite do lançamento das candidaturas das Muitas, 2016.

Fonte: <https://www.facebook.com/events/1117533184992700/>. **Acesso em:** 20/12/2017.

Aos poucos, o lugar foi enchendo, alguns chegavam e se abraçavam como velhos amigos, outros, ao se aproximarem, olhavam indagando aquela movimentação. A música também fazia parte do momento, auxiliando a construir um ambiente visivelmente acolhedor, pacífico, festivo e democrático, enquanto o espaço era organizado para a realização de uma grande roda de conversa.

A cena descrita se refere ao lançamento da candidatura coletiva de doze candidatas das Muitas para vereadoras, o que ocorreu pela Frente de Esquerda Socialista, coligação composta pelo PSOL - Partido Socialismo e liberdade e pelo PCB - Partido Comunista do Brasil.

Nesse dia, eu estava ali como pesquisador, inteirado do que se tratava aquela movimentação, porém, me deparei com algumas pessoas que circulavam pelo parque e não sabiam do que se tratava aquele encontro, elas me indagavam. Quem são essas pessoas? O que vai ter aqui? Diante de minha resposta, muitos demonstravam surpresa em relação àquele evento estar ligado a política municipal, ao fato de haver ali, naquele espaço e daquela forma incomum, o lançamento de candidatas a vereadoras.

Ao longo da tarde todas as doze candidatas se apresentaram trazendo suas pautas políticas, sendo atribuída para cada uma delas uma *hashtag* (#) representando seu eixo da campanha. É importante destacar que esses eixos foram construídos coletivamente junto à população em encontros anteriores abertos pela cidade, chamados *Explosões Programáticas*, bem como são resultados das ações de alguns movimentos sociais e de grupos de contestação social de Belo Horizonte, uma vez que as candidaturas partem dessas instâncias.

No decorrer do encontro, as candidatas, além de apresentarem suas propostas, sinalizaram compromissos coletivos junto à população, como, por exemplo, a doação de parte dos salários das vereadoras para iniciativas populares da cidade, caso houvesse eleitas entre o grupo. Além disso, foi efetivado o compromisso de realização de um mandato coletivo, aberto, transparente, popular e feminista.

CANDIDATAS A VEREADORAS DAS MUITAS NAS ELEIÇÕES DE 2016	
NOME	EIXO DE CAMPANHA
Áurea Carolina	#Mulheresnoper
Avelin Buniacá Kambiá	#Somostodosospovos
Bella Gonçalves	#Despejozero
Cida Falabella	#Culturapelacidade
Dário	#Maconhasemvergonha
Cristal	#Visibilidadetrans
Dú Pente	#Juventudenegraviva
Ed Mart	#Ediversidade
Polly do Amaral	#HumanizaBH
Marimar Poblet	#Animaiseverde
Fred Buriti	#LGBTIQ #Mobilidade
Nana de Oliveira	#Desmilitarizaacidade

Tabela 1: Candidatas das Muitas e eixos de campanha, eleição municipal de 2016.

Além das candidatas, outras pessoas que ali estavam, como estudantes, representantes de grupos culturais da cidade, artistas e professores, sobretudo quem já conhecia aquela construção coletiva, tomaram a fala para dizer sobre a importância da candidatura das Muitas. Isso, pois as pautas políticas construídas pelo grupo, naquele momento, questionavam e denunciavam os processos desenvolvidos no âmbito da política municipal de Belo Horizonte. Política que

historicamente tem um caráter segregador e excludente, fruto de planejamentos e de políticas públicas realizadas para servir ao capital, ou seja, elas se dão num contexto capitalista de reprodução do espaço da metrópole.

No entanto, ao longo do lançamento das candidaturas, percebi também resistências a partir da reação de algumas pessoas que acompanharam o encontro, por exemplo, quando a candidata Cristal se apresentou emocionada esbravejando seu orgulho em ser mulher trans e negra e estar ali representando esse público com sua candidatura, além de trazer propostas de políticas públicas para a população transexual da cidade como plataforma de sua candidatura. Outro momento que percebi um estranhamento por parte do público foi na fala do candidato Dário, quando enfaticamente trouxe para a campanha a temática da legalização das drogas, especialmente da maconha.

Diante das interrogações sobre aquele movimento, daquelas candidaturas, daquele modo de fazer política, sobretudo por parte de pessoas que não conheciam o grupo, eu me perguntava: Por que a alegria, a descontração, as cores, o afeto, a apropriação lúdica dos espaços da cidade, modos de ser, deslegitimam algumas práticas sociais e sujeitos? Essa indagação nos remete ao entendimento do quanto o debate político é relacionado aos espaços legitimados de poder, espaços esses que não dialogam com a vivência cotidiana na cidade ou até mesmo reverberam em seus projetos um cotidiano urbano que é atravessado pela desigualdade, pela força do trabalho, dificultando a emergência do novo, de novas formas de pensar, planejar e viver o urbano, padronizando corpos e vivências.

Ainda tateando as questões levantadas, sabemos que historicamente as decisões do poder público em relação às políticas municipais excluem grande parte da população, sobretudo aquelas que vivem nas periferias da cidade; o que vai ao encontro de uma colonialidade que se expressa no espaço urbano e subalterniza os sujeitos, sobretudo a partir das dimensões de classe, raça e gênero. Ao relacionar essas dimensões sociais às trajetórias urbanas, a cidade nos escancara qual sujeito tem direito a ela e qual sujeito está relegado aos espaços marginalizados.

Como resultado desse processo, os rumos da cidade, no que concerne ao desenvolvimento das políticas públicas, quase sempre são tomados por homens brancos oriundos de famílias abastadas, héteros, engravatados e em espaços que parecem mais uma *ilha* em meio à cidade,

dificultando os mecanismos de participação social nas políticas públicas urbanas e revelando processos de colonização ainda persistentes na reprodução social urbana.

É válido ainda refletir que até políticas dos setores progressistas, como o orçamento participativo e a construção de planos diretores para as cidades, mesmo importantes, não conseguem romper com esse distanciamento ainda fortemente observado entre quem produz e quem recebe as políticas públicas. Concordo com a geógrafa Arlete Moysés Rodrigues (2003), que defende a necessidade de pensar como as dinâmicas sociais e as movimentações da sociedade provocam transformações nas políticas públicas pensando também como as lutas sociais podem alterar essas políticas.

Essa perspectiva se aproxima das dinâmicas de organização das Muitas no momento de campanha, uma vez que as doze candidatas que compunham o grupo nas eleições de 2016, assim como as pautas levadas à cabo por elas, formam construções realizadas em diálogo com movimentos, coletivos populares, territórios e lutas diversas da cidade.

Assim, a partir do exposto, podemos refletir que as Muitas de Belo Horizonte surgem agregando pautas marcadas pela diversidade. Essas, além de serem contra hegemônicas para a cidade, na medida em que são trazidas representando a voz dos movimentos sociais e coletivos populares, refutam um modelo excludente de reprodução do espaço urbano, dado também por políticas públicas que tomam a cidade apenas como mercadoria.

Percebe-se também que há uma centralidade em sujeitos para quem historicamente foram relegados o lugar de subalternidade na cidade. Isso, não apenas pelo pouco desenvolvimento de políticas públicas voltadas para eles. Mas, também porque grande parte dessas políticas construídas no âmbito do poder municipal não considera as especificidades de vivência desses sujeitos, operando, a partir de uma escala e de um olhar único, colonial, determinando formas universais de viver a cidadania, de viver a *polis*.

Essas condições urbanas, dadas por processos de colonialidade na cidade, aprofundam a marginalização de sujeitos que não seguem um padrão de cidadania imposto por paradigmas eurocêntricos, bem como pela atuação do capitalismo que agiu com força na formação de Belo

Horizonte enquanto cidade planejada para servir ao capital, sendo assim ferozmente segregada pelas concepções que a fundaram e ainda hoje são preponderantes em sua organização social.

Embora não tenhamos a intenção de discutir a ideologia partidária, mas sim a movimentação das Muitas como uma insurgência urbana contemporânea, vale ressaltar que na apresentação das candidatas ficou evidente o compromisso de combate ao capitalismo e suas determinações nos rumos da cidade, corroborando a concepção da Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PCB) de combate à desigualdade racial e de gênero e também da hierarquia de classes. Essa última, atravessando de maneira geral todas as pautas do grupo, porém, mais explícita, nas propostas de enfrentamento da especulação imobiliária, presente nas lutas pela regularização das ocupações e a paralisação dos despejos.

É importante salientar a importância dessa concepção para as políticas da cidade, pois o capitalismo que se reproduz no espaço, na sua estética e na sua organização contribui também para a reprodução capitalista da riqueza. Nesse sentido, o espaço da cidade e o espaço urbano passam a ser ideologicamente manipulados pela reprodução do capital, se tornando um instrumento político capaz de apagar vivências e possibilidades mais democráticas de reprodução espacial. O que é perverso, pois cada vez mais as relações das pessoas na cidade são reduzidas ao mundo do capital, das mercadorias. Isso aumenta a fragmentação social urbana e marginaliza cada vez mais as camadas populares da cidade e de sujeitos que não seguem um padrão de cidadania imposto pelas relações capitalistas da metrópole contemporânea.

O escopo de temas trazidos pelas Muitas na candidatura, a escolha de se misturar a espaços onde a vida acontece na metrópole e de se espalhar pela cidade, a centralidade em sujeitos que trazem a voz dos movimentos sociais e dos grupos de contestação social, nos permite inferir que há uma fissura importante na concepção mercantilista de cidade na insurgência desse grupo, pois eles partem de uma concepção espacial anticapitalista, que se aproxima das considerações de Henry Lefebvre (1991) para quem o espaço se reproduz dentro de um tecido social, a partir das vivências, das relações humanas sobre ele e suas intencionalidades. Há assim uma íntima relação entre a reprodução do espaço e a prática social.

Ademais, Henry Lefebvre (1991), ao trazer a noção de espaço social considera três dimensões que se inter cruzam na dinâmica espacial. O *espaço concebido*, o que se relaciona ao espaço da

arquitetura e urbanismo, da estética e das artes, incluindo a literatura; o *espaço percebido*, que é resultado dos significados que as pessoas imprimem a ele e as sensações obtidas através dele; e, por último, o *espaço vivido* relacionado à vida que acontece nos lugares, aos cotidianos experienciados sobre esse espaço.

Para além do combate a uma concepção mercantil de cidade, revelando os fragmentos da metrópole como resultado das lógicas capitalistas de reprodução do espaço, a insurgência dessas candidaturas abarca também a dimensão identitária, no desenvolvimento das ações do grupo, sobretudo no que tange ao *gênero* e à *raça*. Isso, considerando que essas dimensões são, assim como as determinações de classe, atuantes nas desigualdades que conformam a metrópole. Nesse sentido, negras e negros, o público LGBTQI+, mulheres, pessoas das camadas populares, ao se articularem nas Muitas, buscam reverter o olhar de subalternidade que prevalece sobre eles, sobre suas vivências e práticas sociais, diante de um padrão de cidadania eurocêntrico.

A intenção de construir um mandato junto a esses sujeitos, pensando e articulando políticas de enfrentamento às subalternidades, revela um giro das Muitas na concepção de cidade e nos modos de desenvolvimento da política municipal. Fato que se dá no combate às determinações do capitalismo sobre o espaço urbano, conjugado com a dimensão identitária, o que permite pensar o desenvolvimento das políticas para a cidade também em uma escala mais ampla que considere não só as estruturas, mas os sujeitos e seus corpos como elementos indissociáveis do espaço urbano.

Para além desse giro na concepção do espaço da cidade, imbricado na construção da candidatura coletiva das Muitas, o momento de lançamento das candidaturas também deu pistas de desafios a serem enfrentados pelo grupo em relação ao modo insurgente de fazer política na cidade trazidos por eles. Um dos desafios que pude perceber foi a presença majoritária no evento de pessoas que, de alguma forma, já conheciam as Muitas, mesmo ali no Parque Municipal, onde aos domingos é ocupado por uma diversidade grande de cidadãos e por muitas pessoas que são das periferias da cidade.

Isso nos diz sobre a necessidade, inclusive discutida na ocasião, de pensar estratégias de participação cada vez maior da população nas decisões políticas, atingindo outros territórios e

expandindo as ações do grupo para além da espacialidade do centro, ou seja, em direção às periferias.

Nesse sentido, as Muitas insurgem também como um território fronteiriço. A escolha desse conceito para lermos as dinâmicas processadas na cidade pelas Muitas parte do pressuposto que a cidade é constituída por diversas fronteiras, que não são estabelecidas só pelos limites físicos do território, mas põem em diálogo as vivências e os saberes que se produzem em cada território, podendo ser esse também simbólico.

Ainda sobre as fronteiras, é importante dizer que os limites que muitas vezes separam os territórios levam junto com eles as fronteiras que são subjetivas e se colocam como espaços de abertura para o mundo exterior, o *front* (HISSA, 2006). Assim, as fronteiras interrogam limites, sendo capazes, inclusive, de ressignificá-los, fazendo com que se transformem em territórios de contato.

Nesse sentido, as fronteiras são móveis e em relação às Muitas se estabelecem no contato das dimensões existentes entre os diversos territórios com os quais as Muitas pretendem dialogar no mandato coletivo na câmara municipal, bem como na tensão existente entre apropriar-se dos espaços de poder com pautas contra hegemônicas. Trazem, para a discussão da política pública municipal e da vida na cidade, dimensões sociais de sujeitos marginalizados pelos limites processados entre os territórios da metrópole. Assim:

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite visto do território está *voltado para dentro*, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, *está voltada para fora* como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. (HISSA, 2006, p. 34).

Hissa (2006) ainda nos coloca que as fronteiras podem subverter o conhecimento para buscar a construção de saberes, mesmo que os espaços fronteira sejam povoados de conflitos. Nesse sentido, a fronteira pode produzir saberes moventes e mobilidades transgressoras. A partir dessas colocações, interessa-nos refletir também sobre algumas questões: Como as Muitas pode contribuir para a emergência de mobilidades transgressoras no contexto de uma cidade planejada para servir ao capital, de uma cidade que insiste em padronizar não só a estética urbana, mas também corpos, trajetórias, comportamentos?

Buscar respostas para essa indagação não é uma tarefa simples, pois por mais que a fronteira pressuponha o diálogo em zonas de contato, entre territórios, ela traz consigo a disputa, o conflito pela apropriação do espaço, além do encontro com a diferença política, cultural, econômica, estética, de raça, de gênero. As Muitas, explicitam essa tensão ao abarcar em sua plataforma política marcas da diferença, em escalas distintas, a do corpo trazida pelos sujeitos e a de outros territórios maiores da cidade, que, embora façam parte de um mesmo município, são distintos em suas relações e dinâmicas socioespaciais. Com isso, embora potente para a construção de uma cidade mais plural, a perspectiva da fronteira exige uma constante luta e articulação desse coletivo, pois ela é permeada de conflitos.

2.1. Os Movimentos sociais e as Muitas: diálogos.

Como estamos discutindo, a consolidação das Muitas como um grupo ligado à política eleitoral se deu oficialmente em 2016, mas seu advento tem origem anterior, que dialoga com o escopo de mobilizações sociais em Belo Horizonte, que emerge em contraposição à lógica neoliberal de administração da cidade, que levou a uma forte segregação social e cultural. Esses movimentos se incluem num fenômeno adensado no final do século XX e início do século XXI, não só na América Latina, mas em escala global, de multiplicação de formas variadas de manifestação social contra o neoliberalismo, fortalecido pela globalização capitalista.

Contudo, é em outras partes do "Sul Global", principalmente na América Latina, onde os movimentos sociais demonstraram estar mais ativos na última década, com importantes irrupções na cena política e social. (BRINGEL, 2010, p. 187).

Mas, não só contra os mandos e desmandos do capital esses movimentos sociais explodiram. O campo de pesquisa e análise dos *novos movimentos sociais*, demonstra inserções mais intensas a partir de 1990, do caráter identitário nas lutas dos movimentos sociais, abarcando, por

exemplo, as dimensões de raça e gênero, o que causou uma intensa modificação no mapa dos movimentos no final do século XX, como discute Breno Bringel (2010).

Nesse sentido, por um lado, os movimentos sociais se tornaram mais amplos geograficamente e epistemologicamente, uma vez que agregaram múltiplas visões de mundo, por outro lado eles se tornaram mais fragmentados. Emerge, como resultado dessa dinâmica, interpretações mais relativas dos movimentos sociais, fortalecendo dimensões mais subjetivas e de cunho cultural.

Não podemos negar que antes da década de 1990, movimentos de viés identitários existiram na cena social. Nilma Lino Gomes (2018) aborda, em sua obra *Movimento Negro Educador*, como o movimento negro em ações diversas esteve presente durante o século XX nos processos de contestação social, de maneiras várias. Ela destaca como exemplos a imprensa paulista, que até meados dos anos 1960 produziu importantes saberes emancipatórios para a população negra e o *Teatro Experimental do Negro*, existente entre os anos 1944-1968. No entanto, a autora reconhece um caráter mais universal na pauta do movimento negro até a década de 1980.

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que esse movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cota (GOMES, 2018, P.33).

Nesse diálogo, Gomes (2018) reconhece ainda a efervescência social, política, econômica nacional e internacional, dado pela pressão dos movimentos sociais que à época, fim do século XX, confrontavam as políticas neoliberais que tomavam conta da América Latina, pautadas pela globalização capitalista. Esses movimentos buscavam romper com essas políticas reestruturando o Estado democrático de direito, roubado pelo autoritarismo durante duas décadas. A autora reconhece que as reformas logradas por alguns países trouxeram à tona a concepção do multiculturalismo e da plurietnia, abrindo possibilidade para se repensar os movimentos sociais também a partir de uma concepção identitária, e não apenas econômica.

Essa ideia também é abordada por Breno Bringel (2010), ao destacar as mudanças de perspectiva dos movimentos sociais no final do século XX. Segundo o autor, verifica-se um

giro epistemológico, no que tange aos estudos dos movimentos sociais, havia uma disputa de caráter mais ontológico, estruturalistas em oposição aos acionalistas. No entanto, essa dicotomia foi superada pela inserção de dimensões como gênero e raça nos movimentos sociais, acompanhadas também por questionamentos sobre o caráter reducionista das análises pautadas apenas pela dimensão da classe.

Contudo, é habitual ver como o estudo dos movimentos e da ação coletiva é deixado de lado neste processo, o que acaba resultando em leituras muitas vezes superficiais dos movimentos sociais e suas práticas, ou seja, interpretações que supõem uma "aterrissagem" forçada sobre realidades sociais que não foram estudadas a fundo, mas que são utilizadas e/ou apropriadas para justificações teóricas mais amplas. Nesta linha, é habitual ver como os zapatistas do México ou o MST do Brasil convertem-se em exemplos obrigatórios para um amplo número de autores que se auto identificam com as interpretações pós-coloniais. Ambos os movimentos são frequentemente citados como casos de movimentos sociais que geram "outros conhecimentos" (questão central) e "outras racionalidades", ainda que não se aprofunde a análise de como ocorre este processo. (BRINGEL, 2010, p. 192).

A abordagem de Bringel vai ao encontro da abordagem pós-colonial de Ilse Scherer-Warren (2010) quando ela traz a discussão dos movimentos sociais. Definido por ela, com base em autores do campo dos novos movimentos sociais, como uma ação coletiva que busca modificações sociais e ao mesmo tempo produz uma identidade de grupo definindo quem são seus opositores, seus algozes, que em disputa com os movimentos, dificultam o acontecer pleno dessa identidade coletiva. Isso coloca os movimentos em uma constante tensão, explicando sua criminalização, bem como de outros segmentos subalternizados.

Scherer-Warren (2010) afirma que há também uma perspectiva conciliatória dos movimentos sociais com os princípios da modernidade, num jogo entre permanência e mudança. No entanto, os movimentos insurgentes contemporâneos, oriundos das chamadas experiências diaspóricas, como os movimentos negro e de gênero têm tensionado os paradigmas da modernidade.

Em última instância, pretendemos trazer elementos para a tese de que os estudos pós-coloniais comportam contribuições para se repensar o papel de movimentos sociais mais recentes na América Latina, na releitura e na revalorização das trajetórias de classes, de grupos, de comunidades e de culturas historicamente subalternas em nosso continente. (SCHERER-WARREN, 2010, p.19).

Nesse sentido, não se torna profícuo anular a contribuição do pensamento moderno nas ações coletivas, por mais que ele traga tendências universalizantes. Mas é preciso superar uma

previsibilidade histórica trazida no paradigma moderno, no caso, apenas a superação do capitalismo pelo socialismo. Essa dicotomia se coloca como um desafio, pois para Scherer-Warren (2010), as respostas ainda não existem quando tratamos dos movimentos sociais Latino Americanos da atualidade. Isso porque eles buscam certa complexidade simbólica em suas lutas, atravessadas por dimensões como gênero, etnia, ecologia, dentre outras.

Transitava-se assim do pensamento universalista acerca de um sujeito único e central da transformação social para as interpretações sobre o descentramento das lutas, da multiplicidade e contingência das identidades etc. (SCHERER-WARREN, 2010, p.19).

A discussão desses autores se articula à experiência das Muitas, pois é um coletivo que busca romper com processos de subalternização e exclusão social na cidade, trazendo muitos desafios, já que o grupo é constituído de sujeitos oriundos de movimentos sociais e ações coletivas diversas que mesclam pautas econômicas, mas também identitárias que repousam nas ações dos novos movimentos sociais. Seus sujeitos trazem identidades coletivas, mas diferentes e sobrepostas, buscando articulações entre elas. Há que se dizer ainda que a entrada desses sujeitos em espaços de poder gera uma perspectiva conciliatória, uma vez que as instâncias políticas modernas, historicamente, refutaram esses sujeitos desses *espaços-territórios*, contribuindo para uma concepção eurocêntrica que atravessa as dimensões do poder, do ser e do saber.

Devido a isso, é necessário abordarmos a experiência desse grupo em diferentes escalas, articulando-as, desde ações que envolvem o corpo na cidade, ou seja, a escala um por um, até as dimensões de caráter mais global. É necessário, atentarmos para o corpo, a rua, o bairro, a quebrada, a cidade, o regional e o universal percebendo como imbricam, sem hierarquias e vão afetando a dinâmica dos movimentos sociais e das ações coletivas.

Vale ressaltar aqui a visão de Bringel (2010) na abordagem sobre a importância do resgate do lugar na ação coletiva. Nesse caso, a luta não deve ser apenas por sua valorização local. Mas, sobretudo, é necessário entender o lugar como elemento político dinâmico, repleto de significados, ações contra hegemônicas, implicando numa construção entre escalas, num jogo entre elas.

Trazer a perspectiva da valorização do lugar nessa pesquisa, fortalece a noção de escala, ao pensarmos o papel dos movimentos sociais e seus atores na cena social contemporânea, conseqüentemente, o papel das Muitas na cidade, como grupo oriundo da ação de movimentos sociais diversos. Essa concepção se aproxima também das reflexões de Ana Fani Carlos (2007), quando diz da necessidade do resgate do lugar. Para ela, o lugar se estabelece na vida cotidiana, nos usos do corpo, são os movimentos da vida, apreendidos pela memória. Ou seja, cada sujeito na cidade estabelece seus lugares, dentro de uma relação própria com o espaço.

No entanto, para a autora, a metrópole contemporânea impede a constituição de lugares na medida em que limitam usos do espaço, limitam a circulação de corpos nesse espaço, enquadrando-os em lógicas espaciais normativas, dadas por uma lógica global de reprodução capitalista desse espaço. Assim,

Nesses sentidos os lugares são submetidos à dominação da troca através da aplicação de um rigoroso critério de rentabilidade. Assim as trocas fragmentam o espaço, processo que altera profundamente a vida cotidiana, através da sua institucionalização que cria uma vida programada e idealizada pelo consumo manipulado. Essas áreas que se diferenciam e multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando “guetos”. (CARLOS, 2007,p.41).

É preciso, portanto, romper com uma visão de escala que enxerga os diferentes recortes espaciais como níveis distintos e hierárquicos, ou seja, o global sobre o nacional, sobre o regional, sobre o local. Essa perspectiva é estanque e, por consequência, limita enxergarmos os alcances da ação dos movimentos sociais, de todas as suas potências na transformação política e social. Segundo Soeterick e Santos (2015), essa interpretação de escalas e suas relações é limitadora.

A visão tradicional do ordenamento escalar do mundo, baseada em relações de contiguidade, hierarquia e articulação, preconizava que um conjunto de lugares formava uma região, um conjunto de regiões formava um país, um conjunto de países formava um continente e um conjunto de continentes formava o mundo. A imagem emergente era sempre de alguma forma semelhante: conjuntos ou entidades espaciais se articulando/unindo, constituindo novos conjuntos ou entidades, em outra escala. Cada escala correspondia a um “nível de agregação”, passível de identificação sempre que a problemática ou fenômeno observado sofria consideráveis mutações pela redefinição de dimensão do recorte espacial. Tal representação conduz à percepção destes níveis de agregação, que são as escalas pensadas como “patamares espaciais” articulados, mas em essência diferenciados e dissociados. Isso porque a metáfora do nível (enquanto sobreposição vertical de diferentes planos horizontais) constrói a imagem da hierarquia entre as

escalas espaciais: cada nível é composto pela soma e encaixe dos recortes territoriais em escala imediatamente inferior em termos da área abrangida, preconizando também uma relação de subordinação e hierarquia nas relações entre escalas. Esse mundo aparecia, então, como resultado do “encaixe” de escalas. (SOETERICK e SANTOS, 2015, p.5).

Essa perspectiva de escala, segundo os autores, apresenta limites, pois ao separá-las faz com que os processos políticos e seus atores sejam individualizados, apontando para autonomização dos movimentos sociais em cada uma das escalas. Nesse sentido, a noção de escala precisa ser ressignificada, mesmo que ela nos possibilite distinguir níveis de ação e de análise do real. Assim, esses níveis devem ser analisados como simultaneidades que, segundo Soeterick e Santos (2015), perpassam não só a materialidade e os objetos espaciais, mas também as temporalidades dos diversos atores da ação social. Baseados nesses autores, é necessário pensarmos a ação dos movimentos sociais, fora das segregações espaciais dadas por uma concepção hierárquica entre espacialidades, entre escalas.

Propomos aqui uma leitura escalar desses processos, mas, uma interpretação que não opere a partir de hierarquias, nem entre escalas (do global sobre o nacional, ou sobre o local), nem entre atores sociais. Acreditamos que uma leitura espacial dos processos políticos de construção das agendas deve partir da ação. (SOETERICK e SANTOS, 2015, p. 3).

Corroboramos dessa perspectiva escalar, trazendo também a ação dos ativistas das Muitas. É necessário partirmos do pressuposto que cada realidade desses ativistas, cada ação realizada por eles, são simultaneidades relacionadas com outras escalas, em espacialidades diferenciadas, porém, intimamente interligadas. Ou seja; vão trazer impactos em diferentes dimensões espaciais, desde o território do corpo, até os diversos territórios da cidade, do país e do mundo. E ao mesmo tempo, as questões mais amplas, dadas por aspectos globais vão interagir e determinar trajetórias de cada corpo na cidade. É necessário pensarmos então em processos multiescalares e interescalares, pois cada uma das escalas influi em outras escalas que atravessam a cidade e as visões de mundo que fazem parte dela.

2.2. Uma Belo Horizonte segregada, seus movimentos de contestação social e conversações com as Muitas.

Neste tópico propomos articular as concepções trazidas acerca dos movimentos sociais contemporâneos com a dinâmica dos movimentos sociais e das ações coletivas de Belo Horizonte. Assim, buscaremos abordar a cidade visualizando ações, movimentos, articulações

que levaram a construção das Muitas como grupo político representante de diversos movimentos sociais da cidade. Abordamos também os desafios colocados até a chegada desses sujeitos na arena da política institucional.

É necessário rememorar a história de Belo Horizonte nesse diálogo, pois os processos socioespaciais da nossa cidade não corroboraram os objetivos de seus planejadores. Vivemos numa Belo Horizonte pensada para ter aproximadamente 200 mil habitantes no início do século XX, porém o avanço do capitalismo industrial no Brasil ao longo desse século, fez por multiplicar o número de habitantes na cidade em pouco tempo, levando também a expansão dos seus limites territoriais que na época de seu planejamento se limitava à Avenida do Contorno.

Atualmente os limites entre Belo Horizonte e os municípios que formam a região metropolitana estão imbricados, devido a um intenso processo de conurbação que se deu à medida que a cidade foi crescendo. Em pouco mais de um século, contados da inauguração da cidade em 1897, os 200 mil habitantes se tornaram mais de 3 milhões, sem contar que esse crescimento é constante, apontando para uma cidade ainda maior, no que tange ao número de habitantes, bem como no que se refere a expansão dos seus limites territoriais.

Se a Avenida pretendia delimitar a cidade oferecendo-lhe um sentido de fronteira, a atualidade promoveu uma expansão transfiguradora e uma experiência de multicentralidades que inverte papéis. Agora é a Contorno que se vê cada vez mais contida pela própria cidade. (BARROS, 2005, p. 166).

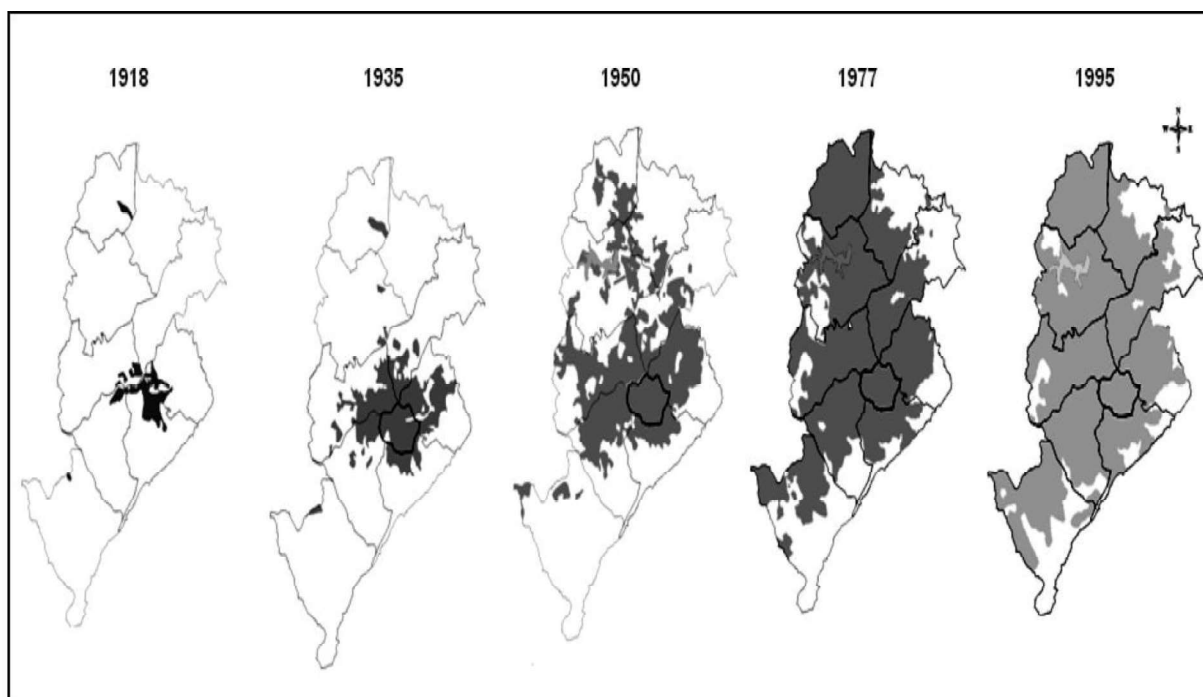


Figura 2: Evolução da expansão urbana de Belo Horizonte – 1918-1995.

Fonte: Consonâncias e Dissonâncias da Grande Sinfonia: os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole contemporânea (dissertação de mestrado, 2007). **Autora:** Maria Ivanice de Andrade Viegas.

Esse crescimento desordenado, orquestrado pelo capitalismo, enxotou a população pobre e negra para as periferias da cidade, criando territórios diversos dentro da metrópole e demarcando uma diferenciação social e cultural entre eles, bem como relações socioespaciais desiguais vivenciadas na cidade. A falta de moradia para a população pobre e negra da cidade, se dá desde os idos de sua fundação. De acordo com Gomes (2011), a estes sujeitos, trabalhadores, era reservado o lugar do trabalho braçal, devendo as famílias pobres serem deslocadas para longe do centro, o que não aconteceu sem resistências, sendo que parte da população se estabeleceu em periferias centrais.

Por isso, a cidade, hoje uma metrópole, também se caracteriza por criar diferenças assustadoras na experiência dos sujeitos que vivem nela. Para alguns, as avenidas, os hospitais, os shoppings, as praças, o lazer. Para outros, a falta de infraestrutura, de mobilidade, de moradia; os tiros, a perseguição da polícia, a pobreza econômica. Nesse sentido,

na metrópole não se produz apenas produtos sob a forma de mercadoria, produz-se trabalhadores como coisas, produz-se o espaço como mercadoria, produz-se o cotidiano enquanto temporalidade, produz-se os modos de vida enquanto representação, produz-se a própria vida como simulacro, com todas as suas misérias expostas. (VIEGAS, 2007, p.63).

Essa desigualdade não se estabelece apenas em espaços distantes do centro da cidade, mas a periferação de espaços, corpos e vivências urbanas se dá dentro de territórios com limites administrativos comuns, também próximos do centro da cidade, apontando para um conceito de periferação que ultrapassa a noção de centro-periferia, ou seja, ultrapassa a ideia de distante ou próximo de onde se concentram os serviços, mas se relaciona com as precariedades causadas por condições econômicas, sociais, culturais e identitárias que perpassam a vida dos sujeitos.

No interior das nove regionais administrativas que conformam a organização política e geográfica de Belo Horizonte, percebe-se desigualdades assustadoras entre os territórios que a constituem. A região que abarca a Belo Horizonte planejada no final do século XIX, que hoje compreende a regional Centro - Sul da cidade, é uma das mais desiguais, onde bairros de luxo convivem com territórios de periferia. Vejamos dados de um estudo que traz o índice de vulnerabilidade social (I.V.S) da referida regional.

Para se ter uma noção das dimensões dessa desigualdade, pode-se observar, por exemplo, o Índice de Vulnerabilidade Social (I.V.S.) de cada área. Embora pertençam à mesma Unidade de Planejamento (divisão geográfica da cidade utilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte), o aglomerado Santa Lúcia e os bairros citados possuem características bastante diferentes no que refere à vulnerabilidade social. Enquanto no Santa Lúcia este índice é de 0,79, em seu entorno ele não ultrapassa 0,28, sendo que na Vila Paris é de apenas 0,14. Mas há contrastes também dentro do próprio aglomerado Santa Lúcia, onde é possível encontrar barracos com apenas dois cômodos e sem instalações elétricas, e também casas com até três pavimentos. Há becos onde o esgoto corre a céu aberto e outros com calçamento e muito limpos. Isto se deve certamente ao fato de possuir uma grande extensão e por ser formado por três comunidades diferentes: a Vila Estrela, a Barragem Santa Lúcia e a Vila Santa Rita de Cássia (mais conhecida como Morro do Papagaio), totalizando uma população de aproximadamente 30 mil pessoas. (BERGO, 2005, p. 19-20).

Não muito distante da história dos grandes centros urbanos, sobretudo daquelas cidades que foram planejadas, a concepção à qual Belo Horizonte foi constituída, primou por uma lógica funcionalista e capitalista do espaço, valorizando a cidade pelas estruturas. Ao trazer os estudos de Guimarães (1992), essa perspectiva fica evidente, quando ele aborda que a cidade incorporou as lógicas da modernidade.

Assim, a cidade privilegia o econômico, em detrimento das relações sociais e da cultura de seus habitantes. Somado a isso, como já destacado, aos trabalhadores braçais e aos imigrantes do interior, a conquista de uma moradia era quase impossível. Isso pois, primava-se por construir uma cidade sem conflitos, sem uma convivência plural entre os cidadãos, renegando a certos

grupos da população a cidadania pautada pela modernidade. A cidade, portanto, desde seus primórdios, tem um caráter amplamente higienista.

Todavia, para além dessa distinção na vida social da cidade, causada pela concepção espacial mercantilista, em nossa análise, é necessário pensar as dimensões de raça e gênero para perceber como a cidade marginaliza sujeitos também em relação a essas dimensões, pois elas agem sobretudo nas vivências de pessoas negras, LGBTQI+, mulheres, demarcando espaços de circulação, limitando modos de ser na cidade e inviabilizando culturas.

Isso tem feito por insurgir, como discutimos no tópico anterior, movimentos sociais e grupos de ação coletiva diversos na América Latina e por conseguinte em nossa na cidade. Movimentos esses que perpassam tônicas diferentes, mas que se complementam, pois emergem contrários a dimensões de subalternização e marginalização na cidade, dada por um padrão de cidadania, que tem o capitalismo como forte controlador. São movimentos, ações, resistências de sujeitos que não aceitam esse lugar conferido a eles na estrutura do urbano.

2.2.1. Movimentos de contestação social recentes de Belo Horizonte: seus enredos, protagonismos, reverberações.

Belo Horizonte, seguindo a lógica das cidades planejadas, primou por uma concepção utilitarista e funcionalista do espaço. Nessa concepção, a pluralidade de corpos, a convivência comunitária, as trocas culturais são elementos ignorados em detrimento da estrutura, das grandes avenidas, dos arranha céus, do comércio, da busca pela ausência de conflitos. Busca-se uma cidade ideal para servir ao capital. Mas como vimos, a dinâmica urbana frustrou os objetivos do planejamento inicial devido ao seu crescimento exacerbado, que trouxe para a cidade grande contingente de população pobre e negra, que se estabeleceu nos morros, conformando as periferias da metrópole.

O aumento da população pobre e negra fez com que as autoridades buscassem formas de controle dessa população, pois as classes abastadas as viam como incivilizados, bárbaros para a convivência cidadã, distantes do modelo de cidadania eurocêntrico que se buscava construir em Belo Horizonte.

Dialogando com o pesquisador João Paulo Mariano Domingues (2019), com base em estudos de Guimarães (1992), refletimos que essa característica que funda a cidade afirma a preferência do econômico, da reprodução do capital em detrimento do social, do político e do cultural, emergindo daí a necessidade de controle e a busca da ausência de perturbações e de conflitos sociais, bem como da inibição da convivência plural entre os sujeitos.

Nos mais de cento e vinte anos da cidade, ainda hoje, prepondera no âmbito das políticas pública, esse modelo de higienização, de controle dos corpos e marginalização de certos grupos sociais. O que não se dá sem importantes resistências que regulam e muitas vezes impedem que essa lógica excludente ganhe força nos territórios. São os movimentos sociais, os grupos culturais, as ações coletivas desencadeadas em prol de uma cidade outra.

Domingues (2019) nos evidencia que uma das primeiras ações de resistência ao modelo de cidade imposto a Belo Horizonte surge em manifestações carnavalescas, nascidas nas periferias e que denunciavam a arbitrariedade com que eram vistos e tratados na cidade. Foram identificadas,

medidas que suspendiam e/ou limitavam a utilização de espaços públicos da cidade no período da festa, bem como a distribuição de panfletos com críticas dirigidas às autoridades políticas, militares e religiosas, e até mesmo a danças e fantasias consideradas obscenas, durante todo o ano. (DOMINGUES, 2019, p.29).

Nesse contexto, a elite, com o aval do poder público, com receio do caráter contestatório trazido pelo carnaval, deslocou as manifestações populares para o centro da cidade, a Praça da Estação, a avenida dos Andradas e a rua Guaicurus. Talvez essas medidas expliquem as espacialidades e territorialidades desses locais nos dias de hoje: a Praça da Estação como espaço símbolo dos movimentos de resistência de BH e o caráter marginal ainda vinculados à parte central da avenida dos Andradas, bem como à Rua Guaicurus. Isso não foi o suficiente para coibir as manifestações carnavalescas, tanto nesses locais, quanto nos territórios de periferia, o que faz do carnaval uma importante resistência desde o princípio da cidade.

Isso representa um processo político e de resistência de denúncia dos privilégios da elite belo-horizontina e das discriminações de classe, raça e gênero, a partir dos modos de organização, das fantasias, das máscaras, das músicas, dos instrumentos, dos gestos, das danças utilizadas durante a festa. (DOMINGUES, 2019, p.30).

Embora tentativas de aniquilação do carnaval de rua nas periferias tenham sido investidas pelo poder público e pela elite Belo Horizontina que marginalizavam as manifestações, enaltecendo os clubes carnavalescos frequentados por eles, essa manifestação deu origem a grupos culturais dentro das periferias que agregavam um importante caráter contra hegemônico. Domingues (2019) evidencia, por exemplo, a emergência de escolas de samba em algumas comunidades de Belo Horizonte, trazendo o caráter contestador a partir da cultura.

Para além da festa, outras fissuras foram insurgentes na história de Belo Horizonte, visando quebrar as lógicas segregadoras e que tinham como principais alvos a população pobre e negra. Podemos citar, por exemplo, as Associações de Bairro extremamente importantes nos territórios de periferia, pois a partir da população local buscaram formas de melhoria de suas comunidades e participação social nos rumos da cidade. Essas, em grande parte, foram responsáveis pela chegada de postos de saúde, escolas e serviços básicos nas periferias.

Dessas movimentações de bairro, grupos culturais, artistas, educadores surgiram na cena social urbana, denunciando as arbitrariedades impostas pela cidade à população. Essas lutas insurgentes estiveram presentes em toda história da cidade, em governos de direita e de esquerda, que muitas vezes não foram capazes de romper com as lógicas que nos segregam, embora tenham trazido avanços.

Uma importante fissura para a cidade foi a chegada do *Festival de Arte Negra -FAN*, como demanda latente do Movimento Negro. Desde 1995, e incorporando um caráter bienal desde 2003, esse festival democratiza o acesso à arte, pois é ramificado pela cidade, em seus centros culturais. Além disso, atua para uma mudança de visão em relação à arte e à cultura negras, ainda marginalizadas pelas políticas públicas da cidade e por parte da população. Esse festival reocupa a cidade do ponto de vista da população negra, de seus ancestrais, de seus saberes, contribuindo para a construção de uma cidade mais plural do ponto de vista racial.

Outro exemplo dessas insurgências em Belo Horizonte é o grupo de cantoras *Meninas de Sinhá*, que nasceu em 1998 do encontro de mulheres negras que se reuniam para pensar melhorias para a comunidade do Alto Vera Cruz e hoje elas representam a voz da resistência, cantando em diversos lugares do mundo, auxiliando a romper imaginários marginais da população pobre e negra da cidade.

Em 2009, essa efervescência política teve um catalisador específico, quando o então prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, publicou um decreto que proibia qualquer tipo de manifestação social, eventos e festas na Praça da Estação, localizada no centro da cidade. É importante destacar que a Praça da Estação é onde fica a principal estação de metrô da cidade, ou seja, lugar onde passam milhares de pessoas por dia. Historicamente, essa praça é um espaço de Belo Horizonte onde se realizam eventos políticos, culturais, mobilizações sociais, shows, dentre outras manifestações públicas. É, portanto, um espaço emblemático para a cidade, no que concerne aos processos de contestação social.

O decreto do prefeito gerou insatisfação por grande parte da população, o que levou à organização de uma manifestação coletiva chamada *Praia da Estação*, que além de questionar o decreto, exigindo sua revogação, se consolidou como uma ocupação político/cultural que ainda esporadicamente existe na cidade, principalmente nos verões. Esse movimento foi articulado por ativistas sociais em um blog chamado *Praça Livre* e, como o próprio nome sugere, ele se configurou como um movimento de ressignificação do espaço público.

Vestidos com trajes de banho e portando pranchas de surf, esteiras, guarda-sol, caixas de isopor, bronzeadores, numa cidade não-banhada pelo mar, os jovens trouxeram a cena pública o debate sobre o uso e apropriação dos espaços públicos da cidade e sobre os próprios rumos do desenvolvimento da urbe, ao mesmo tempo em que ensejaram novas formas de ação coletiva e participação social no cenário urbano. (OLIVEIRA, 2012, p. 15).

Esse movimento, protagonizado por parte da juventude belo horizontina, ao colocar em diálogo grupos urbanos diversos e ao trazer um tom festivo para as mobilizações sociais, engendram novas características aos movimentos urbanos como, por exemplo, a carnavalização do protesto e a organização em rede, além de ter sido um inspirador e catalizador para a emergência de outras formas e manifestação e coletivos urbanos.

Oliveira (2012), ao analisar essa manifestação em pesquisa de mestrado, constata a potência do movimento, por trazer à tona e evidenciar à cidade a problemática urbana e do poder municipal. O autor ainda considerou a Praia da Estação como uma "antena parabólica ativista".

A “antena parabólica” praieira se constituiu, em nosso entendimento, como canal de comunicação de novas necessidades urbanas de uma parcela da juventude ativista de Belo Horizonte, cidade conjugada à solidariedade com outros movimentos urbanos que traziam antigas necessidades. Os desejos de qualidade de vida na cidade, do livre usufruto dos espaços públicos, da

mobilidade urbana digna e adequada, do livre fruir cultural na cidade (tanto da produção, quanto da recepção da cultura), o desejo de uma cidade ambientalmente saudável em todas as dimensões, da produção de uma cidade em que caibam todos e todas e que permita a existência de um viver digno, a luta contra a cidade-empresa, cidade-mercadoria, cidade do controle, a denúncia das injustiças, a denúncia do impacto dos mega-eventos — como a Copa do Mundo na vida cotidiana das pessoas. Enfim, o direito amplo à cidade. (OLIVEIRA, 2012, p. 196).

Essa “antena parabólica” praieira foi responsável, além de colocar diversos coletivos urbanos de Belo Horizonte em diálogo, por evidenciar as lutas que coletivos e sujeitos demarcam para a construção da cidade. Além disso, muitos banhistas, ao participarem da praia, passaram a se articular em coletivos urbanos já existentes, ou a fomentar a construção de outros coletivos, como as Muitas, que emergiram após a consolidação da praia como importante movimento social da cidade, mas também tendo influências de outros movimentos.



Figura 3: Praia da Estação.

Fonte: <https://pracalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>. Acesso em: 22/10/2018.

É preciso dizer, como demonstrado na imagem acima, que a Praia da Estação foi um movimento protagonizado por pessoas brancas e de classe média, além de ter um caráter mais central, o que nos permite dizer que mesmo no interior dos movimentos de contestação social de esquerda, a separação racial é ainda vigente, o que se coloca como um desafio para os movimentos sociais insurgentes, que como sabemos, se fazem mais fragmentados.

Vale ressaltar que a poucos metros da Praça da Estação, sob o viaduto Santa Teresa, jovens negros e oriundos da periferia protagonizavam na mesma época, duelos de rap denunciando a segregação a que estão submetidos na vida urbana. No entanto, esse movimento não obteve a mesma visibilidade da Praia da Estação, mesmo estando mais próximo da população mais marginalizada da cidade.

Outros movimentos importantes emergiram na cidade nessa época contra a gestão pública, como, por exemplo, o movimento *Fora Lacerda*, que durante quase todo período de gestão do prefeito foi pungente, solicitando seu impeachment em grandes jornadas realizadas no centro de Belo Horizonte. Ademais,

De maneira indireta, percebemos de alguma forma a influência da Praia da Estação ou traços em comum com outros agenciamentos coletivos, ações coletivas e movimentações surgidas na cidade depois. Indo ao encontro do espaço público, os jovens *Occupy* de Belo Horizonte, os *Anonymous*, inspirados nos movimentos de ocupação das praças em 2011, ocuparam a praça da Assembleia na cidade. Procurando exercer olhar vigilante sobre o poder municipal, assim como a Praia da Estação, o *Movimento Ocupe Câmara* fez, e faz, um acompanhamento sistemático da ação dos vereadores em Belo Horizonte, sendo protagonista da pressão exercida pela sociedade civil contra o aumento do salário de vereadores em fins de 2011 e início de 2012. (OLIVEIRA, 2012, p. 207).

Nessa seara, o surgimento do *Comitê Popular dos Atingidos Pela Copa* também foi uma importante reverberação da praia e desse ambiente de insurgências potencializado em Belo Horizonte a partir do final do século XX. O referido comitê denunciou as arbitrariedades inerentes às mudanças ocorridas na cidade devido à copa do mundo de 2014, como as desocupações em massa, as obras faraônicas, dentre outras consequências que a existência desse megaevento trouxe para a cidade. Essas articulações políticas e esses novos movimentos sociais também se adensaram e estiveram articulados às jornadas de junho de 2013, em Belo Horizonte.

A *Marcha das Vadias*, realizada a partir de 2011 mesmo tendo divergências entre os grupos feministas, fez por ampliar o debate de gênero na cidade, denunciando a segregação dos corpos femininos, a não possibilidade de viver plenamente sua cidadania, uma vez que têm sua circulação cerceada pelo machismo estrutural que se expressa no acontecer da urbe.

Como consequência dessa ambiência social, destaca-se também uma mudança profunda na cena cultural da cidade, na medida em que a carnavalização do protesto, característica dos

movimentos sociais contemporâneos protagonizados pelas juventudes, fez por multiplicar a presença de blocos de carnaval na cidade e trazê-los para o centro, considerando que muitos blocos já existiam a muito tempo, como vimos, mas saiam apenas em seus bairros de origem. Destaca-se que esses blocos de carnaval, em sua grande maioria, trazem temáticas políticas importantes, ligadas principalmente a problemáticas urbanas de Belo Horizonte, às lutas que os coletivos populares enfrentam no dia a dia da cidade. Para além disso, no que tange ao campo da cultura, houve o surgimento de,

bandas independentes, percebemos que coletivos de intervenção urbana, coletivos culturais, movimentos de atores e atrizes, dentre outros, que transitaram pela Praia da Estação, se fortaleceram e criaram redes de produção de eventos culturais independentes. Para reafirmarmos, por fim, que a “onda” não “morreu na praia”, tivemos a aparição ocasional do “formato praieiro” de ocupação do espaço público em outras situações, movimentações e ações coletivas. (OLIVEIRA, 2012, p. 207).

É importante dizer que muitos desses movimentos aqui citados, reverberações diretas ou indiretas de uma reação popular, a Praia da Estação, tiveram presentes em discussões acirradas acontecidas na cidade em relação às eleições presidenciais de 2014. Vale lembrar que essas eleições foram permeadas pelas consequências trazidas pelas jornadas de 2013, num momento em que a esquerda brasileira estava sendo questionada, dentre vários motivos, por não ter em doze anos causado transformações sociais efetivas, embora avanços significativos tenham sido alcançados.

As Muitas também se configuram como uma consequência das movimentações aqui descritas, desse ambiente de insurgências que se verificou em Belo Horizonte, a partir da Praia da Estação, uma vez que muitos dos sujeitos que compõem o grupo tiveram ou têm participação direta em algum desses movimentos. Entendemos assim que a consolidação das Muitas é resultado de um contexto de insurgências políticas protagonizadas por diversos coletivos e movimentos sociais da cidade que foram se articulando ao longo do tempo e impulsionando a escolha de disputar as eleições e se apropriar da política eleitoral, buscando também estar no interior das instituições para modificá-las, mesmo com tensões existentes nesse processo.

2.2.2. As Explosões Programáticas: a emergência das Muitas na cena urbana de Belo Horizonte.

O dia 28/03/2015 é considerado o marco disparador para consolidação das Muitas, que na época ainda não tinha esse nome. Foi o primeiro dia em que um grupo de pessoas se reuniu no Parque Municipal Américo Renê Gianetti, no centro de Belo Horizonte, para discutir pautas para a cidade, ligadas às lutas cotidianas dos coletivos ali representados. Ressalto que essa iniciativa surgiu como consequência da multiplicação de coletivos e mobilizações sociais pela cidade, revelando uma necessidade de buscar mais integração entre eles.



Figura 4: Encontro aberto Parque Municipal Américo Renê Gianetti.

Fonte: <https://www.facebook.com/pg/cidadequequeremosbh>. **Acesso em:** 12/10/2017

É importante dizer que nesse início ainda estava incerto onde aquele diálogo e encontro de coletivos e sujeitos iria chegar, se ele realmente reverberaria em mudanças na política municipal, na construção de uma cidade mais democrática, na ressignificação dos padrões de cidadania impostos, considerando as demandas dos sujeitos pertencentes aos coletivos urbanos. Era evidente que um dos objetivos comuns entre os sujeitos que ali estavam era a insatisfação com a lógica excludente própria da história da cidade, bem como o repúdio pela forma como Belo Horizonte estava sendo gestada pelo então prefeito Marcio Lacerda (2008 - 2016).

No entanto, nesse primeiro encontro, disputar as eleições municipais de 2016 não era o objetivo inicial do grupo, ao contrário, muitos que ali estavam defendiam que os coletivos populares e movimentos sociais não deveriam utilizar a estrutura do poder da política institucional, denunciando que isso acirraria uma perspectiva conciliatória. Destaca-se que nesse encontro, havia representações das *Brigadas Populares*, do *Movimento Tarifa Zero*, do *Fórum das Juventudes*, dentre outros coletivos urbanos e grupos culturais, bem como educadores, artistas, mobilizadores sociais, agitadores culturais, sujeitos que de alguma maneira tinham atuações importantes na cidade.

Mas, por outro lado, alguns desses sujeitos que ali se presentificavam argumentavam sobre a necessidade de ocupar os espaços de poder com o entendimento de que as pessoas representadas pelo grupo que ali estava, pouco tinham ocupado esses espaços. Era, por isso, necessário mudar as estruturas por dentro, baseados no entendimento de que as instituições, no Brasil, historicamente são comandadas por pessoas que seguem um padrão hegemônico de poder: homens brancos, héteros e cis gêneros, sendo importante estratégias de luta para transformação desse quadro.

Esse quesito se faz muito polêmico, pois sabemos que o Estado é um dos grandes responsáveis pela segregação espacial que caracteriza os centros urbanos, pois se faz coagido por classes que detém o poder, que acumulam o capital e por isso se apropriam da cidade ao seu bel prazer. Seria estratégico se aliar a ele para modificações profundas na cidade? A chegada desses sujeitos teria força contra esse grande algoz urbano?

Importante dizer que o Estado, assenhorado pelo capital, segrega a cidade não só do ponto de vista econômico, mas também racial, sendo responsável por enxotar a população negra para espaços onde a dignidade da vida fica prejudicada pelas faltas estruturais e simbólicas. Assim, o Estado,

(...) desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar”. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo (pela dominação)

e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho). Como produto, deparamo-nos com o espaço da norma e da vigilância: um espaço estratégico. (CARLOS, 2007, p. 52-53).

Essa discussão foi motivo de longos debates em diversos encontros realizados pelo grupo na cidade. Esse quesito, ocupar os espaços de poder, gerou algumas incongruências nos debates, como salientado, levando alguns participantes a deixarem o movimento. Isso demonstra desafios dos movimentos sociais contemporâneos que se fragmentam à medida que novas pautas vão insurgindo na cena social.

As muitas começa a ser desenhada, nesse encontro e em outros encontros abertos pela cidade, denominados de *Explosões Programáticas*. O grupo, nesse sentido, foi se consolidando, como uma rede de movimentos e coletivos de esquerda, buscando achar os nós entre eles e fortalecer as lutas de cada um, potencializando suas vozes e encarando o desafio da multiplicidade de pautas que se apresentavam no contexto geográfico e histórico de Belo Horizonte à época. Durante todo o ano de 2015, as *Explosões Programáticas* foram responsáveis por desenvolver atividades, debates e ações diversas para pensar a política e os rumos da cidade.

Nesses encontros temáticos, a discussão sobre a possibilidade de ocupar as eleições foi se consolidando. Porém, as *Explosões Programáticas* não se restringiam a isso, elas em si já podem ser consideradas políticas, potentes para transformação, pois levaram para a cidade o debate de temas que questionaram processos indignos vivenciados por parcelas da população, mas também demonstraram alguns desafios e incongruências.

EXPLOSÕES PROGRAMÁTICAS – MUITAS – 2015			
MÊS	LOCAL	AÇÃO	DISCUSSÃO LEVANTADA
Abril	Parque Jardim América	Bicicletada	Mobilidade Urbana
Maio	Pomar do Cafezal	Roda de Conversa	Ocupações urbanas
			Racismo
			violência urbana
Junho	Praças, Parques, Espaços Culturais diversos.	Roda de Conversa com Coletivos Urbanos	Racismo
			Feminismo
			Moradia
			Mobilidade Urbana
			Acesso à Cultura
Agosto	Praça Floriano Peixoto	Roda de Conversa	Democracia Real
	Espaço Comum Luiz Estrela	Roda de Conversa	Confluências Municipalistas
Setembro	Viaduto Santa Teresa.	Debate com Célio Turino e coletivos de BH.	Cultura e Periferias
	Parque Municipal	Debate com o Partida do Rio.	Urgência dos feminismos
		Debate com Márcia Tiburi, Chico Alencar e Cida Falabella.	Como transbordar os partidos.

Tabela 2: Explosões Programáticas, 2015.

Como podemos perceber na tabela acima, as *Explosões Programáticas* abriram espaços para que temas marginalizados na cena social urbana viessem à tona, trazendo também possibilidades de construção de novas vivências na cidade. Mas, por outro lado, percebi, estando presente em alguns desses encontros, que os participantes não mudavam muito de um encontro para o outro. No geral, eram sujeitos que já tinham atuações políticas, culturais, educativas na cidade e de algum modo já se faziam presentes na discussão que se planteava. Isso evidencia o quanto os espaços de participação política na cidade se configuram como uma

‘ilha’, dada a pouca participação de sujeitos, inclusive, foco das discussões do grupo naquele momento, como moradores de periferia, jovens negras e negros, a população periférica LGBTQI+.

Esses encontros, ações e debates desencadeados pelas Muitas culminaram numa necessidade de colocar projetos em pauta e de atuar juntamente aos partidos, o que levou as Muitas a se organizarem no sentido de lançar possíveis candidatas. Isso não ocorreu sem conflitos, como já supracitado, muitos coletivos presentes nos encontros se afastaram por não concordar com o desenvolvimento de ações junto à estrutura partidária, o que poderia deslegitimar ou enfraquecer as concepções políticas dos movimentos sociais de Belo Horizonte, emergindo daí uma perspectiva conciliatória.

Ali, chegamos a um ponto de inflexão. Era preciso decidir como atuar junto aos partidos e o calendário eleitoral impunha que possíveis candidatas se filiassem até o início de outubro. Se a lei não tivesse mudado, não teríamos chegado ao amadurecimento capaz de lançar as candidaturas coletivas. Ironia das ironias, foi justamente a “contra-reforma” eleitoral do Eduardo Cunha, cheia de problemas, que reduziu o prazo de filiação para candidatas para seis meses antes das eleições. Ganhávamos ali seis meses de trabalho, para conseguir fortalecer o processo e torná-lo de fato, concreto. (MUITAS, 2016)⁵.

O processo de construção das candidaturas foi paulatino e envolveu ações diversas, como debates e discussões em territórios, além dos que foram apresentados na tabela 1. As ocupações urbanas, por exemplo, foi território de algumas dessas discussões, processo significativo, uma vez que as populações de ocupações urbanas estão alijadas quase sempre das políticas públicas da cidade, sendo vistas pelas políticas urbanas, quase sempre, como algo a se aniquilar. É importante refletir que ao buscar a participação da população das ocupações para o debate político e escutar que cidade querem, convidá-los a proporem projetos para a cidade, já se toma uma posição de enfrentamento às lógicas urbanas coloniais.

Em novembro, fomos para as ocupações urbanas da região de Izidora, onde está o maior conflito fundiário urbano da América Latina. Lá, vivem 8 mil famílias em busca de casa própria e, recentemente, a justiça decidiu que serão retiradas. Naquele dia, debatemos com muitas pessoas propostas para a moradia digna e inclusiva, com a presença também de professores da

⁵ **Fonte:** https://www.facebook.com/pg/asmuitas/ads/?ref=page_internal. **Acesso em:** 19/12/2017.

universidade, ativistas e lideranças de movimentos populares. (MUITAS, 2016)⁶.

É importante ressaltar que uma das inspirações políticas das Muitas veio de experiências na América Latina e na Espanha, com o movimento Podemos. Em 2015, esse grupo de esquerda se aliou a outro chamado Ciudadanos e ganharam as eleições para prefeitura de Madri e Barcelona, em um processo de participação popular. Esse grupo cedeu para as Muitas, que buscaram contato, o código de uma plataforma que eles tinham utilizado em campanha na Espanha. Assim, na época foi lançada uma plataforma digital www.muitxs.org⁷, na qual qualquer pessoa poderia propor projetos para a cidade, ou votar a favor ou contra em relação a projetos já presentes na plataforma.

Nessa plataforma digital, as propostas eram organizadas por objetivos e distritos. Os objetivos eram; democracia real e governo aberto; direitos sociais e igualdade racial, étnica e de gênero; culturas urbanas; arte e educação; meio ambiente urbano e saúde”. No que tange aos distritos, foi proposto uma organização regional que subdividiam as nove regionais de Belo Horizonte em regiões menores. Essas ações levaram à consolidação de um documento, escrito a muitas mãos, denominado *Dez propostas para a cidade que queremos* que teve seu lançamento oficial no aniversário de Belo Horizonte.

É importante dizer que essa plataforma não democratizou totalmente as escolhas políticas da cidade, embora tenha trazido o sentido da representatividade. Não podemos nos esquecer que estamos falando de uma metrópole de aproximadamente três milhões de habitantes e extremamente desigual do ponto de vista econômico, educacional e cultural. Nesse sentido, muitos cidadãos que vivem na urgência cotidiana da urbe não têm acesso a internet e tampouco a utilizam em seus cotidianos. Sendo assim, as plataformas digitais são muito distantes de grande parte da população, dificultando uma participação política efetiva quando ela é utilizada para esse fim.

Retomo aqui uma concepção de Milton Santos (1996-1997), para quem “há os que querem ser cidadãos, as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos”. Essa provocação nos diz sobre justamente a

⁶ **Fonte:** https://www.facebook.com/pg/asmuitas/ads/?ref=page_internal. **Acesso:** 21/01/2018.

⁷ Essa plataforma não existe mais. Atualmente a principal página das Muitas é www.gabinetona.org.

população mais pobre da cidade, que, por determinações diversas, são em sua grande maioria negras. É necessário no desafio de redesenhar a cidade, mais do que incluir essa parcela da população nas construções e ações políticas, pensar como os fios de suas vidas tecem o cotidiano da cidade, que saberes sobre cidade eles produzem em seus territórios. Perspectiva até então desafiante não só para as Muitas, mas para outros grupos que buscam transformações na cidade.

2.2.3. A cidade que queremos é a cidade como direito.

As Muitas, ainda na época de sua germinação e antes de definir suas candidaturas para as eleições municipais, conclamava a população belo horizontina para seus encontros com o nome *Muitxs - cidade que queremos*. Isso nos permite dialogar acerca desse mote objetivando traçar em nosso entendimento e desejo, uma cidade diferente dessa que nos subalterniza, que nos enfada em cotidianos de trabalho, que limita espaços de circulação e apropriação, mas também nos abre brechas pelas resistências, as quais precisamos adentrar, para então transformá-la.

Pensar as brechas urbanas apropriáveis a partir dos estudos urbanos, é pensar na utopia da cidade como direito, trazendo a expressão da geógrafa Arlete Moysés Rodrigues (2007). A cidade como Direito, nos diálogos da autora, radicaliza a importância do espaço concreto, da vida real, do presente, das experiências que se dão sobre esse espaço, o que abre brechas para pensarmos diversos projetos de cidades, conectados com a diversidade de experiências urbanas.

A cidade como direito abarca a dimensão da utopia, e pensar nela se faz necessário para esboçar uma cidade que queremos. A utopia da cidade como direito, como nos diz Rodrigues (2007), pressupõe o usufruto coletivo da e na cidade. Uma cidade que valoriza o valor de uso, em detrimento do valor de troca, supondo o acesso universal na apropriação da cidade, no uso do que ela oferece.

É impossível criar um mundo ideal na cidade real, com “realismos” e senso comum. O direito à cidade como bem coletivo, com acesso universal aos bens e serviços, constitui uma “revolta” contra a mercadoria terra, moradia e cidade, e a privatização dos equipamentos públicos. É uma “revolta” contra o predomínio do valor de troca, uma luta pelo valor de uso da cidade e da propriedade. (RODRIGUES, 2007, p.3).

O que seria uma Belo Horizonte que queremos, diante dessa concepção? Uma Belo Horizonte onde ser negro, morador de periferia não signifique risco de vida, alvo do Estado. Uma cidade

onde as ocupações urbanas sejam regularizadas, que a especulação imobiliária seja aniquilada, e que novas ocupações surjam, ocupando estruturas vazias que contraditoriamente fazem parte da cidade, é só olhar para o alto no centro da capital e perceber que a maioria dos prédios estão vazios.

A cidade que queremos permite a qualquer corpo transitar, movimentar-se por ela, descobrindo seus encantos por derivas sem serem alvos de estupro, fobias sociais, marginalizações. A cidade que queremos respeita os tempos de vivência e aprende com cada um deles. A cidade que queremos bate tambor. A cidade que queremos se desenvolve no acontecer da vida cotidiana, em comunhão e na resolução pacífica de conflitos, inerentes ao ser humano.

Essas colocações parecem românticas, no interior dessa cidade que nos engole a cada dia. Mas não poderíamos objetivar transformações se não partíssemos de utopias. Ela nos permitem ir além no espaço real e reconhece pequenas conquistas como grandes possibilidades de transformação.

É próprio da utopia nunca se concretizar. Porém, cada conquista, por menor que seja, abre novos campos, novas escalas de articulação de uma sociedade sempre em movimento. A utopia da cidade como direito é construída pelos que “sobrevivem” na “ultracarência”. (RODRIGUES, 2007, p.3).

Podemos pensar a Cidade que queremos também no campo das encantarias, uma cidade que valorize o cruzo entre culturas, que fazem por emergir as culturas da síncope, nas palavras de Simas e Rufino (2018). As culturas da síncope emergem quando caminhos são cruzados e desestabilizam ritmos e precisamos em cruzo desestabilizar os ritmos da cidade.

Em nosso debate, a cidade que queremos deve dessoar os ritmos impostos pela vida urbana cerceada. A cidade que queremos, como as culturas da síncope, rompe com a normatização de modos de ser de homens e mulheres no mundo contemporâneo. Assim, “enquanto algumas mentalidades insistem em ler o mundo em dicotomias, teimando na superação de um lado pelo outro, o poder da síncope se inscreve no cruzo” (SIMAS e RUFINO, 2018, p.19).

Nesse sentido, o que seria desestabilizar os ritmos da cidade? Seria desestabilizar os mecanismos do capital e do eurocentrismo, que consoam para gerar processos de colonialidade urbana que impõem a certos grupos populacionais, ritmos desumanos da vida na metrópole. Se

para Simas e Rufino (2018), por exemplo, as culturas da síncope na educação devam gerar “gente feliz, escrevendo, batendo tambor, dando pirueta, imitando bicho, fazendo ciência e gingando com gana de viver” (p.19); transportando essa ideia para a cidade, síncope deve gerar gente sambando, estudando, pulando, comendo, morando, transitando, namorando, fazendo ciranda, encontrando-se, manifestando-se como quiser, mas com a dignidade material a que todo e qualquer cidadão tem direito.

Os sujeitos das Muitas, ao se cruzarem na cidade na busca de brechas para apropriarem e imporem seus ritmos de vidas, presenças, concepções de cidadania, fazem por insurgir culturas da síncope que desestabilizam a cidade que, como discutimos, foi planejada para funcionar no ritmo do capital, ocultando a experiência social de certos grupos populacionais. Quando esse grupo, em cruzeiro, busca construir com seus corpos e identidades outras apropriações espaciais, tensionando territórios, revelam na síncope, outras possibilidades de cidade.

2.3. A campanha eleitoral das Muitas: fortalecendo redes e nós.

Em 2016, as Explosões Programáticas das Muitas, foram multiplicadas, no entanto, mais focadas na discussão das eleições municipais e das pautas que se tornariam plataformas de campanha. Essas reuniões também aconteciam em lugares diversos da cidade, não apenas na região central, mas em diversas regiões de Belo Horizonte, buscando contemplar as nove regionais do município.

Participei de algumas dessas reuniões e percebi que uma característica marcante desses encontros foi o caráter festivo e alegre impresso neles, com lanches coletivos, performances, duelos de MCs e outras atividades culturais, além de serem encontros amplamente formativos com discussões políticas e sociais que abordavam temáticas como racismo, machismo, acesso à moradia, trabalho, dentre outras.

Nessa efervescência, intensificou-se a busca de candidatas para a disputa de vagas na Câmara Municipal, o que coincidiu com a negociação do grupo com alguns partidos de esquerda. Lembro de discussões longas que foram realizadas nesse sentido e nos encontros de campanha percebi que algumas pessoas, ainda como nas Explosões Programáticas, criticavam a via eleitoral, escolhida pelas Muitas, para levar a cabo as propostas criadas coletivamente.

Algumas discussões envolviam a defesa de um partido ou outro para que as candidaturas pudessem ser realizadas.

A escolha do PSOL foi sendo construída devido à afinidade de propostas com o grupo, mas também pela possibilidade de junção de todas as candidatas em uma única legenda, o que possibilitaria a eleição de mais de uma candidata, ao atingir o quociente eleitoral.

É importante ressaltar que esse processo foi vivenciado concomitantemente a uma tensão no cenário político nacional que estava em processo de discussão do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, num golpe que além de outras características teve o machismo como uma das sustentações. Lembro-me que participei de alguns encontros pela cidade que trouxeram essa discussão. A agenda feminista se fortaleceu, inclusive nas Muitas, que passaram a intensificar esse debate em suas reuniões num período em que também se afirmou como **Muitas e não como Muitxs**, assumindo aí um posicionamento contra as arbitrariedades de gênero, que inclusive são fortes na linguagem, conformando um caráter machista.

Salve, salve, cidade! com o prazo legal da filiação partidária chegando ao fim (2 de abril!), faremos mais uma reunião sobre as CANDIDATURAS QUE QUEREMOS. É um momento importante de definições rumo ao objetivo de ocupar as eleições com as pautas concretas que emanam das lutas que compartilhamos. Todas e todos são bem-vindos! Pré-candidatas e pré-candidatos, não deixem de participar! Teremos a alegria de, novamente, sermos recebidas pela Ocupação Tina Martins, um espaço de potência e resistência para as mulheres da cidade e todas nós temos que colar e comparecer. (MUITAS, 2016)⁸.

Em julho, as Muitas, após um longo período de debate aberto, decidiram por 12 candidaturas. Essas candidaturas marcam o posicionamento político ligado às populações minoritárias e também trazem temáticas e propostas que pouco ou nada fazem parte das políticas desenvolvidas historicamente nos espaços de poder. A escolha das candidatas passou também pelo histórico dos sujeitos em mobilizações sociais pela cidade, apontando para a importância da trajetória desses sujeitos como requisito para ser candidata.

A campanha das Muitas foi repleta de desafios, interações, articulações em rede e encontros coletivos. O fato de 12 candidatas nunca terem participado da política eleitoral marcou uma

⁸ **Fonte:** https://www.facebook.com/pg/asmuitas/ads/?ref=page_internal. **Acesso:** 21/09/2017.

inexperiência no que tange ao processo de campanha, mas ao mesmo tempo foi um elemento positivo, pois motivou a busca de novas estratégias, novos modos de discussão de pautas políticas.



Figura 5: As 12 candidatas das Muitas 2016.

A falta de dinheiro também impeliu a busca de iniciativas populares para auxiliar a campanha. Foram articulados encontros chamados de *atelier criativo*, que lançaram mão da boa vontade de pessoas apoiadoras do grupo. Para auxiliar, as pessoas teriam que se inscrever previamente pela internet, dizendo em que trabalho poderiam se voluntariar. Desses encontros do *atelier criativo*, grande parte do material gráfico para a campanha das Muitas foi construído, além de páginas na internet e a coordenação e alimentação de redes sociais que foram extremamente importantes para o processo de campanha.

Na esteira das dificuldades de uma campanha eleitoral, sem dinheiro, com um caráter diferenciado, no que concerne às campanhas políticas de uma maneira geral, foi articulado também um leilão de arte, com obras doadas por diversos artistas, que angariou parte da verba utilizada na campanha. Também havia, na página muitxs.org.br a possibilidade de doações diretas para o grupo de candidatas.



Figura 6: Atelier Criativo, Belo Horizonte.

Fonte: <https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/photos>. **Acesso em:** 12/04/2018.

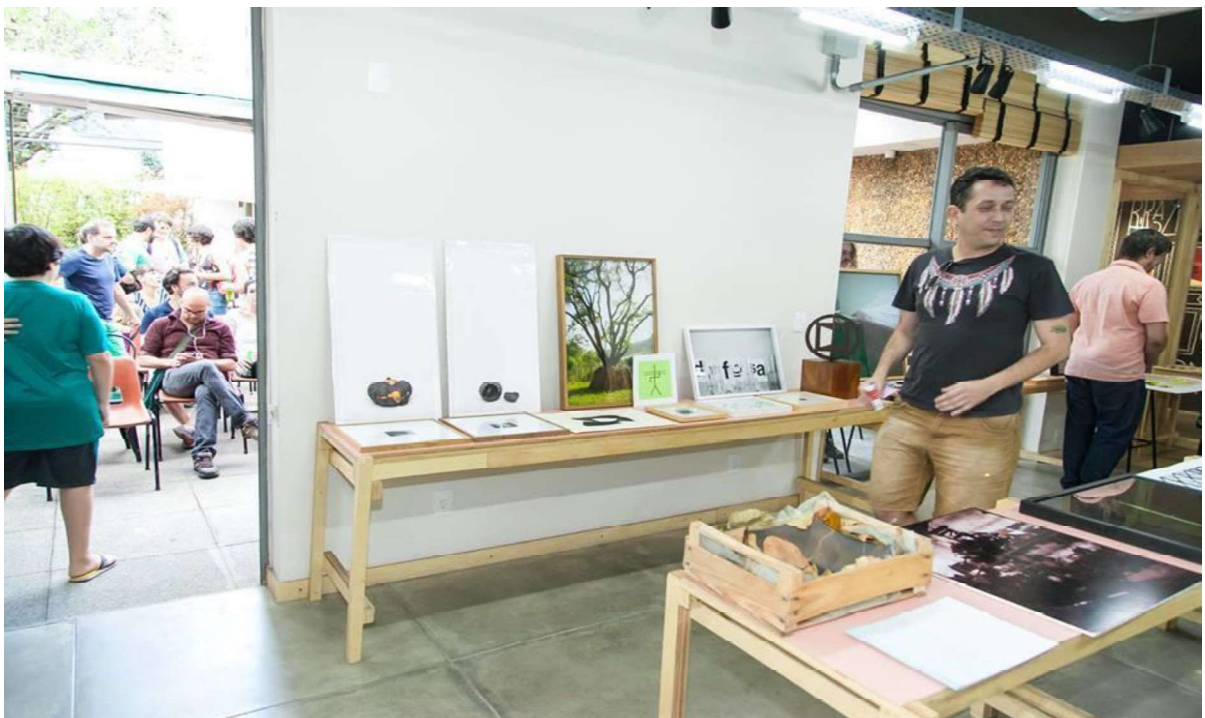


Figura 7: Leilão de obras de arte.

Fonte: <https://www.facebook.com/cidadequequeremosbh/photos>. **Acesso em:** 12/04/2018

Quanto às propostas de campanha, os compromissos firmados no dia do lançamento das candidaturas foram reafirmados. A ideia de um mandato aberto e democrático era sempre tocado, intensificado nos eventos de campanha.

É importante frisar que os debates sobre raça, gênero, moradia e mobilidade urbana estiveram presentes em toda a campanha eleitoral e se configuraram como eixos principais de ação das candidatas, trazendo as pautas de suas vivências nos coletivos a que pertencem, em espaços de contestação social. Durante muitas vezes escutei a expressão, por um mandato feminista, negro e LGBTQI+, revelando para que sujeitos as Muitas almejavam desenvolver políticas no âmbito da câmara municipal.

1

Nossos mandatos serão coletivos, representativos e transparentes.

- Desde as decisões até a prestação de conta dos gastos, tudo será feito de forma coletiva e transparente: em assembleias em praças públicas e também em uma plataforma de interlocução com a cidade na internet.
- A criação de projetos de lei e propostas para a cidade também será feita de forma coletiva, em oficinas abertas para a cidadania.
- Vamos fazer chamadas públicas para apoio a iniciativas cidadãs e ativistas.
- Vamos transformar nossos assessores em agentes de cidadania, trabalhando para a sociedade. Essa equipe será formada com foco na representatividade, buscando incluir mulheres, negros/as, LGBTQs e pessoas engajadas nas questões centrais da cidade.

Figura 8: Compromisso de campanha 1.

Fonte: www.muitx.org. **Acesso em:** 16/08/2017.

2

Vamos trabalhar para reduzir os privilégios dos vereadores.

- Nos comprometemos a doar pelo menos 50% do salário dos vereadores eleitos (sendo 20% para o partido) e propor projeto de lei que reduza formalmente os salários dos vereadores.
- Vamos abrir mão da verba indenizatória para uso pessoal do vereador, utilizando-a somente para ações de interesse coletivo, de maneira transparente.
- Nossas candidatas se comprometem a abrir mão de salários adicionais, doando-os para movimentos sociais e iniciativas cidadãs, e propor projeto de lei para extinção deste e de outros privilégios.

Figura 9: Compromisso de campanha 2.

Fonte: www.muitx.org. **Acesso em:** 16/08/2017.

Como já sinalizamos, a campanha coletiva das Muitas obteve sucesso nos resultados das eleições, uma vez que, somados, o coletivo de doze candidatas obteve 35.615 votos. Além disso, a candidata Áurea Carolina passou a ser a vereadora mais votada na história de Belo Horizonte com 17.420 votos, sendo também a mais votada entre homens e mulheres nos últimos doze anos que antecederam as eleições municipais de 2016. A segunda colocada Cida Falabella, obteve 3.454 votos.

Esse resultado revela que mesmo com o avanço da extrema direita e do conservadorismo em escala global, a esquerda, mesmo que desmembrada, ainda tem força para pautar questões políticas e desenvolvê-las, sendo necessário pensarmos cada vez mais em estratégias de aproximação dos partidos de esquerda no combate do conservadorismo. Ademais, o resultado das eleições nos mostra a força dos coletivos populares e de suas lutas, quando questionam e lutam contra a marginalização de determinados sujeitos na construção das políticas, almejando fissurar as clivagens sociais presentes na cidade.

2.4. A inserção das Muitas na câmara de Belo Horizonte: a Gabinetona, novas estratégias e fissuras na política municipal.

A inserção das Muitas na Câmara de Belo Horizonte é um fato que já revela uma fissura na estrutura da política municipal. Isso porque, historicamente, as instâncias de construção da política pública relegaram sujeitos que vieram dos coletivos populares, das ruas, dos movimentos sociais, sendo esses vistos de maneira geral apenas como receptores da política. Quando mulheres, negras e negros, pessoas da comunidade LGBTQI+, povos indígenas, ocupam esse espaço, emerge a possibilidade de criação de políticas que partem de seus pontos de vista, de suas vivências na cidade, desestabilizando a estrutura branca e patriarcal que impera nos espaços de poder.

Nesse sentido, a ocupação das Muitas na Câmara seguiu o mote da campanha, no intuito de construir um mandato coletivo, aberto e popular, segundo discurso veiculado pelo próprio coletivo em suas práticas políticas na cidade e nos canais de comunicação com a população. No campo da institucionalidade, essa estratégia denominou-se *Gabinetona*. Esse nome expressa a continuidade de estratégias coletivas das Muitas nas decisões políticas, bem como o ambiente de trabalho na Câmara, no qual os “muros” entre gabinetes foram quebrados, construindo um espaço comum de trabalho para a equipe da Gabinetona.

É importante dizer que as Muitas não se desmembraram após a eleição, pelo contrário, parte das doze candidatas passaram a atuar como assessoras parlamentares na Gabinetona, representando as pautas dos coletivos sociais da cidade naquele espaço de poder. Ademais, a Gabinetona inaugurou na política municipal a *covereança*, sendo que a terceira colocada nas eleições, Bella Gonçalves, foi convidada a atuar junto às duas vereadoras eleitas no mandato coletivo. Ressalta-se que Bella Gonçalves é ativista das *Brigadas Populares*, movimento que busca fortalecer as ocupações urbanas, denunciando a falta de moradia para parte da população da cidade, fruto da especulação imobiliária que determina segregações na reprodução social da cidade.

Ainda em 2017, a Gabinetona lançou uma chamada pública para recrutar assessores parlamentares e outros profissionais para atuarem junto às Muitas, sendo que essa forma de seleção foi pioneira na cidade e representou uma demanda da população desde as *Explosões Programáticas* de 2015. No edital da chamada, as Muitas deixaram evidente que a seleção não

seria de caráter meritocrático, mas consideraria, para além da capacidade técnica e profissional, as trajetórias dos candidatos junto aos movimentos sociais, além do compromisso de manter a paridade entre diferentes sujeitos: mulheres, homens, pessoas LGBTQI+, negras e negros, indígenas.

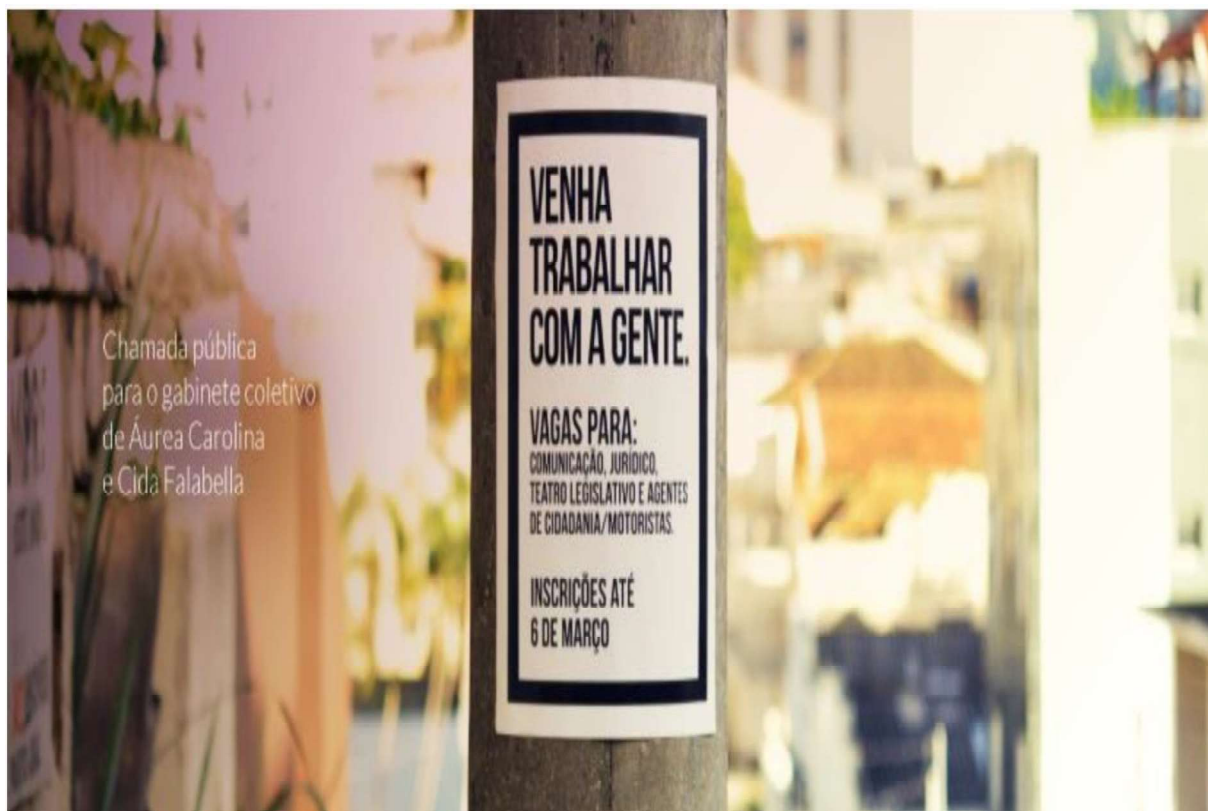


Figura 10: Chamada pública, Muitas 2017.

Fonte: https://www.facebook.com/pg/asmuitas/ads/?ref=page_internal. **Acesso:** 21/03/2018.

Diante do compromisso de efetivar um mandado para as populações mais marginalizadas da cidade, a Gabinetona organiza suas ações na cidade pelo que é denominado pelo coletivo como *mapa de lutas*, onde são traçadas as principais prioridades da cidade. Assim, de acordo com sua trajetória na cidade, os sujeitos que atuam na Gabinetona se alocam nesses mapas de lutas a fim de conectar a política institucional com lutas várias da cidade, com movimentos sociais, coletivos urbanos, órgãos públicos e outras instituições. Os mapas de lutas são divididos por eixos: negritude, mulheres, população LGBTQI+, ocupações urbanas, mineração, segurança cidadã, educação e juventudes.

2.4.1. Mandato aberto e Popular: instrumentos de participação e projetos de lei aprovados.

As Muitas têm garantido a participação popular nas decisões políticas ao dar continuidade à sua prática de propor espaços abertos, onde as pessoas possam sugerir projetos de lei e ações para a cidade, via política institucional. Desde 2017, da ocupação da Câmara Municipal pelas Muitas, os diálogos continuam acontecendo em praças, parques, ruas da cidade, inclusive para justificar a cidade suas ações, fazendo balanço das mesmas junto à população. Essa prática foi denominada pelo grupo como *Laboratórios Populares de Leis (LabPops)*, que também têm a função de orientar diálogos das Muitas com propostas de outros vereadores e parlamentares, inclusive do próprio Governo.

Outro importante instrumento de participação popular criado pelas Muitas são os *Grupos Fortalecedores (Gfortes)*, que significa o fortalecimento de redes pela cidade, conectando o grupo não só com os coletivos populares, mas também com pesquisadores, professores, cientistas e aqueles que desejam contribuir com o mandato.

Dessas práticas de participação foram realizados Projetos de Lei diversos, pautados nas demandas urgentes da cidade, destacamos alguns:

Projeto de Lei 461/2017 “Território Sagrado”: Visa simplificar a acesso à Lei 8.291 de Belo Horizonte, que garante a isenção de impostos de templos religiosos de qualquer culto.

Projeto de Lei 463/2017 “Dona Isabel”: Visa a garantia do uso dos espaços públicos da cidade como parques, praças, ruas, cruzamentos, por coletivos populares e tradicionais, sem autorização prévia ou licenciamento dos órgãos públicos, com a contrapartida de não obstrução do tráfego, a preservação de bens públicos, particulares e áreas verdes, não uso de grandes estruturas, e não promover poluição sonora.

Projeto de Lei 465/2017 “Indumentária”: Visa garantir o respeito às vestimentas e outras expressões corporais de cunho religioso, a exemplo dos turbantes, pinturas indígenas, burca, colares, dentre outros. A PL, prevê formação para agentes públicos até muitas para quem discrimina vestimentas tradicionais.

Projeto de Lei 533/2018 “Morada Segura para as Mulheres”: Visa garantir que mulheres em situação de violência atendidas em instituições públicas sejam cadastradas no Programa Municipal de Assentamento (PROAS), para garantir o acesso dessas mulheres à moradia.

Projeto de Lei 593/2018 “Dona Fininha”: Visa a proteção do direito ao território de povos tradicionais, terreiros, quilombos, reinados, congados, ciganos e outros. O nome da PL faz referência a Dona Fininha, liderança popular e benzedeira de Belo Horizonte.

Para além desses projetos de lei apresentados, as Muitas têm atuação pungente nos debates acontecidos entre parlamentares na Câmara Municipal, influenciando projetos de leis de outros parlamentares, além da proposição de emendas, essas também construídas através da articulação dos *Laboratórios Populares de Lei (LabPops)*. Segundo dados da página *gabinetona.org*, só em 2017 foram cento e quarenta e cinco emendas assinadas por Áurea Carolina e cento e dezenove assinadas por Cida Falabella.

2.4.2. “Cê Fraga”? reverberações da doação de parte dos salários das vereadoras.

Desde a campanha das eleições de 2016, uma pauta presente das Muitas foi a desconstrução dos privilégios dos parlamentares, para tanto, um dos compromissos firmados foi a doação de trinta por cento dos salários das vereadoras eleitas para iniciativas populares da cidade. Quando eleitas, ambas vereadoras registraram em cartório esse compromisso. Após muitos encontros das Muitas, espaços onde foram discutidas possíveis destinações para essa verba, foi levado a cabo o projeto “*Cê Fraga?*”.

Essa ação das Muitas que já obteve duas edições, 2018 e 2019 e se configura como uma chamada pública aberta para que qualquer pessoa indique iniciativas sociais e culturais na cidade para receberem parte do recurso oriundo da doação dos salários. Há aí um objetivo evidente de alcançar movimentações importantes em territórios diversos da cidade, potencializando lutas locais muitas vezes invisibilizadas, segregadas das políticas públicas municipais. A escolha das iniciativas contempladas com o recurso do “*Cê Fraga?*” foi feita pela equipe da Gabinetona, junto a um grupo de seis colaboradores⁹ convidados entre profissionais e ativistas.

⁹ Na edição de 2018 foram, Paula Kimo, Clebin Quirino, Gláucia Vandeveld, Danúbia Gardênia, Debora Del Guerra, Carlandréia Ribeiro.



Figura 11: Cê Fraga?

Fonte: <https://gabinetona.org/cefraga/2018/reconhecidas.html>. **Acesso:** 10/10/2019.

É importante destacar que o objetivo da ação é ampliar a indicação de iniciativas, por isso, não há necessidade de ser uma iniciativa registrada juridicamente e uma pessoa pode indicar quantas iniciativas quiserem. É importante salientar também que uma vez contemplada pelos recursos do “*Cê Fraga?*” a iniciativa não gera vínculo com os mandatos e não obriga a prestação de contas, uma vez que cada uma delas se compromete com a veracidade dos dados fornecidos no momento da inscrição.

Em 2018 foram contempladas dezenove iniciativas e em 2019, quinze iniciativas.

CÊ FRAGA? 2018			
INICIATIVA CONTEMPLADA	BAIRRO	REGIONAL/MUNICÍPIO	QUAIS AÇÕES?
Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira - Casa de caridade Pai Jacob do Oriente	Pedreira Prado Lopes	Noroeste	Ensino da cultura afro-brasileira. Realização de festas populares.
Baile Uai Sound System	Nazaré, Vista do Sol, Ribeiro de Abreu, Conjunto Felicidade, Conjunto Santa Maria	Nordeste e Centro -Sul	Banda Musical - Cultura reggae e vertentes nas periferias.
Biqueira Cultural	Belo Horizonte e Região Metropolitana	todas	Biblioteca itinerante- Troca de livros nas periferias.
Casa dos Sonhos	Vila Nova Cachoeirinha	Noroeste	Centro Comunitário.
Chora N'goma – Festejo e Centro Cultural do Moçambique	Alto dos Pinheiros	Noroeste	Fortalecimento Cultural da Guarda de Moçambique.
Coletivo Roots Ativa	Vila Nossa Senhora de Fátima	Nordeste	Ensino da Cultura Rastafari.
Cooperativa de Costura das Mulheres do Dandara	Comunidade Dandara/Céu Azul	Pampulha	Economia Local – Profissionalização.
DoarEduca	Santa Teresa e Nova Pampulha	Leste e Pampulha	Preparação gratuita para o ENEM
Eu amo minha quebrada	Morro do Papagaio	Centro -Sul	Ações para desenvolvimento local do território.
Festa de Sant'Ana – Nossa Conga do Quilombo Luizes	Grajaú	Oeste	Realização de Festejos da Cultura Quilombola.
Filme de Rua	Centro	Centro -Sul	Produção audiovisual por jovens moradores de rua.
Fubá Café	Vila Cemig	Contagem	Ponto de Cultura.
Grupo de Estudos em Agroecologia da Cabana	Cabana do Pai Tomás	Oeste	Difusão dos princípios da agroecologia na periferia.
Kilombo Manzo – Festa na Senzala	Santa Efigênia	Centro - Sul	Realização de Festejos da Cultura Quilombola.
Mulheres da Vila	Enseada das Garças	Pampulha	Geração de Renda- Moda e Artesanato.
Ocupa Mídia Izidora	Comunidade Rosa Leão/Izidora	Santa Luzia	Mídia Local-Cobertura de Conflitos na Ocupação.
Orquestra Parque Sagrada Geração	Betânia	Oeste	Aulas gratuitas de musicalização.
Projeto Libras na Escola e na Vida	Alípio de Melo	Pampulha	Aulas gratuitas de libras.
Transvest	Centro	Centro - Sul	Preparação pro ENEM para pessoas transexuais.

Tabela 3: Reconhecimento e Cartografia de Iniciativas sociais e Culturais de BH, 2018¹⁰.

¹⁰ Dados disponíveis na página gabinetona.org/cefraga.

CÊ FRAGA? 2019			
INICIATIVA	BAIRRO	REGIONAL/MUNICÍPIO	QUAIS AÇÕES?
Produto Novo	Vila Maria	Nordeste	Produção sonora e audiovisual na periferia.
Oficina de Marcenaria	Prado	Oeste	Marcenaria para pessoas com deficiência.
Associação de Mulheres da Vila Nossa Senhora Aparecida	São Lucas	Centro-Sul	Apoio financeiro, psicológico e educativo para mulheres dependentes químicas.
Rede POC	Itinerante	Belo Horizonte e Região Metropolitana	Ações diversas contra LGBTQIfobia.
Creche Tia Carminha	Ocupação Eliana Silva	Barreiro	Atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos.
Casa do Saber	Nova Granada	Oeste	Doação de livros, acesso ao lazer, educação e artes.
Ecossistema Lixo Zero	Santa Tereza	Leste	Integração entre a reciclagem popular e a agroecologia urbana.
Viva Lagoinha	Lagoinha	Noroeste	Ações de requalificação da região da Lagoinha.
Rap Ládo Norte	Diversos Bairros	Norte	Apoio aos duelos de MCs.
Associação Cultural Odum Orixás	Floresta	Centro - Sul	Promoção da Igualdade raça/gênero e outras diversidades.
Guarda de Moçambique São José	Jardim Inconfidência	Oeste	Apoio as guardas de congado.
Hortas Comunitárias	Ocupação Vitória/Izidora	Santa Luzia	Cultivo de Produtos Orgânicos, geração de renda sustentável em ocupações urbanas.
NóArte – Núcleo de Organização Artística da Zona Norte	Zilá Spósito	Norte	desenvolve batalhas de MCs, eventos comunitários e oficinas de rap e poesia.
Projeto Itamar	Aglomerado da Serra	Centro - Sul	Aulas de taekwondo para crianças e adolescentes.
ÉmesmoFilmes Produtora	Novo Glória	Noroeste	produções de filmes independente com pessoas periféricas.

Tabela 4: Reconhecimento e Cartografia de Iniciativas sociais e Culturais de BH, 2019¹¹.

Como percebemos nas tabelas, o recurso proveniente da doação dos salários das parlamentares tem alcançado iniciativas diversas na cidade nas nove regionais administrativas e em alguns municípios da região metropolitana, através do “*Cê Fraga?*”. Isso revela uma preocupação do grupo em ramificar sua atuação política por toda cidade, dando auxílio para que ações potentes nos diversos locais da metrópole tenham mais condições de manutenção, sendo também respeitadas suas manifestações e seus modos de organização nos territórios de origem.

¹¹ Dados disponíveis na página gabinetona.org/cefraga.

Participei de um encontro das Muitas no bairro Prado, no qual diversos representantes das iniciativas contempladas estavam presentes. Algo que se destacou no relato das iniciativas representadas foi a simplicidade do processo de inscrição, o que vai de encontro aos editais de programas de incentivo cultural e de ações sociais tanto públicos quanto privados ou do terceiro setor, que devido à imensa burocracia, distanciam algumas movimentações das políticas desenvolvidas.

Ao fazer um chamamento público com poucas burocracias e de linguagem acessível, o “*Cê Fraga?*” amplia o escopo de iniciativas inscritas, ampliando, consequentemente, a cartografia de iniciativas sociais e culturais da cidade, que apesar de potentes, muitas delas são desconhecidas para além de seus territórios.

A não exigência da prestação de contas também amplia essa cartografia, pois permite a inscrição de iniciativas que não estão formalmente cadastradas em algum órgão ou instituição, mas são legitimadas no território, pela população local, pelas dinâmicas sociais e manifestações culturais de onde acontecem, a exemplo das guardas de congado, das batalhas de MCs, dos festejos populares, do incentivo ao artesanato local, dentre outras.



Figura 12: Encontro de Balanço do Mandato das Muitas: especial Cê Fraga?

Fonte: <https://www.facebook.com/events/637939676545477>. **Acesso em:** 10/10/2019.

É importante salientar que acreditamos que o incentivo a iniciativas como estas, cartografadas pelas Muitas, deva acontecer constantemente nos espaços onde se decide as políticas públicas

que chegarão na população. No entanto, como temos dialogado, a cidade segregada, marginaliza territórios e por consequência populações e comunidades diversas, fazendo por manter um ciclo de segregação na reprodução social urbana. Nesse sentido, ações como o “*Cê Fraga?*” têm ao menos conseguido desestruturar essa realidade, ao ampliar o escopo de atuação da política pública e visibilizar a potência de algumas movimentações na cidade, através de uma cartografia.

Ressalta-se que o “*Cê Fraga?*”, para além das trinta e quatro iniciativas que receberam auxílio, somando as edições de 2018 e 2019, cartografou mais de trezentas iniciativas culturais e sociais na cidade. Essas podem ser conhecidas por toda a população através da página <http://gabintona.gov/cefraga> num mapa interativo produzido pela Gabinetona que fornece informações sobre cada uma das iniciativas. Nesse momento político que o Brasil atravessa, essas iniciativas locais, realizadas no âmbito das ruas, da vizinhança, do bairro, revelam a força dos lugares e dão pistas de interação e caminhos de emancipação.



Figura 13: Cartografia de iniciativas sociais e culturais das Muitas.

Fonte: <https://gabinetona.org/cefraga/2018/mapa.html>. **Acesso em:** 10/10/2019.

2.4.3. Fazer política com arte: o teatro no legislativo.

Desde os primeiros encontros das Muitas, mesmo antes da decisão do lançamento das candidaturas para as eleições de 2016, as manifestações artísticas e culturais estão presentes nas ações do grupo como performances, teatro de rua, dentre outras.

É válido lembrarmos que muitos dos integrantes das Muitas são artistas, professores das artes, arte-educadores, ativistas da cultura, a exemplo de uma das vereadoras eleitas pelo grupo em 2016, Cida Falabella, conhecida na cidade como *vereatriz*. Portanto, as Muitas insurgem no cenário urbano de Belo Horizonte apoiado às artes como um dos caminhos de sua construção política na cidade e como instrumento de participação popular.

Pra além das manifestações artísticas sempre presentes nos encontros das Muitas, do diálogo com grupos de arte e cultura de Belo Horizonte e do fomento a manifestações artísticas locais, em diversos territórios da cidade, após a entrada das Muitas na Câmara Municipal foi criado o grupo de teatro popular *Az Diferentonas*, inspirado nas concepções do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

Trazer como base política a metodologia de Augusto Boal nesse momento político que o Brasil atravessa é posicionar-se contra o crescimento do conservadorismo, a favor da democracia, da liberdade de corpos, da valorização da diferença, via arte. Isso pois, o Teatro do Oprimido, nasce no contexto da ditadura militar com o intuito de transformar o sujeito passivo diante das opressões, como sujeito político ativo capaz de mudar sua realidade através do teatro. Augusto Boal, precursor do Teatro do Oprimido, acreditava que todo sujeito era criador de cultura e propunha a não separação entre público e plateia, entre espectador/a e ator/atriz, propondo que todos são *espect-atores/espect-atrizes*.

Segundo discute Rodrigues de Carvalho (2013), o Teatro do Oprimido tem sua semente em 1953 com o Teatro de Arena que buscava uma dramaturgia conectada à realidade brasileira, fazendo contraposição a um teatro com grande influência estrangeira. Foi no Teatro de Arena que Boal cria sua primeira técnica que comporia o Teatro do Oprimido, o Teatro Jornal. O Teatro Jornal teve grande importância no contexto da ditadura militar, pois evidenciava notícias censuradas através de técnicas teatrais.

O Teatro de Arena, local de produção de Teatro Jornal e de grandes espetáculos como “*Revolução na América do Sul*” em 1960 e “*Arena Conta Zumbi*”, encenado em 1965, teve grande repercussão no país, o que acarretou a prisão e exílio de muitos de seus membros, dentre eles Augusto Boal, preso e exilado em 1971. (RODRIGUES DE CARVALHO, 2013, p.6).

No exílio de treze anos em outros países da América Latina e Europa, Augusto Boal desenvolveu diversas técnicas do Teatro do Oprimido, dentre elas o Teatro Invisível o Arco Íris do Desejo, além de iniciar o desenvolvimento das técnicas do Teatro Fórum, também utilizada em ações das Muitas pela cidade.

Durante este período de exílio, Boal inicia as primeiras experiências com o Teatro Fórum, uma das técnicas mais praticadas do método, em que a peça produzida é feita a partir de uma opressão real na qual os personagens oprimido e opressor entram em conflito, cada um lutando para alcançar seu objetivo. Ao final do espetáculo o personagem oprimido fracassa e o público é convidado a entrar em cena, mostrando alternativas para transformação do problema em questão. Com isso, transforma-se o monólogo, ainda existente na prática teatral, em verdadeiro diálogo, no qual o espectador se transforma em ator, saindo da condição passiva de receptor para transformar-se em sujeito criativo, inventor de novos caminhos e possibilidades. (RODRIGUES DE CARVALHO, 2013, p.7).

Quando retorna ao Brasil, Boal cria o *Centro de Teatro do Oprimido*, onde as metodologias desenvolvidas no exílio são trabalhadas, pesquisadas e passam a se espalhar em espaços diversos no Brasil e no mundo, tendo o objetivo de libertar o sujeito das opressões através da arte. Além disso, no Teatro do Oprimido todo homem tem uma capacidade artística transformadora o qual ele deve exercer, pois nasce de “uma necessidade humana, nascida de condições concretas de opressão. É a reativação do ser criador e protagonista. A reativação no ser humano de uma condição que lhe é inerente: a arte” (RODRIGUES DE CARVALHO, 2013, p.8).

Atualmente o Teatro do Oprimido e as técnicas que o compõe, representadas na Árvore do Oprimido, são multiplicadas em mais de setenta países em instâncias várias, públicas e privadas, como prisões, hospitais, escolas. O Teatro do Oprimido também está presente em diversos movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, em seus debates, na formação educativa e no planejamento de suas ações.

Em suas experimentações pelo mundo afora, Boal cria e sistematiza as técnicas de seu arsenal: Teatro-Jornal (Brasil), Teatro Invisível (Argentina), Teatro-fórum e Teatro-Imagem (Peru), Arco-íris do Desejo (França), Teatro-Legislativo e Estética do Oprimido (Brasil), conjunto metodológico que

compõe, juntamente com os jogos e exercícios “para atores e não atores”, o sistema do Teatro do Oprimido, simbolizados por Boal na imagem da Árvore do Teatro do Oprimido. (SILVA, 2017, p. 159).



Figura 14: Árvore do Teatro do Oprimido.

Fonte: <https://escoladigital.org.br/odas/arvore-do-teatro-do-oprimido>. Acesso em: 12/10/2019.

É importante salientar que há centros de multiplicação e grupos de multiplicadores do Teatro do Oprimido, atuando em diversos países do mundo. Esses podem ser considerados células de resistência, uma vez que, pela arte e com o objetivo de aniquilar as opressões, evidenciam problemas sociais pungentes, além de libertarem aqueles *espect-atores* e *espect-atrizes* que experenciam o Teatro do Oprimido.

Trazer o contexto de surgimento e desenvolvimento do Teatro do Oprimido e as concepções que o presidem é de suma importância para dimensionarmos a força da utilização desse teatro no desenvolvimento da política municipal. Quando as Muitas criam um grupo de teatro, *Az Diferentonas*, inspirados na concepção de Boal e objetivando multiplicar suas técnicas em territórios vários da cidade, revelam o tom de resistência que atravessam suas ações. Isso nos permite observar como os movimentos sociais, hoje mais diversos, alguns deles representados

pelas Muitas, vão ressignificando suas práticas e ações, nesse caso, nos revelando que a arte pode permear a construção política da cidade.

A experiência de levar o Teatro do Oprimido para o poder legislativo em mandatos municipais não é pioneira das Muitas. Ela se inspira na experiência do próprio Augusto Boal quando exerceu mandato de vereador pelo Partido dos Trabalhadores-PT no Rio de Janeiro de 1993 a 1996, o que foi chamado de mandato político -teatral.

Nesta ocasião, o teatro foi utilizado como instância mediadora entre o parlamentar e o cidadão, fazendo da relação entre o artista e o público uma discussão de interesse comum. Anos depois, a ideia é retomada na Câmara Municipal de Belo Horizonte pelas vereadoras do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Áurea Carolina e Cida Falabella, que reeditam parte da proposta de Boal, criando um projeto singular batizado como “Gabinetona”. (SILVA, 2017, p. 149).

No mandato de Boal, foi constituído grupos de Teatro do Oprimido que multiplicavam a metodologia nos bairros, fazendo por criar outros grupos que constituíram uma rede de núcleos de Teatro do Oprimido na cidade do Rio de Janeiro que tinham o objetivo de evidenciar os problemas sociais de seus territórios. Segundo aborda Noeli Turle da Silva (2013), esses problemas eram encenados em debates públicos e poderiam, caso fosse vontade popular, tornarem-se proposições políticas, estando no horizonte dos projetos de lei a serem criados por Augusto Boal.

Dentre os principais grupos que a assessoria do gabinete do vereador Augusto Boal criou, acompanhou e desenvolveu com sucesso, destacaram-se os seguintes: Núcleo de Teatro do Oprimido “Sol da Manhã”, formado por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); grupo de professoras de escolas públicas; Juventude Católica da Teologia da Libertação; empregadas domésticas; jovens negros universitários. Deste último, surgiu o Núcleo de Teatro do Oprimido do Coletivo Estadual do Negro Universitário (Cenun), cujas atividades político-artísticas extrapolaram as fronteiras do país. (SILVA, 2017, p. 152).

Este último, o CENUM, foi um dos responsáveis, junto a outros movimentos por dois espetáculos político-teatrais que se tornaram bases importantes para conquistas que o movimento negro logrou somente agora no início do século XXI. O primeiro deles desenvolvido com técnicas do Teatro Fórum abordou a desigualdade do acesso da população negra às universidades, abrindo caminho para reivindicação e conquista das cotas raciais para

entrada em universidades e em concursos públicos, por exemplo. Já o segundo trabalho, denominado *O Pregador*, versou sobre a dificuldade do negro no mercado de trabalho.

A conquista das cotas deu-se a partir da mobilização coletiva de atores sociais, organizados fora da universidade, com os poderes Executivo e Legislativo, e *O Pregador* fez parte desse processo, debatendo o tema em diversas instituições: Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) *Campus* Ilha do Fundão, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ *Campus* Largo de São Francisco, Pontifícia Universitária Católica (PUC/RJ). Em 9 de novembro de 2001, foi sancionada a Lei nº 3.708/2001, que implementou as cotas raciais e instituiu a cota mínima de até 40% para as populações negra e parda nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). (SILVA, 2017, p. 155).

Como percebemos, o Teatro do Oprimido pode ser potente na luta contra o racismo, desvelando na ação teatral modos concretos de resolução dos problemas do cotidiano e das relações de opressão que atravessam a sociedade. Assim, inspirados pela experiência de Boal na gestão pública, *Az Diferentonas* vêm atuando na cidade, com espetáculos de conscientização em diversos espaços de debate, tanto no centro, quanto nas periferias e na própria Câmara Municipal. Além disso, tem se preocupado em formar em distintos territórios da metrópole núcleos de multiplicação do Teatro do Oprimido.

Uma primeira ação a se destacar, abordada também por Silva (2013), foi a atuação de *Az Diferentonas* no espetáculo *Até Quando?* Encenado no *Seminário de Segurança Cidadã* em 2017 na Câmara Municipal. Na ocasião, o grupo atacou o racismo presente na maneira como a segurança pública é praticada na cidade, sendo uma das responsáveis pelo genocídio da juventude negra, fenômeno alarmante na metrópole Belo Horizonte.

A peça gira em torno de um jovem negro adolescente que simplesmente caminha na rua com a sua mãe, quando sofre uma abordagem truculenta das personagens alegóricas “Sistema” e “Poder”, as quais personificam o racismo e a opressão social sobre a população negro-brasileira. Segundo Chiari, o texto foi escrito a partir de depoimentos de jovens negros que já sofreram violência policial nas ruas de suas comunidades em Belo Horizonte. Através do Teatro-Fórum, a performance fomenta a busca de soluções para políticas municipais sobre segurança pública cidadã e direitos da juventude negra, tema do Seminário. (SILVA, 2017, p. 156).

Destaco essa ação, devido ao impacto que teve no dia do seminário sobre segurança cidadã; estava no auditório e ao ver encenado, de forma tão potente, uma realidade jogada na cara da população cotidianamente, penso que a cena se torna um convite para o adensamento da luta

contra o genocídio negro e na elaboração de argumentos que podem orientar as lei propostas e as práticas das instituições no âmbito da segurança pública.

Vale ressaltar que as performances, peças, esquetes das *Diferentonas* não se resumem aos eventos sobre racismo. Em diversos espaços presenciei atuações do grupo que abordavam questões diversas como a violência contra mulher, a LGBTQIfobia, a falta de moradia em atos nas ocupações urbanas de Belo Horizonte.



Figura 15: Az Diferentonas na Câmara Municipal.

Fonte: SILVA, Noeli Turle da (Licko Turle). Teatro legislativo e racismo: arte, política e militância. Repertório, Salvador, ano 20, n. 29, p. 146-162, 2017.2. **Foto:** Abraão Bruck. **Disponível em:** <https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/download/25464/15582>. **Acesso em:** 21/10/2019.

Na política das Muitas, a formação dos núcleos de multiplicação do Teatro do Oprimido se dá principalmente a partir de uma ação coordenada pelas *Diferentonas* chamada *Tô na Cidade*, tendo sido realizadas duas edições, uma em 2018 e uma em 2019. Essa ação política põe em prática o Núcleo Experimental de Teatro do Oprimido da Gabinetona e tem o objetivo de multiplicar a metodologia de Boal, formando novos multiplicadores, que atuarão e seus territórios.

Nesse sentido, foi publicado um edital que selecionou cerca de vinte pessoas de diferentes territórios de Belo Horizonte para passarem pela vivência de multiplicação do Teatro do

Oprimido. O critério principal de escolha dos futuros multiplicadores do Teatro do Oprimido, foi a possibilidade de multiplicação da metodologia em escolas, centros de saúde, hospitais, fóruns, sistema socioeducativo, dentre outros. O que foi mapeado, via resultados de um questionário que os candidatos preenchiam on-line para se inscreverem.

Os selecionados tiveram ajuda de custo da Gabinetona para transporte e passaram por uma formação sobre as técnicas de Boal em doze encontros semanais com a equipe das *Diferentonas*. No último encontro, apresentaram, em um encontro aberto chamado *Zona de Confluência*, uma cena de Teatro Fórum como resultado do trabalho realizado. A cena apresentada poderia vir a ser um projeto de lei, assim como prevê as técnicas do Teatro Legislativo.

As pessoas selecionadas para a formação com as *Diferentonas* assumiram um compromisso de multiplicar o Teatro do Oprimido em seus territórios de atuação, no intuito de enfrentamento das desigualdades sociais, das situações geradoras de opressão. Ademais, no projeto são previstos encontros do grupo depois da formação para socialização das práticas do Teatro do Oprimido em seus locais de atuação política.



Figura 16: Teatro no Legislativo: formação de multiplicadores do Teatro do Oprimido.

Fonte: <https://www.facebook.com/events/834144476966679/> **Acesso em:** 10/10/2019.

Na segunda edição do *Tô na Cidade*, realizada em 2019, participei como um dos viventes da formação, tendo em vista meu trabalho como educador em um território de conflito. Frequentei nove encontros que abordaram na teoria e na prática os jogos teatrais de Augusto Boal e as técnicas que compõem a *Árvore do Teatro do Oprimido*. Os quatro encontros finais foram para preparação de uma cena de Teatro Fórum, cujo tema seria uma situação de opressão vivenciada por algum dos participantes.

Ao longo dos encontros, a cada dia surgiam relatos dos participantes de diferentes episódios de opressão vivenciados por eles na cidade atravessadas pelo racismo, pela LGBTQIfobia, pela misoginia, pela pobreza econômica, pela precariedade da saúde pública, pela violência urbana. E, à medida que essas situações iam emergindo, no movimento do corpo, no encontro com outros corpos, na teatralização da opressão e diante de muitos conflitos e debates, íamos chegando a possíveis resoluções para essas opressões mediados pela arte, inspirados pelas contribuições de Boal.

No último encontro da segunda edição apresentamos uma cena que representa uma vivência comum entre a população que utiliza o serviço de saúde pública. A cena denunciava a precariedade no atendimento do Sistema Único de Saúde-SUS, podendo esta temática ser pauta dos projetos de lei a serem desenvolvidos pela Gabinetona, além de auxiliar como base na defesa de futuras propostas de emendas nas leis vigentes.

Detalhes

Um encontro aberto para troca de experiências sobre a criação teatral como instância de ação política, social e cidadã, a partir do trabalho do diretor de teatro brasileiro, Augusto Boal.

Intervenções teatrais com os multiplicadores de Teatro do Oprimido da Gabinetona, debate com Julian Boal (filho de Augusto Boal) e lançamento da mais nova edição do livro "Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas".

A Zona de Confluência > Teatro no Legislativo marca também a finalização de mais um Núcleo de Teatro do Oprimido da Gabinetona, que foi conduzido pelo grupo de teatro e educação popular do nosso mandato coletivo. O Núcleo formou um grupo de multiplicadores que devem levar as técnicas de Boal aos territórios da cidade. O Teatro do Oprimido reúne práticas teatrais para atores e não-atores com objetivo de trazer reflexões coletivas sobre situações cotidianas atravessadas por algum tipo de opressão.

A criação do Núcleo de Teatro do Oprimido da Gabinetona é a concretização de uma das principais propostas de campanha da verêatriz Cida Falabella (Muitas / PSOL): construir um mandato coletivo e criativo em que a arte afeta a política, possibilitando, através do teatro, a participação cidadã nas ações do mandato.

9 de julho, terça-feira, às 19h, no Teatro Espanca!
(rua Aarão Reis, 542, centro)

Figura 17: Culminância do "Tô na Cidade".

Fonte: <https://www.facebook.com/events/834144476966679/>. **Acesso em:** 12/10/2019.

Ao conectar arte e política, as sustentam a ideia de que os corpos são políticos em suas apropriações e resistências cotidianas, seja no trabalho teatral realizado pelas *Diferentonas* em diversos espaços e territórios vários da cidade ou no desenvolvimento do Núcleo do Teatro do Oprimido, que representa sua ramificação por territórios urbanos diversos, logrado a partir da formação de multiplicadores. Nesse sentido, “trata-se, de um lado, do esforço de construção de outros saberes, diferentes daqueles instituídos como verdadeiros; de outro, da descoberta de uma nova ética, pautada nas vozes periféricas e contra hegemônicas da sociedade” (SILVA, 2017, p. 161).

2.5. Desafios que emergem.

Como discutimos, as Muitas, desde os primeiros encontros abertos acontecidos a partir de 2015, tem feito importantes fissuras na política municipal de Belo Horizonte. Mas é importante também trazermos os desafios dessa movimentação como coletivo político. Um deles relaciona-se com o fato de que em diversos territórios da cidade, muita gente não sabe da existência das Muitas, indicando ainda o distanciamento de parte da população das pautas políticas da cidade.

Não acreditamos que esse seja um problema específico das Muitas, pois de maneira geral, o debate político é distante da maioria da população, resultado da desigualdade educacional e social do país. Além disso, percebemos esforços das Muitas para de alguma maneira se presentificarem nas periferias da cidade, a exemplo do “*Cê Fraga?*” e da multiplicação do Teatro do Oprimido. Porém, é necessário se deter mais nessa relação com os territórios, pensando constantemente em como ampliar o escopo de discussão política na cidade, criando ações mais radicais nos territórios e adensando o *trabalho de base* com a população.

Nesse sentido, é preciso desestabilizar mais, pois sabemos da força dos processos de colonialidade que atravessam não só as políticas públicas urbanas, mas corpos que sob esse julgo são marginalizados, apagados da cena social urbana. Fanon (1965) nos lembra que o colonialismo não se dá só pelos aparatos institucionais que dominam povos e territórios. Essa dominação se dá também a partir dos discursos de inferiorização vinculados a certos grupos sociais, que muitas vezes são introduzidas pelos próprios sujeitos inferiorizados, colonizados, portanto, “não é possível submeter à servidão os homens, sem inferiorizá-los, parte por parte” (FANON, 1965).

As palavras de Fanon (1965) se materializam na metrópole quando ela enxota pobres, negras e negros, pessoas LGBTQI+ ao campo marginal da cidade, criando periferizações que dizem apenas que espaço ocupam, mas dizem sobre em que medida seus corpos são vistos como periféricos no acontecer da urbe que valoriza a cidade, seus territórios e habitantes pelo valor de troca.

Uma das chaves que nos auxiliam na interpretação desse imbróglio é a *Sociologia das Ausências*, como sugere Boaventura de Souza Santos (2010). Isso, ao passo em que essa perspectiva se coloca como um procedimento transgressivo, que faz por visibilizar as

experiências sociais que são ocultadas pela contração do presente e evidenciar que o invisível, o ausente é produzido ativamente pela sociedade através de processos chamados pelo autor de monoculturas.

Para Boaventura (2010), essas monoculturas agem em cinco dimensões sociais; a monocultura do saber e do rigor (ideia do saber único, científico); a monocultura do tempo linear (a ideia da história com sentidos e direções únicos); a monocultura da naturalização das diferenças (que ocultam hierarquias sociais relacionadas a raça, etnia, sexo e gênero); a monocultura da escala dominante (que oculta processos locais em detrimentos dos globais); a monocultura do produtivismo capitalista (determinação do trabalho humano pela produtividade e crescimento econômico).

Por outro lado, essas monoculturas podem ser permeadas por policulturas a partir da *Sociologia das Ausências*, no sentido de trazer para o espaço público o que é produzido como ausente, como presente. Para isso, Santos (2010), indica a substituição das cinco monoculturas por cinco ecologias. A ecologia dos saberes (a ciência um saber, dentre vários), a ecologia das temporalidades (há diferentes tempos na sociedade, não apenas o tempo linear), a ecologia do reconhecimento (reconhecimento das diferenças e da diversidade sem hierarquização social); a ecologia da transescala (articulação entre as escalas, locais, nacionais e globais); a ecologia das produtividades (recuperação dos sistemas alternativos de produção).

Santos (2010) sugere que abandonemos a ideia de futuro sem limites por um futuro concreto, o qual vamos mapear a partir das emergências. Nesse caso, elas configuram-se como pequenas ações que cotidianamente acontecem, mas são descredibilizadas. Nesse sentido, um pequeno movimento social ou ação coletiva deve ser simbolicamente ampliada para reconhecermos as possibilidades concretas do futuro.

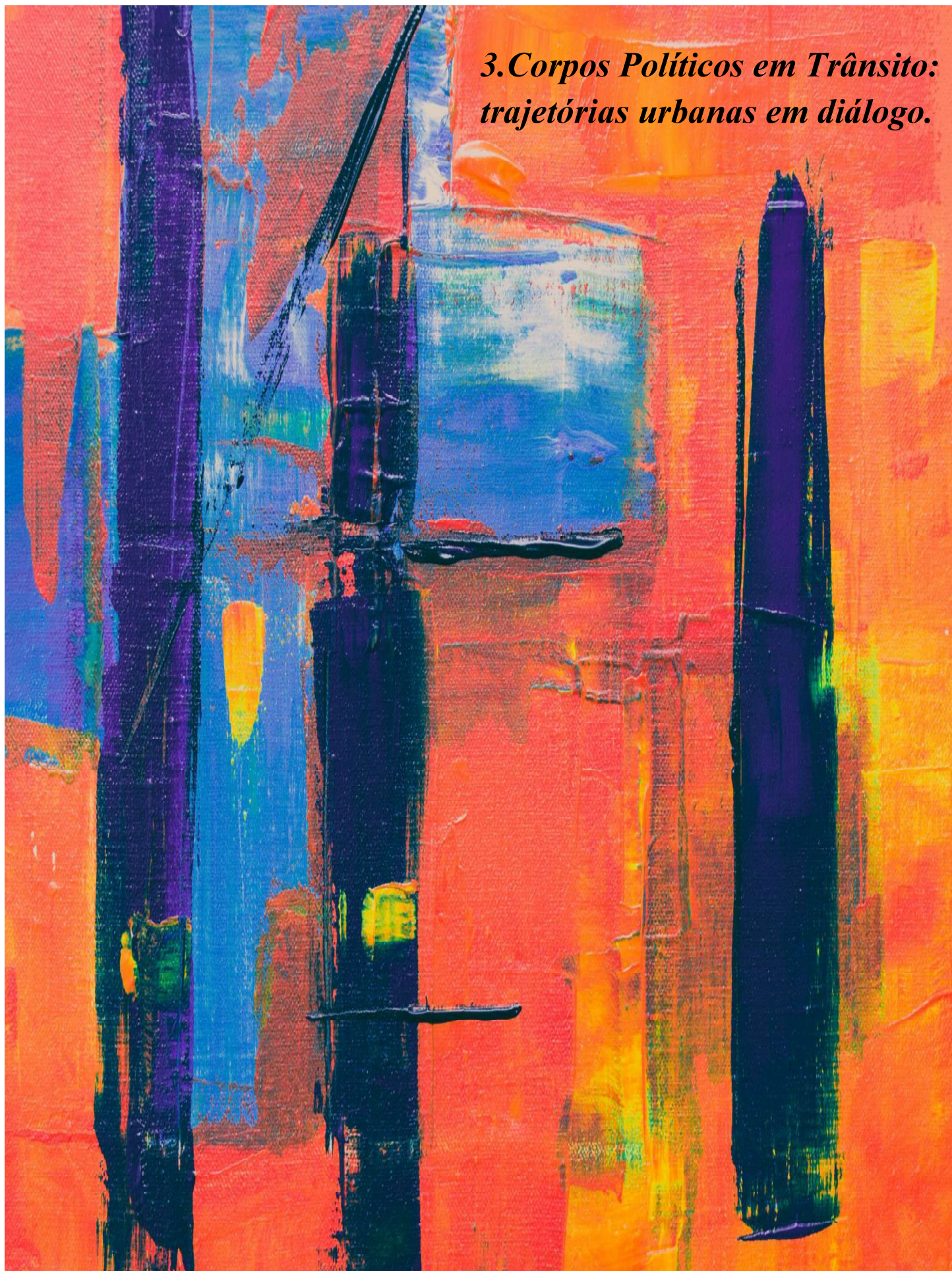
Essas contribuições nos remetem novamente ao conceito de escala e sua importância para fazermos o ausente presente. É necessário, nessa luta, fazer por visibilizar políticas que se fazem presentes pelo território do corpo, até aquelas que visualizem relações mais amplas na cidade e no mundo e como elas se relacionam entre si, pois as diferentes escalas se complementam num jogo que vai muito além da relação local-global, estão imbricadas em processos sociais distintos.

A escalaridade dos jogos políticos tem relação, portanto, com a hierarquização de atores sociais, de arenas das quais estes participam, de contextos de interação que servem ou não como arenas. Obviamente, de legitimações e exclusões que são impostas a atores sociais em cada “escala”, compreendida então como um jogo de poder ordenado, com abrangência espacial definida, com atores reconhecidos (e outros não), com regra próprias e normas de conduta, com objetos de disputa específicos. (SOETERICK e SANTOS, 2015, p.6).

Adensando essa concepção escalar do fazer político, e chegando mais próximos à escala do corpo, no próximo capítulo adentraremos nas trajetórias urbanas de três sujeitos que compõem as Muitas, mas também compõem grupos alvos dos processos de colonialidade e de subalternização que atingem certos corpos, determinado lugares e não lugares, apropriações e expropriações que clivam o direito à cidade e segregam corpos.

Na contramão do fluxo urbano segregador, os sujeitos que acompanhamos mais de perto ao longo da pesquisa demonstram, em suas trajetórias de vida e em suas vivências pela cidade, a força do corpo. Com isso, têm transformando seus enredos urbanos em lutas por uma cidade mais plural, menos segregada, mais utópica, mais digna de se viver.

*3. Corpos Políticos em Trânsito:
trajetórias urbanas em diálogo.*



Ao dialogar com as Muitas, as maneiras como têm conduzido sua presença na Câmara Municipal e com as trajetórias dos sujeitos que as constituem, bem como ao observar o diálogo desse coletivo político com os movimentos sociais de Belo Horizonte e Região Metropolitana, entendemos que sua insurgência atinge diversas escalas do território urbano, escalas essas que, sem hierarquias, se complementam na formação da cidade e na reprodução social do espaço urbano.

Nesse sentido, é importante dizer que precisamos olhar mais de perto para os territórios locais, para potencializar ações políticas que se desenvolvem nos becos, nas ruas, nas favelas, nos bairros e são determinantes na mudança de muitas vivências. Todavia, nem sempre são conhecidas, pois se desenvolvem fora da égide dos espaços de poder ou não têm financiamento de instituições privadas ou do terceiro setor. Elas se dão no âmago das comunidades, nas movimentações locais, nas resistências cotidianas, no significado simbólico e prático da vizinhança.

O sentido de escala e sua importância nos jogos políticos leva-nos também a pensar a escala do corpo, entendendo cada um dele com um território específico, ao mesmo tempo que um agente formador de um território maior, o da cidade. Dessa forma, corpo e cidade são estruturas coladas que se implicam entre si. A cidade lê o corpo, mas também é lida pelo corpo e nessa interação, desenham *corpografias*, “uma espécie de cartografia corporal, em que não se distinguem o objeto cartografado e sua representação, tendo em vista o caráter contínuo e recíproco da dinâmica que os constitui ” (JACQUES e BRITTO, 20012, p.149).

A partir desse entendimento é preciso perceber que cada corpo é também constituído de significados adquiridos em suas trajetórias na cidade, constituído de aprendizados que residem na maneira como a cidade acolhe ou rechaça cada corpo em determinados espaços.

Os corpos são vários. Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. Na cidade, misturamo-nos sempre – mesmo quando não há desejo de mistura –, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória. Antagonismos diversos se inscrevem no corpo da cidade, justamente onde o conflito se pronuncia de maneira mais ou menos ruidosa. (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.58).

A escala do corpo, portanto, se integra à dinâmica social da cidade, assim como às dimensões de escalas globais que desenham a cidade, demonstrando a perspectiva da interescala.

Nessa relação com os corpos, a cidade se torna,

terreno, piso, chão: convite - aparentemente inevitável - ao deslocamento do corpo; depositário de passos e vestígios; superfície de inscrições feitas de cultura. O corpo: anúncio de movimento; detonador de ações e memórias; dentro-fora; interno-externo; inexaurível. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação. A *cidade-terreno* é a cidade no nível da rua, produzida por corpos e movimentos, do que está sendo feito da vida urbana. O corpo experimenta a cidade. A cidade vive por meio do corpo dos sujeitos. A cidade é cidade-corpo. (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.56).

É no tocante a esse reconhecimento que denominamos os sujeitos das Muitas de *Corpos Políticos*. Não só porque atuaram em coletivos políticos ou movimentos sociais ou porque agora ajudam a decidir as políticas da cidade em espaços de poder. Mas sobretudo são políticos, porque seus corpos são territórios de resistência. Esses corpos carregam insígnias que os demarcam como territórios ao mesmo tempo em que são presenças afirmativas no espaço público. Em trânsito pela cidade, em lutas diversas, ao se presentificarem e se apropriarem do urbano, em resistências, vão ocasionando transformações. Isso pois, “o espaço é aberto, inconcluso, diversificado, feito também de texturas impalpáveis, do imaterial. Espaço é pele, corpo, chão, cidade (HISSA e NOGUEIRA, 2013, p.56).

Os autores (SOETERIK e SANTOS, 2015), na reflexão que fazem sobre escalas de ação política, questionam “Como atores sociais mobilizam o ordenamento escalar dos jogos políticos, efetuam políticas de escala, dialogam com atores, eventos e processos em diferentes escalas para promover suas lutas e transformações sociais?” (p.71).

Perseguindo essas indagações apresentamos a trajetória urbana - *corpografias* - três ativistas sociais que fazem parte das Muitas, esforçando-nos em fazer emergir as potências de seus corpos políticos quando se movem pela cidade e as fazem movê-la.

Para as autoras Britto e Jacques (2012), essas trajetórias urbanas, dadas pela inscrição do corpo da cidade, são as chamadas corpografias, que são capazes de nos mostrar as exclusões do projeto urbano. Isso, na medida em que revelam utilizações e apropriações do espaço, diferentes

dos projetos urbanos hegemônicos, marcados por uma espetacularização que busca transformar a cidade em um conjunto de cenários sem corpo, fazendo da cidade uma fachada publicitária para reprodução do capital.

As corpografias permitem tanto compreender as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência de espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias especializadas dos corpos que as experimentaram. Elas expressam o modo particular de cada corpo conduzir a tessitura de rede de referências informativas, a partir das quais o seu relacionamento com o ambiente pode instaurar novas sínteses de sentido ou, coerências. (BRITTO, 2010, p. 15).

Trazê-las aqui é atentar-se às pequenas fissuras que esses corpos vão causando à cidade, na medida em que expressam um diálogo entre as ações de seus corpos e a maneira como vão constituindo e reconstituindo suas identidades em inserções no espaço urbano, nos territórios que recortam a metrópole.

3.1. Cristal Lopes: mulher negra, ativista, artista e rainha.

*Quando eu era criança eu tinha ...
não é vazio, mas eu tinha essa
questão para resolver. Eu não me
sentia um menino, mas também não
era uma menina, assim, sabe?!
Cristal*

Escrever e descrever percursos, interações e movimentos de Cristal Lopez pela cidade é um desafio imenso, pois é traduzir o que é praticamente intraduzível. Ela carrega um corpo mais que político, um corpo que representa resistências e existências de pessoas há muito subalternizadas nos espaços urbanos e na vivência da cidadania, mulheres negras, mulheres trans, mulheres trans e negras.

Atualmente, Cristal trabalha na Gabinetona, como assessora parlamentar, além disso é estilista, artista e ativista social, nessas múltiplas atuações na vida tem representado a população LGBTIQ+, bem como a população negra em seus espaços de atuação política. Além disso, tem demonstrado, em trânsito, que a cidade pode ser de todos os sujeitos que dela habitam. E isso, ela faz com muita arte, com alegria, com crítica, com dança, com performances, com

monólogos, em festas, em shows, em debates políticos, nas periferias, nas praças, no centro da cidade.



Figura 18: Cristal em Belo Horizonte.

Foto: Maxuell Vilela. **Fonte:** <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/carnaval-2017/2017/03/01/com-3-milhoes-de-pessoas-bh-tem-recorde-de-publico-no-carnaval.htm#fotoNav=7>. **Acesso em:** 02/05/2018.

Encontrei-me com Cristal inúmeras vezes pela cidade, mesmo antes de empreender esta pesquisa. Fazemos parte da comunidade LGBTQI+, por isso, nossa socialização muitas vezes se dá em espaços voltados, eminentemente, para o público a que pertencemos. Não porque desejamos essa segregação que a condição nos impõe, mas sim, porque precisamos nos proteger das manifestações diversas de LGBTQIfobia, existentes em alguns espaços da cidade. Estar junto, em determinados espaços, públicos ou privados, se torna assim, uma estratégia coletiva para apropriação de territórios urbanos e uma vivência na cidade mais segura, ao exercitarmos nossa liberdade de ser.

Faço essa observação, pois foi em 2015, num sábado de sol a tarde, no Parque Municipal de Belo Horizonte que pela primeira vez vi Cristal se apresentando em um espaço público aberto. Embora eu já tivesse visto Cristal se apresentar em lugares fechados voltados para o público LGBTQI+, dessa vez, percebi com mais intensidade o quão forte e de luta era Cristal, uma

ativista. Nesse dia, iniciava-se o *Campeonato Interdrag de Gaymada*¹², promovido pelo coletivo *Toda Deseo*¹³ que Cristal já participou. Foi com muita ousadia e com muita rebeldia, reluzente, que ela tomou a praça ao som de *A Carne mais Barata do Mercado*, de Elza Soares e emocionou o público presente. Após sua apresentação, ela, com muita alegria, se incorporou a um dos times que iriam disputar o campeonato.

Fiquei impactado com aquela ação de Cristal, junto ao coletivo *Toda Deseo*. Entre alguns olhares e reações preconceituosas, ela mostrou, ao jogar seu corpo na cidade, formas próprias de manifestação da existência, da resistência e do encontro entre o público LGBTQI+. Também mostrou com alegria que podemos nos apropriar dos espaços públicos do nosso jeito, sem menosprezar ou humilhar as famílias diversas que com outras configurações, também frequentam aquele espaço. Mostrou que é possível convivermos em harmonia, respeitando a diversidade presentificada pelos sujeitos da cidade, mas ao mesmo tempo evidenciando a diferença de forma a denunciar as indignidades vividas pelo seu corpo. As “gaymadas” tomaram a cidade e em pouco tempo, passaram a ser um importante e reconhecido movimento político voltado para a denúncia de processos sociais, via arte e ressignificação do espaço.

¹² A *gaymada* consiste em uma adaptação da brincadeira de rua “queimada” e seu objetivo é levar de forma alegre, saudável e festiva a pauta da apropriação do espaço público da cidade pela população LGBTQI+, resistindo ao cerceamento vivido por esse público na experiência urbana.

¹³ O *Toda Deseo* é um coletivo formado por artistas mineiros que realiza espetáculos, eventos de rua e debates diversos pela cidade e pautam, principalmente, as questões da vivência LGBTQI+ na cidade. Para além do *Campeonato Interdrag de Gaymada*, o coletivo tem outras produções artísticas e nos últimos anos ganhou prêmios importantes de direitos humanos e cidadania LGBTQI+ por sua atuação na ocupação pública da cidade pautada na diversidade.



Figura 19: Cristal na Gaymada.

Fonte: Jornal O Tempo. **Disponível em:** <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/dissensos-eresistencias-1.1213119>. **Acesso em:** 27/08/2018.

Cristal impacta com tamanha capacidade expressa nas suas artes corporais e em suas resistências transeuntes. Ao encontrar com ela nos espaços que frequentamos em comum, e ao acompanhá-la no exercício de pesquisador, ao entender recortes de sua trajetória na infância e juventude fui percebendo sua grandeza. Percebi também que as determinações advindas de sua identidade, de mulher trans, negra, de artista e ativista social eram dimensões imbricadas em seu *fazer-ser* na cidade e nas apropriações feitas pelo seu corpo em territórios diversos.

Dessa maneira, fui aprendendo, que as insígnias da vida urbana cerceada, presentes em alguns corpos, como no de Cristal, podem ser reelaboradas pelas artes e transformadas em marcas de resistência e de reprodução da vida, podem ser transformadas em força, em alegria, em encontros.

3.1.1. A infância, a escola e a transição de gênero.

Cristal nasceu em 1982 em Belo Horizonte, cidade onde viveu a maior parte da infância e da adolescência no bairro Caiçara, regional Noroeste. Durante certo período da infância ela viveu

em São João Del Rey, onde ainda residem alguns de seus familiares. De família negra, ela me relatou que mesmo com algumas dificuldades financeiras, com o trabalho árduo do dia a dia, a família conseguia manter suas necessidades materiais.

Ao relatar vivências da infância, Cristal lembra com carinho e alegria que gostava de ser criança, queria brincar, apenas brincar e escutar música. A família de Cristal é composta de vários artistas, sua mãe e sua tia são dançarinas de músicas afro-brasileiras e alguns de seus parentes são sambistas e organizam rodas de samba ainda hoje pela cidade. Para além disso, Cristal relata que sua família sempre foi musical e durante a infância não foram raros os momentos em que enquanto seus colegas brincavam na rua ela ficava em casa escutando Gal Costa, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Caetano Veloso, dentre outros cantores.

Eu sou filha e sobrinha de bailarina de dança afro, e assim, eu sempre acompanhei minha tia nas apresentações. Eu falo que cresci na coxia do Palácio das Artes. Com sete anos de idade, acabava a apresentação eu ia pro palco dançar. Tudo que elas dançavam eu dançava. Minha tia falava assim:
- Nossa você sabe a coreografia melhor do que eu. Então assim, eu já tinha essa coisa de apresentar, de estar no palco né. **Cristal**

No entanto, Cristal lembra também que desde a infância não se entendia nem como menino, nem como menina, sendo essa condição geradora de grandes conflitos internos. Segundo ela, seu jeito afeminado era um impacto para as pessoas com as quais convivia, além de ser motivo de agressão e outras violências por parte de pessoas pertencentes ao seu círculo de convivência.

Passei a minha infância querendo brincar, ficar na rua. Mas isso tinha um problema, né, porque eu sempre fui afeminada, desde criança, sempre, e o mundo da moda sempre me chamou atenção. O look das modelos, o andar, eu sempre estava interessada nisso. Então, em tudo eu era uma criança muito diferente! Eu era muito afeminada mesmo e as outras crianças não entendiam. É, os meninos não entendiam, as meninas muito menos, então, eu estava assim, eu tinha amigos, mas eu era a chacota dos amigos, assim. Eu passei muito tempo de bullying por causa disso, de violência. Os meninos não entendiam, as meninas muito menos, então assim, eu tinha amigos, mas era a chacota desses amigos. Eu era amigo deles, mas ao mesmo tempo eu não era, a coisa era muito diferente. **Cristal**

De família muito católica, Cristal também relata ter tido resistência de aceitação intrafamiliar devido ao seu jeito que desde criança evidenciava um ser humano que se distanciava dos padrões de gênero responsáveis por moldar comportamentos desde a infância. Ela lembra com pesar que, durante certo tempo, manteve dificuldade de relacionamento com a mãe devido sua identidade sexual. Diz que foi só agora, já adulta, ao enfrentar uma enfermidade e ficar um

longo tempo internada que pela primeira vez foi chamada por sua avó de Cristal, motivo de muita emoção pra ela.

Cristal estudou nos anos iniciais do Ensino Fundamental em um colégio de freira, onde pode perceber as mais atrozes tentativas de padronização de seu corpo, via pressupostos religiosos. Nesse período ela não entendia as regras que as freiras tentavam fazê-la seguir. Segundo ela, a maioria dessas regras eram ligadas a padrões de comportamento que não as representava.

Como foi difícil, nossa! Elas (as freiras) não entendiam, elas não queriam. Então elas não entendiam porque eu andava rebolando, porque eu gostava de dançar. Elas não me xingavam, mas elas me puniam. Tinham regras que eu não entendia. Tinha que ir de meia marrom ou branco e limpa. Teve um dia que eu fui de meia amarela porque a meia marrom estava lavando e a branca também, eu não entrei na sala! Eu não entrei no colégio, me barraram na entrada e eu voltei para a casa. Como assim? É só uma meia, sabe? Como se isso fosse fazer diferença na minha vida. **Cristal**

Sua permanência no colégio de Freiras se deu até o final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que posteriormente foi matriculada em uma escola particular pequena localizada em seu bairro. Foi aí que começou a entender as determinações do racismo e do preconceito de gênero nas opressões a que era submetida. Enquanto criança seu jeito afeminado protagonizava suas angústias e as violências que sofria. Foi na passagem dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental que Cristal sentiu o peso de conviver com a homofobia e o racismo.

E aí começou né! Primeiro que eu era a única negra do colégio inteiro. Até os funcionários eram brancos. Só eu de negra!!! Então assim, o preconceito racial eu não entendia. Na minha casa tudo bem eu ser negra, eu era empoderada em tudo. Minha família é negra né, todo mundo sempre usou turbante, todo mundo sempre usou muito traje de negro. Só que na escola você não tem sua mãe pra te defender, você não tem ninguém pra te defender. Aí, como você lida? É difícil. Aí eu comecei a usar meios de que as meninas, o povo do colégio não me achasse estranha. Comecei a alisar cabelo e eu arrependo amargamente. Minha mãe demorava cinco horas pra alisar meu cabelo. E se meu cabelo não estivesse pra baixo eu não ia pra escola. **Cristal**

É, eu falava assim: “Gente, já me excluem por causa da minha pele, se eu realçar os traços negros, aí vai piorar a situação?”. Então, eu preferi esconder, assim, enquanto um fio não estivesse para baixo, eu não ia. Eu não ia! E é diferente, sabe, assim, você ser a única negra da escola branca, é complicado! Porque você não vê ninguém nem parecido com você. Aí eu alisei cabelo muito tempo. **Cristal**

Nesse período de sua vida, no começo da adolescência, entre essas vivências indignas baseadas no racismo, Cristal reconhece o companheirismo de sua mãe e agradece sempre com carinho as inúmeras vezes que ela precisou se defender. Hoje ela entende que faltava informação por parte de sua mãe em relação ao que ela descobria e vivia naquele momento. E, juntas, numa terapia familiar, elas conseguiram melhorar a relação.

Eu tenho uma relação muito boa com ela, mas no início não foi não. Eu lembro que eu fui comprar as roupas femininas, cheguei lá em casa louca para vestir, vesti e ela entrou no quarto na hora, assim. Parecia novela, assim, na hora que experimentei o sutiã, ela entrou no quarto. Ela só olhou e não falou nada! A gente ficou uns seis meses sem conversar. E é difícil, morando na mesma casa sem poder conversar. Seis meses. Aí, ela chegou para mim, um dia e falou assim: “Eu já sabia” ! Mas, minha mãe sempre passou para a gente que é melhor eu falar no meu tempo, do que ela saber pela boca de outra pessoa. Aí, eu cheguei, conversei. Seis meses sem falar comigo foi muito duro, assim, porque é sua mãe, vocês morarem na mesma casa e você não poder conversar com ela, é foda! Aí, chegou um dia, ela veio conversar comigo, ela falou assim: “Olha, eu não vou te julgar não, mas eu prefiro entender isso que está acontecendo. Porque eu fui pega por um filho que é filha e eu não consigo entender isso ainda na minha cabeça. Eu sugiro que a gente faça terapia juntas”. **Cristal**

A minha família é muito católica. Muito católica! A minha avó, até hoje ela não consegue me aceitar e olha que gente mora na mesma casa. Mas as minhas avós, elas não conseguem me aceitar, não me chamam pelo nome que eu escolhi, ainda me chama pelo nome do registro. E assim, é difícil! O nome que eles escolheram, não é nome que eu escolhi. **Cristal**

Foi no início da adolescência, em meio a tantos conflitos internos, que Cristal começou a entender que eles se relacionavam à questão de não identificação do seu gênero. Percebeu que sua identidade não era aquela que as pessoas a queriam encaixar. Percebeu que era mulher e num episódio de revolta colocou fogo em todas as suas roupas masculinas. Isso revela que o período de transição se tornou algo desafiador e muito difícil. Ele foi permeado por experiências de muito preconceito na escola, a ausência de amigos, momentos de depressão e tentativas de suicídio.

São as transformações, sabe, que é uma coisa, eu sempre falo que a transição (de gênero) é doce e dura. Ela não é fácil, você tem que ser artista mesmo, para poder passar por ela, porque ela nunca é fácil. Você sempre é questionada, você nunca é boa, você tem que provar duas vezes que você é melhor. Ainda sendo negra, você tem que provar mais ainda que você é melhor. E isso é chato! Você ter que viver os desafios da adolescência que todo mundo tem, mais os desafios da identidade, é difícil! Não é toda pessoa que sobrevive. Eu nem falo coisa do racismo não, a questão de ser LGBT, na escola é difícil! **Cristal**

A questão de ser LGBT na escola é difícil. Como lidar com isso? Eu falo que eu sou muito louca de me assumir, de me assumir não, não gosto dessa palavra, fui louca de buscar meu lugar no mundo. Ou eu me transformava no que eu era realmente ou eu me matava. **Cristal**

Cristal sobreviveu ao Ensino Fundamental com muita dificuldade e prosseguiu porque era um desejo de sua mãe que ela permanecesse na escola. Ao longo da adolescência ganhou um trauma grande, devido a uma violência sexual que sofreu. E foi um período também de isolamento, devido a falta de amigos. Era com sua tia dançarina que a levava para as apresentações artísticas que Cristal encontrava refúgio ante aos conflitos que vivia naquele momento. O desejo de ser artista, dava forças para que ela pudesse continuar e a ajudava na construção de sua identidade.

Aí com 16 anos eu lembro que fui numa apresentação da minha tia, acabou a apresentação dela eu subi no palco e aquilo ali pra mim foi tão mágico, sabe, eu nem sei te falar, uma coisa mágica. Lembro também que no mês seguinte iria ter um festival de performance no viaduto e eu queria participar, fiz minha inscrição e participei. **Cristal**

Quando conversava com Cristal sobre sua infância e adolescência, quando ela foi me relatar sobre esse festival de performance, Cristal se emocionou ao lembrar o quanto ele foi importante para que ela encarasse a vergonha que até então tinha de seu cabelo crespo, devido ao racismo que sofria na escola.

Nesse dia... Ah, eu queria falar muito sobre meu cabelo, sabe, sobre a questão da raça, sabe!!! Porque isso me atingia profundamente, porque sempre ouvi falar que meu cabelo era ruim, que meu cabelo era crespo, era duro. E minha mãe falava assim: “Olha seu cabelo é crespo, não tenha vergonha de ter cabelo crespo, você é negra. Essa é você. Seu cabelo é negro, é da raça negra, seu cabelo é crespo, mas é lindo”. E na escola eu ouvia outra coisa, sabe, eu ouvia que cabelo de negro era feio, era sujo, era bombril, que você não podia fazer penteado nenhum e minha mãe dizia o contrário e eu sempre ficava em dúvida. Sabe? Se era certo eu assumir meu cabelo ou se era melhor eu esconder meus traços negros. E isso pra mim é muito forte, né, eu como uma mulher, uma mulher trans ainda, é uma coisa muito forte, tanto que quando eu cortei o cabelo, eu queria muito cortar meu cabelo, já fazia um tempo. Mas aí eu falava assim. Aí, se eu cortar meu cabelo vai ficar parecendo malandro, eu tinha esse ranço com meu cabelo e quando eu cortei meu cabelo eu falei assim. Gente, por que eu não fiz isso antes, eu redescobri meu cabelo. Olha que maravilha. Porque eu não fiz isso antes, eu vi na verdade que cabelo não muda nada, eu continuei sendo eu mesma, eu continuei sendo a Cristal, eu continuei sendo a mulher. E ninguém vai me falar o contrário!!!! Aí eu saí da apresentação desse festival veio uma menina com o cabelo desse tamanho e veio me falar que meu cabelo é lindo. É aí foi um start, assim. Porque eu não percebi isso antes, eu tinha sofrido menos. E aquilo pra mim valeu mais que um cachê, valeu mais que qualquer coisa que eu tenha na vida. O empoderamento passa pelo cabelo, e isso, pra mulher negra é muito importante. Descobrir que você pode

fazer qualquer coisa com seu cabelo é revigorante. Pra mulher branca não, pra mulher negra é outra coisa, você começa a ser dona de você, a ser dona de sua beleza, você vê a sua beleza. **Cristal**

Foi no Ensino Médio, onde viveu a primeira experiência em uma escola pública e a primeira experiência de fazer uma amizade.

É, no Ensino Médio eu já consegui ter amigos, porque eu fui para uma escola pública, sabe, onde a diversidade é bem maior do que a escola particular. Então assim, no Ensino Médio, pela primeira vez eu tive uma amiga negra. É ela [a Escol Pública] que assim, salva você. É lá que te salvam e o povo demoniza. **Cristal**

Então, não adianta você ir para uma escola particular, achando que essa escola vai ser a salvação do seu filho, não. Pode ser, às vezes, não. Essa coisa do bullying é muito louca, porque as vezes, eu achava que realmente tinha uma coisa estranha comigo, assim. De não poder me assentar. Eu falava assim: “Como assim, gente?! Eu só estou querendo viver a minha vida, eu não quero tirar lugar de ninguém. Eu quero viver a minha vida como realmente eu sou”. Não sei o que isso tanto incomoda, eu fico pensando. Por que a masculinidade fica tão frágil, nessa hora? **Cristal**

Porque não tem como eu falar de transfobia sem falar de racismo. Uma trans branca, não sofre tanto. Ela pode sofrer, mas a questão da raça para ela, ela não vai ser questionada. Agora, uma trans negra, ou um trans negro, vai ser questionado. Primeiro pela raça, segundo, pela orientação sexual, assim. Sabe, então os desafios que uma trans negra tem para sobreviver, são... Eu sobrevivi, porque eu tive uma mãe que me deu apoio. Eu tinha uma família por trás de mim, se eu não tivesse... Com a maioria, eu não estaria viva não. **Cristal**

Cristal finalizou o Ensino Médio desejando seguir a carreira de artista e aproveitava as raras oportunidades que no início da vida adulta apareciam para que ela pudesse subir em algum palco e se apresentar artisticamente. Nessa busca, sempre ligada ao mundo da moda, ela customizava suas próprias roupas não só para se apresentar, mas também para usar no dia a dia. Nesse processo, Cristal evidencia diversas dificuldades em se inserir na área das artes ou em qualquer outro trabalho.

Cristal buscou refúgio da falta trabalho no mundo da prostituição. O que, segundo ela, foi importante para pagar seu curso de moda. A vida na prostituição para Cristal permitiu a ela dar continuidade aos seus estudos. No entanto, a vivência nas ruas trouxe consequências ruins para Cristal, como traumas e depressão, provenientes das vivências de violências de humilhação que pessoas que vivem da prostituição estão sujeitas, sobretudo as pessoas transexuais.

Eu não faço apologia da prostituição. Mas eu me prostituí, não tenho vergonha de falar isso. Pra pagar faculdade, porque eu não arrumava emprego. Por causa de dinheiro, gente, eu usava o dinheiro da prostituição pra pagar faculdade, mesmo minha mãe me ajudando, faculdade é muito caro. Então assim, pra ajudá-la e para me ajudar eu vendia meu corpo. Não tenho vergonha de falar isso não, sabe por quê? A prostituição me deu conhecimento sabe, eu falo mesmo. A prostituição me deu o conhecimento de onde eu poderia ir, de onde era meu limite e do que eu não consegui fazer, me deu autoconhecimento corporal. Isso pra mim é essencial, a gente precisa saber sobre nosso corpo e sobre nossos limites. A prostituição me deu isso! Eu não quero fazer apologia à prostituição. Eu quero falar, sejam mais que isso, vocês podem. Não deixa ninguém dizer que você não é capaz, porque você é capaz. **Cristal**

Foi com muita dificuldade, à medida que ia se inserindo no mundo artístico de Belo Horizonte, sendo chamada para apresentações em festas, boates, shows e teatros que ela foi se afastando da prostituição, amparada pela arte e por seu desejo de se consolidar como artista na vida profissional. Nessa época, Cristal se apresentava já em alguns estabelecimentos voltados para o público LGBTQI+, sendo que nesse meio ficou conhecida antes de se *espalhar pela cidade*, expressão utilizada por ela própria.

A trajetória de Cristal, embora marcada por desafios imensos para a sobrevivência, também é marcada pela capacidade de aprender com sua própria história e de ressignificá-la utilizando a arte como instrumento.

Destaco aqui um momento de encontro que tive com Cristal em 2017 na comemoração de seu aniversário, no espaço antigo *Velma*, região do bairro Horto em Belo Horizonte. Na ocasião, Cristal apresentou um espetáculo produzido e dirigido também por ela, chamado *Reconstruindo e Construindo uma Jovem Cristal*. O espetáculo trata-se de um monólogo que relata sua trajetória de vida, as reconstruções pela qual passou ao longo da vida, desde a infância até a sua coroação como rainha do carnaval de Belo Horizonte.

Lembro-me que nesse dia do espetáculo me emocionei durante toda a apresentação com os relatos de Cristal, com os recortes de sua vida escolhidos para a encenação. Na época, ela tinha a pouco tempo saído de um período longo de internação, devido a uma enfermidade e eu também passava por um período de limitações em relação a saúde. Nesse contexto, foi revigorante e fortalecedor ver a alegria e a esperança de Cristal realizando sua arte, representando a população LGBTQI+ que ali estava, com alegria, com destreza, revigorada,

mesmo que percebíamos limitações de quem tinha a pouco tempo superado um momento frágil na saúde.

No final da apresentação, outra situação emblemática e muito significativa aconteceu. Uma espectadora trans, emocionada, pegou o microfone e agradeceu a Cristal por aquele momento, frisando a importância do monólogo ser apresentado no aniversário de trinta e anos de Cristal, idade que representa a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil.

O espetáculo de Cristal após a estreia, seguiu compondo a ocupação *TransArte*¹⁴ que aconteceu em Belo Horizonte nos meses de outubro e setembro de 2017. Nessa ocupação, Cristal esteve presente não só na apresentação do espetáculo, mas também em atividades como debates, rodas de conversa, dentre outras.



Figura 20: Reconstruindo e Construindo uma Jovem Cristal.

¹⁴A ocupação TrasArte, aconteceu em Belo Horizonte nos meses de outubro e novembro de 2017. Utilizando multilinguagens, ela se configurou como uma ocupação artística, dedicada a explorar, visibilizar e enaltecer a arte ligada à identidade de gênero e a sexualidade.

3.1.2. A construção da ativista e a coroação como rainha do carnaval de Belo Horizonte.

A construção de Cristal como ativista social se deu imbricada com sua trajetória de vida, na luta pela sobrevivência na cidade. Ela me relatou que começou a ampliar seus contatos pela cidade, quando, em 2013, no carnaval de Belo Horizonte, foi para a rua e aleatoriamente se inseriu num bloco de carnaval, a partir daí ela se espalhou pela cidade e foi ampliando seus contatos e seus espaços de inserção artística e política.

Tudo começou em 2013, eu não ia viajar porque o dinheiro acabou, teve uma crise na minha casa por causa de dinheiro. Aí eu falei assim: “A gente não vai viajar, então vou fazer alguma coisa pela cidade”. Eu lembro que foi na sexta - feira e resolvi ir pro centro da cidade. Eu peguei um bloco que tinha treze pessoas subindo a rua da Bahia. Eu falei assim: “Eu acho que vou entrar nesse bloco”. Entrei e fui até a praça Raul Soares com eles. Foi pra mim uma coisa impressionante, porque até então eu viajava, né, pra Bahia, eu viajava e esse ano e não viajei. Aí eu gostei, participei do carnaval efetivamente em todos os bloquinhos, você não tem noção. Ano passado foi meu primeiro ano de Garotas Solteiras e meu segundo ano de Angola Janga, que foi o primeiro bloco que me coroou como rainha, foi o primeiro bloco que me teve como rainha e foi o primeiro bloco que realmente traz a negritude em si e o povo negro, né. Então assim, fiquei super feliz, porque eu tinha uma vontade, eu tinha falta na verdade no carnaval de Belo Horizonte falar sobre o negro e a gente sabe que o carnaval é negro, né gente? Inclusive foi dos escravos do Curral Del Rey, nem era Belo Horizonte, a primeira manifestação foi negra no Curral Del Rey, os escravos dessa fazenda resolveram fazer o carnaval e saíram pela fazenda desfilando. Quando surge o Angola Janga, foi uma repartida disso, desse bloco de escravos que tiveram aqui em Belo Horizonte e que nós resolvemos retomar. Então não tinha um bloco negro, com a população negra em si. Aí a Naiara falou, eu vou fazer um bloco e te coroar como rainha. O fato de ser rainha e de ser trans, nossa era inadmissível pra mim. Aí, lembro que entrei de empreitada, lembro que saí esse ano e chorei muito, porque era um filho que tava nascendo, era um bloco que falava de negro e tava saindo no carnaval e a gente saiu com uma quantidade de pessoas negras imensa. Aí eu falei: “agora sim eu tô numa coisa que fala de mim” Sabe, e isso é muito bom. Aí ano passado foi minha estreia no Garotas Solteiras, primeiro que fala de minha diva né, Beyonce, porque ela me deixa feliz, porque ela nunca esquece de onde ela vem, ela não esquece de onde começou tudo. Isso pra mim é importantíssimo. Você só sabe pra onde vai sabendo de suas raízes, você não pode esquecer nunca suas raízes. Isso é importante, e ela é a musa mor do Bloco. Aí eu tava ensaiando para o Angola Janga, aí uma bicha do garotas solteiras me ligou e falou: Cristal, eu tenho um convite pra te fazer. A gente tá lançando o Garotas Solteiras e a musa é Beyonce, a gente sabe que você é fã da Beyonce pra caralho e a gente quer que você seja a rainha de nosso bloco. Eu fiquei emocionada, mas eu não aceitei de cara assim, eu queria que ele me falasse mais do bloco, os objetivos do bloco. Aí me falaram do objetivo de empoderar as pessoas LGBT. Aí eu fiquei muito feliz porque, nada menos que uma pessoa trans falar disso né. Aí aceitei e foi emocionante, porque eu nunca vi tanta gente apoiando essa causa, tantas pessoas cis, como pessoas trans, eu fiquei muito feliz. E ano passado,

teve uma reunião dos blocos, eu não sabia de nada, eles reuniram às escondidas, e decidiram me coroar como rainha do carnaval, pelo meu histórico do carnaval. Eu sempre gostei do carnaval, mas eu nunca pude desfilar como a Cristal, como eu de verdade. Isso pra mim foi muito importante, o carnaval sempre pra minha família e pra mim foi importante. Sempre foi uma coisa de luta também sabe. Então antes eu não podia ir no carnaval, porque eu sabia que ia surgir problemas, quando em 2013 eu fui como Cristal e não surgiu problema, eu falei: “Ah, agora sim eu tô inserida”. E eu comecei a perceber que o carnaval se tornou como ato político também, também é espaço de se falar de lutas, do povo se empoderar e isso pra mim é muito importante. Eu fiquei muito feliz, porque eu adoro a diversidade do carnaval. **Cristal**



Figura 21: Cristal no bloco de carnaval Angola Janga.

Foto: Matheus Sá Motta. Fonte: <https://guaja.cc/carna18/4/>. Acesso em: 27/09/2018.

É impressionante a força de Cristal no Carnaval de Belo Horizonte, em qualquer bloco que ela esteja as pessoas querem se aglomerar, querem fazer selfies, e aclamam Cristal, chamam Cristal, se inspiram em Cristal. Como irmão de Cristal na comunidade LGBTQI+, me orgulha tê-la como uma representante em um fenômeno social importante e recente de Belo Horizonte que foi a ampliação do carnaval de rua, pautado principalmente pelos coletivos populares, pelas juventudes, por sujeitos que querem mostrar suas próprias configurações de cidadania.

Lembro-me que no carnaval de 2018, quando da ausência de Cristal para tratamento de saúde, todos os blocos que tive a oportunidade de participar lembraram sua ausência, agradeciam sua contribuição, faziam homenagens e o público respondia aos gritos de Cristal. Portanto, as pessoas a coroaram como rainha, o que se torna muito significativo, pois é um título vindo das ruas, de uma manifestação popular.

Quando Cristal assume um bloco, ela faz questão de ensinar, de se posicionar sobre as questões sociais e políticas, na presença dela o carnaval se torna mais que uma festa, mas uma inspiração, um ambiente educativo, um ambiente de resistência. Ela lembra de um momento no carnaval onde educou o público a partir da presença de algumas pessoas brancas que usavam perucas de cabelos crespos, uma prática conhecida como *black face*.

Ano passado teve o incidente do black face e eu falei que não ia ficar calada sobre isso, porque eu tô cansada do povo rir do meu cabelo, sabe. Eu fui falando que é legal você não tornar mulher preta fantasia, porque nós não somos fantasia, nós somos mulheres. Eu tô cansada de ser gozada, sabe, colocar mulher negra como mulher maluca, a que é doida, a que gosta de dar barraco, sabe. Eu não sou assim, eu não sou nega maluca. Então eu fiz questão de falar sobre isso. Olha, a mulher negra não é fantasia, eu não admito black face aqui, então parem de fazer isso, não vou aceitar black face, nem mulher ser estuprada, assédio, não é não, se a mulher não quer que toque no seu corpo, não vão tocar, isso não é discutível nem remediável não. Não toque no meu corpo, o corpo é meu. A mulher preta, a raça negra não vai aturar mais black face, piadinha, chega! **Cristal**

À medida que foi se espalhando pela cidade, Cristal foi sendo convidada não só para apresentações artísticas, mas também para estar em espaços de debates sobre as questões de gênero e sobre o racismo, representando as pessoas trans, espaços em universidades e órgãos públicos e privados diversos. Encontrei com Cristal várias vezes na Praia da Estação, no movimento *Fora Lacerda*, na parada do orgulho LGBTQI+, dentre outros espaços e o impacto de seu corpo e de sua voz se configuravam como protagonistas.

Nesse processo de ampliação de suas ações pela cidade ela se inseriu em alguns coletivos, como o *Pretas em Movimento*, no qual hoje ela já não faz mais parte, devido à agenda cheia que

cumprir junto à Gabinetona. Mas ela ainda permanece como membro atuante da Rede Afro LGBT¹⁵ e Frente Autônoma LGBT¹⁶.

A candidatura de Cristal em 2016 pelas Muitas veio reverberar sua inserção na cidade e suas lutas que já eram muitas junto à população LGBTIQ+. Seu nome surgiu como sugestão nas *Explosões Programáticas* das Muitas. Espaços esses que Cristal quase sempre estava presente, atuando, performando e dialogando sobre o futuro da política municipal de Belo Horizonte. Junto às Muitas, Cristal protagonizou também muitos momentos da campanha coletiva, sendo sua pauta principal a realização de políticas municipais para pessoas trans.

Foi um processo muito louco, né, eu já havia pensado sobre isso. Eu acho e continuo achando que a gente só vai alcançar alguma mudança quando a gente tiver inserida nos espaços de poder. Tem que haver mais pessoas LGBT nesses espaços. Eu falei a uns dias atrás tô cansada de ver só hétero e cis alçando poder. Nossa política tá velha, tá cansada, você tem que achar outras formas de fazer as coisas. Eu percebo claramente que a gente quer mudar as rédeas do poder, é preciso.
Cristal

Mesmo que profissionalmente eu não estivesse na política, eu estava na política, então eu pensei, porque não candidatar? Foi uma época muito boa porque eu aprendi muita coisa, aprendo todo dia aqui na Câmara. Ir nas ocupações, ver como eles lidam com a política, sabe, renovador.
Cristal

Cristal, embora não tenha sido eleita como vereadora em 2016, foi a quarta candidata mais votada pela legenda Frente de Esquerda Socialista, sendo a segunda suplente das vereadoras eleitas, Áurea Carolina e Cida Falabella. Hoje atua como assessora parlamentar na Gabinetona, mas no âmbito da Assembleia Legislativa, já que as Muitas atuam desde 2018 em três esferas, municipal, estadual e nacional. No mapa de lutas ela atua principalmente nas frentes LGBTIQ+,

¹⁵ A **Rede Afro LGBT**, foi criada durante o 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT Afrodescendentes, na cidade de Brasília, em 2005. Atualmente a Rede tem representantes, distribuídos em 15 Estados e Distrito Federal (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PB, PE, RJ, RN, SP, SE, PI, RO). Seus objetivos são: a promoção da igualdade racial e luta contra toda e qualquer forma de racismo, preconceito, discriminação e violência por causa da orientação sexual, identidade de gênero e étnico racial; o fomento do processo de construção individual ou conjunta da população negra LGBT visando à participação em todas as instâncias do Movimento LGBT's e do Movimento Negro e nos espaços de elaboração, acompanhamento, monitoramento e controle social de políticas públicas e de iniciativas legislativas no plano local, nacional e internacional.

¹⁶ A **Frente Autônoma LGBT** é uma organização informal que visa unir toda a comunidade LGBTIQ+ para pensar propostas e ações integradas para a garantia dos direitos e a valorização da diversidade. Existe desde 2016.

focalizando políticas para a população trans, além disso ela continua se espalhando pela cidade, na busca de TRANSformar realidades. Cristal é inspiração!



Figura 22: Cristal em campanha nas eleições municipais de 2016.

Fonte: <http://www.muza.com.br/2016/08/especial-eleicoes-2016-cristal-vereadora.html>.

Acesso em: 14/03/2018.

3.2. Dú Pente: a construção de um ativista negro da cidade.

*Quanto mais tentavam me invisibilizar
ou silenciar ou me enquadrar numa
norma branca, para estar nesses
espaços que só tinha gente branca eu
de alguma forma ia reagindo ao
oposto! **Dú Pente***

Jovem, negro, periférico, LGBTQ+, ativista social! Dú Pente é um sujeito presente aos olhos de quem circula pelos espaços públicos da cidade, em encontros e debates sobre as juventudes negras, em eventos culturais, em festas de rua, em atos políticos. Algo marcante em sua personalidade é a radicalidade política quando trata do racismo em espaços de debate na cidade e a eloquência com que aborda o tema. Com isso, ele provoca, ensina, tenciona e traz uma linguagem acessível para dizer sobre a complexidade das lutas e debates acirrados que enfrenta nos ambientes de ativismo no qual se insere, como a questão do racismo e das perversidades inerentes a ele.



Figura 23: Dú Pente na ocupação Carolina Maria de Jesus.

Fonte: Do autor/Arquivos de Campo (2017).

Só vi Dú Pente sem seu pente na cabeça, seja no black power, nas tranças ou nos dreads, em uma foto que ele me mostrou, ainda adolescente, em sua carteira de trabalho. Ele faz questão de relembrar seus ancestrais, a cultura do povo negro e de imprimir nos espaços da cidade uma estética pouco observada, invisibilizada, negada por um padrão de estética, mundialmente dominante. Nesse sentido, esse corpo político em trânsito pela cidade, faz questão de fugir da imposição que existe sobre a estética do homem negro. Uma delas, por exemplo, é ter que estar sempre com a cabeça raspada para ser aceito em determinados espaços sociais, onde, não raro, o cabelo crespo ainda é motivo de estranhamento e de olhares preconceituosos.

Essa estética de Dú Pente é tão marcante que mesmo antes da oportunidade de o conhecer pessoalmente lembro que pelos idos de 2010, já o observava em alguns espaços da cidade e me impactava aquela presença afirmativa em circulação. No Edifício Maleta, na Praia da Estação, em duelos de MCs embaixo do viaduto Santa Teresa, nas festas alternativas da cidade, nos debates sobre juventude e negritude, em ocupações, na universidade, nas manifestações pela cidade, no carnaval. Dú Pente estava lá, “brigando”, festando, dialogando, construindo suas

lutas com seu corpo, com seus dizeres enfáticos e muito bem embasados, não apenas teoricamente, mas também por sua experiência na vida urbana.



Figura 24: Dú Pente na Praia da Estação.

Foto: Dú Pente/Cedido.

Hoje Dú Pente é assessor parlamentar na Gabinetona e desenvolve no mandato coletivo, ações que se relacionam às lutas que veio construindo na cidade ao longo de sua formação, principalmente as pautas sobre raça, com foco nas juventudes negras. Além disso, Dú Pente hoje é uma das referências do movimento negro em Belo Horizonte e compõe o coletivo *Pretas em Movimento*, que objetiva sobretudo, pautar a pouca representatividade de negras e negros em espaços legitimados de poder. Para além dessas duas inserções, articula movimentos potentes em suas redes de interações em espaços periféricos da cidade e no âmbito das Muitas.

3.2.1. Infância e juventude.

Dú Pente nasceu em 1988 no bairro Bom Sucesso, região do Barreiro, periferia de Belo Horizonte. De família negra, tanto materna, quanto paterna, morou com a mãe, o avô e alguns tios no mesmo bairro que nasceu até 2002. Nesse ano, por causa de alguns problemas de relacionamento familiar, elemento que ele relaciona à complexidade da vivência juvenil no contexto de uma família negra de periferia, muda para a casa do pai no bairro Dom Bosco, onde

passa parte da adolescência vivendo com ele, quem auxiliava no trabalho de músico. Aos 17 anos retorna para o Bom Sucesso, mas vai viver com a avó, tios e primos em uma casa próxima à da mãe.

Ao relatar vivências de sua infância e juventude, nesse período entre o Bom Sucesso/Dom Bosco/Bom Sucesso, Dú Pente nos fala de uma vivência que não foge aos desígnios da maioria das famílias negras e periféricas do Brasil que vivem nas grandes cidades. A imensa dificuldade financeira, a falta de infraestrutura social, a perda de amigos de infância para a violência urbana, a dificuldade de manter os estudos devido a necessidade do trabalho.

Em diálogo com Dú Pente, indaguei quando ele teve a percepção de que essas experiências se relacionavam também com sua raça, ao fato de ser negro. Ele me disse que essa percepção foi se consolidando aos poucos ao longo de sua juventude, pois, segundo ele, em bairros de periferia, o debate de raça ainda não é presente como em espaços acadêmicos.

Isso veio de forma gradual na minha experiência, porque na periferia essas pautas que a gente suscita em alguns ambientes acadêmicos, ou de ativismo, ou de militância essas pautas não chegam lá dessa forma. Por isso essa grande dificuldade de diálogo de mobilização com o que o povo chama de base popular né?! Então isso não era uma pauta prioritária, essas discussões na minha casa não existiam. **Dú Pente**

No período em que foi morar com seu pai, Dú Pente começou a conciliar os estudos com o trabalho. Pai músico, atuava em festas privadas nas noites de Belo Horizonte e ele o ajudava no trabalho como DJ e também no transporte da aparelhagem, dos instrumentos e na instalação do som, o trabalho como DJ foi mantido até pouco tempo, 2016, quando se afastou desse ofício para se dedicar às articulações das Muitas, ao trabalho na Gabinetona.

Foi relatado por Dú Pente, que nos espaços em que ia trabalhar com o pai, foi onde começou a perceber com mais força as determinações do racismo em sua vida.

O fato de meu pai ser músico e trabalhar na noite, eu comecei muito cedo a acompanhá-lo. E quem contrata músico no Brasil é quem tem dinheiro, classe média alta branca e tal. Então, circular nesses lugares me traziam experiências que o racismo se explicitava de alguma forma. Não quando criança, eu não percebia. Mas desde 2002, quando começo a trabalhar de DJ. Aí começo a ser contratado por essas pessoas brancas de classe média e aí várias experiências. Mesmo eu sendo o artista, porque num ambiente de festa, o artista tem um status, ele é a estrela uma questão de construção do que é um evento, aquela

experiência. Então participei de festas fechadas, aniversários de 15 anos, aquelas festas que têm o preço de um carro, uma casa, sem exagero. Mas que encontrei resistências nesses lugares, como o garçom não me servir, por exemplo, isso tinha uma correlação imediata pelo fato de eu ser o único negro ali. Isso era recorrente, no início mesmo como amador, que eu tocava numa festa numa vizinha do meu pai, que era uma família branca, era quem tinha dinheiro pra pagar. Eu tinha doze anos, já tinha uma escuta musical apurada, enfim cresci vendo ele tocar, conhecendo artistas, com treze anos eu escutava coisas que meus colegas do Bom Sucesso não escutavam, bossa nova que meu pai tocava. Era o que eu tinha contato e eu gostava, de Elis Regina, coisa que no Bom Sucesso, nunca, não chegava, nos meus núcleos de vivência não era algo comum. E que bom também, porque também cresci ouvindo funk, o rap, tinha Mc que até hoje eu adoro. A convivência nesses espaços começou a me dar pistas e me dizer: Mano, cê é preto nesse espaço, então aqui você vai fazer o seu papel de trabalhador e pronto. No entanto, né amor (irônico), eu não nasci pra cumprir esse papel. Aí eu reivindicava: “Uai, por que não está me servindo?” “Ah! o metre recomendou que os funcionários só podem isso e tal”. “Primeiro, eu não trabalho pro metre, quem me contratou foi a noiva ali e tal”. Aí, eu mediava isso, já aconteceu de eu passar um evento inteiro com toneladas de comida e eu entrar e sair sem comer nada. Mano, isso é um racismo perverso mesmo. De um invisível. De tentar afirmar o lugar do invisível naquele espaço, sendo a estrela da festa, no palco, com uma estrutura enorme, as pessoas olhando pra você, mas ainda assim tentando afirmar esse lugar. Eu consegui reelaborar isso alguns anos e depois falar, não nesse nível de sofisticação que eu tô falando aqui, mas o meu entendimento da experiência me fez criar estratégias pra reagir a isso nesses momentos. Foi difícil! **Dú Pente**

Dú Pente me relatou que ao longo dos 14 anos que trabalhou como DJ, ao experienciar situações como as descritas acima, elaborou diversas estratégias de convivência e resistência nos lugares em que ia trabalhar. Por exemplo, passou também, a levar acompanhantes, amigos do seu bairro, para ter um apoio no trabalho nas horas de festa e para oportunizar ao amigo, novas experiências pela cidade.

Não foram raras as vivências de racismo nesses espaços de trabalho como DJ. Em uma conversa intensa que tive com Dú Pente, sobre seus percursos pela cidade, foi com emoção que ele me relatou sobre um episódio no Hotel Othon Palace de Belo Horizonte.

No Othon Palace uma vez, era um evento de uma grande empresa e eu era o Dj, nesse evento, eu subindo pelo elevador social, uma mulher branca, me vê como ascensorista, mesmo eu com uma roupa de festa e me pede para apertar o botão lá do elevador. Nesse dia, eu tinha levado uma amiga do Barreiro, quando eu tive esse salto, eu comecei a levar meus amigos lá do barreiro que não tinham outras possibilidades lá de sair, até hoje não têm, inclusive muitos deles foram assassinados. Aí essa amiga minha tal, foi comigo, aí eu naquele momento fui lá e apertei o botão. Aí eu apertei mais uma vez, eu era o único negro do elevador, então tava subentendido que naquele espaço, no Othon Palace, eu naquele elevador só poderia ser o ascensorista. **Dú Pente**

Entender que o racismo o colocava em lugares subalternizados, fez com que Dú Pente reagisse às tentativas de padronização do seu corpo. Foi nesse processo, o que ele chama de ruptura com as lógicas de padronização, que começa a deixar o cabelo crescer e a assumir os crespos e o pente na cabeça.

Esse Dú Pente que você vê aqui com cabelo crespo, de dread, com um pente na cabeça. Quando eu entendi o que era um pente na cabeça foi um choque pra mim mesmo, porque foi resultado de experiência, de subjetividade sendo construída, hoje eu consigo perceber isso, que são os enfrentamentos também né. **Dú Pente**

Além disso, foi diante dessas experiências que Dú Pente começou a questionar as clivagens sociais que a raça determinava. O porquê de uns terem muito e outros terem pouco, assim, o entendimento de que tudo se relacionava a uma herança colonial de forte base racista foi se descortinando em sua vida. O que o levou a buscar mais estratégias de escapar dos destinos que essa herança ainda determina.

A partir também de frequentar esses espaços eu tentava entender como as pessoas tinham aquilo tudo. E, foi a partir daí que comecei a entender o porquê que as pessoas tinham aquilo tudo, comecei a entender que era tudo herança. Isso, comecei a entender na fase dos meus dezesseis, dezessete anos, quando eu estava acabando o ensino médio. Começo a pensar em vestibular, que na minha família isso nunca existiu. Porque eu comecei a perceber que essas pessoas faziam faculdade. Aí eu queria saber: - Que porra é essa de faculdade que ninguém nunca falou comigo? Mesmo. Ninguém! Não tive acesso a pensar nisso. **Dú Pente**

Na passagem entre os dezessete e os dezoito anos, mesmo que o trabalho de Dú Pente como DJ fosse determinante para auxiliar a sobrevivência dele e da família, ele era esporádico, eram em média duas festas por mês. Além disso, era um trabalho também questionado, dentro do seu próprio contexto familiar por ser informal. Para alguns, não era considerado trabalho. Isso fez com que Dú Pente, por um tempo, se empreendesse na busca por trabalhos considerados formais.

“O que você faz?”. “Ah, eu sou Dj e tal”. “Mas, e trabalhar? você vai trabalhar com que?”. Então, esses lugares comuns de achar que o trabalho era eu arrumar um trampo no supermercado como todo mundo, na padaria, bater caixa e tal. Caixa eu já batia com meu pai né? De som. Mas essa visão de colocar pra gente. Você vai fazer dezoito anos, vai arrumar um serviço e o que você vai fazer? “Uai. O que vou fazer. Já sou DJ. Mas percebi que não era suficiente né?”. **Dú Pente**

Em um encontro com Dú Pente, para fins de pesquisa, ele me mostrou sua carteira de trabalho para exemplificar os diversos empregos que conseguiu, mas que duraram em média dois meses. Isso, pois, sempre questionador, muitas vezes não aceitava a forma como era tratado pelos patrões e as dinâmicas severas de trabalho a que era submetido. Operadoras de telemarketing, encarregado em distribuidora de bebidas e pintor de construção civil foram trabalhos presentes em sua experiência e as remunerações eram sempre muito baixas, giravam em torno de trezentos reais.

O último emprego formal que Dú Pente teve antes de ingressar na faculdade, foi como pintor. Ele me relata que tinha baixa produtividade nas demandas necessárias, pois não se enquadrava naquela dinâmica de trabalho. Queria estudar, pois pensava que um curso universitário, poderia mudar as condições sociais que viva, poderia abrir outros caminhos que não aqueles trabalhos subalternizados, ressignificar sua inserção no mundo. No entanto, a falta de dinheiro para pagar os estudos era uma realidade e a possibilidade de ingressar na *UFMG*, era algo inimaginável, até então, inexistente em seus contextos de vida.

Mesmo sem saber como pagar, no ano de 2007 Dú Pente fez vestibular para o curso de relações internacionais na *PUC-MG*, foi aprovado, mas não se matriculou, devido à falta de dinheiro para isso.

Aí fui ver a realidade, a mensalidade era seiscentos conto. Como eu ia tirar seiscentos contos de um salário mínimo na época? De trezentos e noventa e seis reais? Aí eu começo a entender, as barreiras começam a ficar mais explícitas. Nas minhas tentativas de avançar. **Du Pente**

No dia da aprovação, quando teve a notícia do resultado, Dú Pente estava pintando uma escola estadual perto de sua casa e ali naquele lugar, imediatamente ao saber da notícia, subiu no telhado e chorou. Isso, pois reconheceu que não poderia ingressar na universidade. Tentou até fazer uma "vaquinha" entre os familiares, mas não teve sucesso, inclusive sendo questionado por alguns sobre aquela escolha de seguir os estudos, como se para ele isso não fosse possível. Fosse parte de um outro mundo.

Teve gente na minha família que falava. - Ah! Você quer ser 'playboy' né? Pra que você tá caçando estudar? Vai caçar um trabalho no supermercado. E essas coisas me machucaram muito! **Dú Pente**

Ao longo da adolescência e juventude, fora o trabalho de DJ, Dú Pente passou por trabalhos formais, que duraram períodos curtos, como supracitado, sendo que no dia 20/11/2007, dia da consciência negra, ele sai de seu último trabalho com carteira assinada, no caso, como operador de telemarketing. Nesse momento, Dú Pente estava disposto a investir na sua carreira de DJ, como caminho para conseguir pagar seus estudos na universidade. Faz parcerias, cursos, um cartão de visita e a partir daí começa a aumentar seus contratos como músico em festas de BH.



Dj Dú Pente atua profissionalmente desde 2002 no cenário musical de BH, encontrou seu caminho no entretenimento com originalidade e um estilo peculiar e irreverente, atuou nos mais diversos tipos de eventos com um repertório que perpassa, por épocas e algumas vertentes musicais, já se apresentou em eventos privados como convenções de grandes empresas e hotéis, pubs, bares e eventos públicos, como na virada cultural de Belo Horizonte, em 2014.

Figura 25: Dj Dú Pente no Canjerê.

Fonte: <http://casaraodasarteshb.blogspot.com/2015/12/dj-du-pente-no-canjere-de-dezembro.html>.

Acesso em: 12/09/2017

No primeiro semestre de 2008, é aprovado no vestibular da *PUC-MG* novamente, entretanto, no curso de comunicação social. Dessa vez, consegue fazer a matrícula, resultado do trabalho como DJ e de ajuda de alguns familiares. Nesse momento, não havia políticas unificadas de ações afirmativas, tampouco cotas raciais. Na *PUC-MG*, havia uma bolsa institucional que Dú

Pente conseguiu acessar no terceiro período da faculdade. Assim, concluir os estudos foi possível, com o auxílio também de sua avó aposentada, que ajudava a pagar parte da mensalidade e de sua tia técnica de enfermagem, quem lhe fornecia seu auxílio alimentação, para que Dú pudesse se alimentar a faculdade.

No dia 07/08/2010 foi meu primeiro dia de aula na *PUC*. Minha avó vira e fala comigo. “É, você pode se preparar porque o negócio lá pra você não vai ser fácil não. Eu custei a entender isso. Ela tava falando disso Mano. Ela não tava falando de dinheiro comigo. Ela tava falando comigo de racismo”. **Dú Pente**

3.2.2. A Universidade, a ampliação de redes na cidade e a construção de políticas antirracistas.

Aí eu entro na universidade com uma identidade racial muito bem demarcada. Uma pele escura, um cabelo crespo desse tamanho e um pente na cabeça. E era inadmissível para as pessoas o porquê que esse cara usa um pente na cabeça. Isso não me possibilitava fugir de enfrentamentos, porque eu era o problema, ali, de alguma forma, não verbalizado. Eu era um corpo negro, circulando numa estrutura branca, sem ser o faxineiro, então mano, era um “tchutche” na cabeça. Aí, eu comecei a entender, porque eu me relacionava com a galera da limpeza, os contextos de vida, os assuntos, a identidade racial, que não era dita, não era pauta. Mas logo eu me identifico. Quem é meu semelhante aqui? É a galera que estuda na minha sala, a branca, que vai de carro, que já viajou metade da Europa?

A fala acima, já nos anuncia como a trajetória na universidade inseriu Dú Pente, em dinâmicas de racismo severas. No entanto, com uma personalidade forte e rebelde, ele foi reagindo a esses processos. Essa reação acontecia em debates sobre racismo que ele levava para o ambiente acadêmico, nos questionamentos que levantava diante de falas e atitudes racistas dos colegas.

Dú Pente relata que o curso de comunicação da *PUC-MG* é muito elitizado, ele negro e com vinte anos era visto como aluno da EJA, fazendo uma correlação com a educação básica, pois

destoava de sua turma por estar acima da faixa etária da maioria, de dezessete anos. Além disso, a maior parte desses alunos, pertenciam a famílias de classe média alta, o que demarcava também uma diferença em relação a Dú Pente, morador do barreiro e que naquele momento, no início da graduação, não tinha a certeza de que finalizaria o curso, devido à imperativos financeiros.

Dú Pente aproveitava as propostas de trabalhos acadêmicos para levar a questão racial para a sala de aula. Segundo ele, isso não era fácil, pois os trabalhos eram quase sempre orientados numa lógica de comunicação financeira, de marketing, para empresas. Isso fazia com que ele tivesse dificuldade inclusive para conseguir parceiros para realizar esses trabalhos, quando era em grupo. Mas sempre levava a ideia à frente e enfrentava a questão racial, já causando fissuras num ambiente onde a raça era dita, quando dita, apenas para subalternizar sujeitos na universidade. Ele se esforçava em reverter essa lógica.



Figura 26: Trabalho acadêmico inspirado em fotografia de Jimmy Hendrix.

Foto: Dú Pente/Cedido. **Fonte:** <http://pentefolio.blogspot.com.br/2012/01/diesel.html>. **Acesso em:** 22/05/2018.



Figura 27: A Exaltação do Black Power.

Foto: Dú Pente/Cedido. **Fonte:** <http://pentefolio.blogspot.com.br/2012/01/diesel.html>. **Acesso em:** 22/05/2018.

A presença afirmativa de Dú Pente no espaço acadêmico fez com que aos poucos ele fosse se tornando referência política na *PUC*, primeiramente por destoar significativamente da maioria dos alunos da instituição, com sua identidade racial impressa no corpo, mas também por seus enfrentamentos cotidianos na Universidade. Isso, ao questionar a estrutura branca daquele lugar. Ressalto que nessa época Dú Pente não tinha aproximação com nenhum movimento negro e não tinha filiação partidária.

Mas aí eu fui tendo consciência que eram dois mundos. Você vivenciar o lugar que é colocado, pra algumas pessoas ainda né. O que demandava uma certa estrutura. Por exemplo, dinheiro pra colocar livro. De onde que eu tiro dinheiro pra comprar livro. De onde que eu tiro dinheiro pra fazer um monte de coisa que eu não tinha. Porque aquela galera tinha suporte financeiro. O meu dinheiro era muito contado. Enfim, no bairro foi isso, eu acabei me tornando referência, assunto nos bares. E as vezes eu era tratado como autoridade. **Dú Pente**

A entrada na universidade, também ampliou a vivência de Dú Pente na cidade, o que consequentemente ampliou sua rede de relações. Foi isso que levou Dú Pente, a se aproximar, mais tarde, de coletivos e movimentos diversos na cidade que tinham como eixo central as questões de raça e racismo e as manifestações desses elementos na cidade.

Eu saindo da PUC, com um colega e ele fala assim. “Nó Dú pente. Você é maior preocupado com essas questões né? Mas eu não entendo, porque você nem é tão negro assim”. Mano, o cara falou que não sou tão negro assim. E na hora eu olho, um cara preto igual eu vendendo bala na porta. “Como assim

eu não sou negro?”. “Aquele cara ali é o que?”. “Eu sou igual ele”. Aí entender, que eu não sou tão negro assim porque eu tinha possibilidade de sentar do lado dele naquele espaço e pagar uma mensalidade de mil e duzentos reais. Então assim, saca, essa visão. E aí, essas coisas, num período recente, você vai lendo algumas coisas de teoria né, de movimentos... Esse embranquecimento, quando a questão da classe avança, os contextos tentam te embranquecer e não te ler e te reconhecer como negro. Numa associação direta de tentar colocar como sinônimo, ser preto é ser pobre, é ser miserável.

Dú Pente.

Nesse período Dú Pente, já tinha uma atuação ativista no contexto em que estava inserido, mas não estava inserido em nenhum coletivo, nenhum partido. Mas ainda assim levantava questões sérias como por exemplo, o fato de não haver professor preto no curso que estudava. Nesse processo. Dú Pente conseguia mobilizar algumas pessoas, mesmo com muita dificuldade, e começou a fazer bastante barulho na *PUC*, ao fazer o enfrentamento das questões raciais naquele ambiente.

Comecei a ver que tinha um monte de pessoas que me odiavam, mas tinha um monte de pessoas que me amavam. “Nossa, o menino do black power, descolado, pá e tal, do rolê”. E outros me odiavam porque eu apontava o dedo na cara mesmo para falar. “Cara você é racista e tal”. Sozinho, não tinha outro preto lá! Muito doido, porque esses encontros elucidavam essas questões e lá tinha uma escassez muito grande. Nunca foi debatido ações afirmativas lá, até hoje eu acho. **Dú Pente**

Nesses enfrentamentos, alguns estudantes brancos e ativistas da *PUC*, solidarizaram-se com as causas levantadas por Dú Pente, reconhecendo também seu poder de mobilização. Esse encontro levou à criação de uma chapa para concorrer à presidência do Diretório Acadêmico-DA de comunicação social da *PUC - MG*.

Aí começa a tomar um contorno político organizado, assim. De construção coletiva para a incidência política dentro desse contexto. Era um *DA* super disputado, porque era simplesmente um *DA* que tinha a maior arrecadação financeira da universidade. Entrava quinze mil reais por mês. Aí começo a entender que a questão partidária e ideológica tava transposta nessas instituições e nesses espaços políticos pra o que eles chamam de contato com a base. Começo a ter entendimento disso. Minha intenção em disputar o *DA*, vem de uma carência de ter um *DA* que cumprisse com suas competências e não fosse um *DA* da galera escrota de direita. Isso foi importante pra mim, porque a consciência política não existia. Não existia nesse molde, dita e sistematizada dentro dos padrões acadêmicos, dos padrões de militância. **Dú Pente**

Foi um choque saber que o Dú Pente tava numa chapa pra disputar a questão política. O incômodo!!! Deu um burburinho, porque além da questão de eu ser negro. Eles né, pela vivência externa de construção política sabiam que eu era uma potência, que eu mobilizava um monte de gente, para fazer um monte de

coisa lá dentro. Então eles me viam como ameaça. Aí, isso explicita as relações de disputa, os racismos de uma forma ou de outra. Enquanto Dj, ok, não incomoda ninguém. Mas pra tá num espaço institucional político, aí é treta. Então fizemos a disputa, mobilizou aquela faculdade de um jeito como nunca. **Dú Pente**

Nesse processo, a chapa de Dú Pente, teve o apoio de alguns professores da *PUC - MG*, pois ela representava uma chapa de retorno às questões levantadas pela esquerda na política da universidade, pois há muitos anos, o *DA* estava sendo comandado pela direita. Dú Pente, relatou que durante o processo eleitoral foram muitas tentativas de tirá-lo do jogo, em ações que ele considera perversas.

Um jogo sujo de notícias falsas, de criar boatos, de desqualificar, de ofensa pessoal, de ofensa racista, convites de reuniões a portas fechadas, de tentativa de cooptação, de oferecer coisas em troca da minha cordialidade, da minha omissão. Porque eu denunciava, eu gritava essas coisas que estavam erradas, então pra eles isso era perigoso e foi mesmo porque eles saíram. **Dú Pente**

No final desse processo, a chapa de Dú pente foi eleita com aproximadamente 70% dos votos. O mandato durou de 2011 até 2013, quando ele finda seu curso de comunicação. No período de inserção na política organizada ele ampliou sua rede de contatos políticos. Isso se deu, na medida em que percebeu que na *PUC* o debate de ações afirmativas era bem incipiente. Então se conectou com alguns estudantes negros da *UFMG*, organizados politicamente e buscou participar de eventos pela cidade sobre a questão racial. Essa aproximação, acompanhada de um aprendizado sobre as questões que viveu, intensificou sus ações pela cidade, em conexão com grupos da *UFMG*, a princípio, e depois com outros coletivos negros.

Como resultado de sua atuação no *DA*, ele avalia que conseguiram, juntamente ao coletivo de estudantes que compunham a chapa, mudar coisas importantes. O *DA* deixou de ser um espaço exclusivamente para organização de festas e passou a ter assembleias, a participação dos estudantes nas decisões acadêmicas, os estudantes que trabalhavam no *DA* passaram a ter um salário para desempenhar essa função, o que acontece até hoje, um regimento interno foi realizado, além de ser um dos espaços pioneiros na *PUC*, onde a discussão sobre ações afirmativas acontecia, pois Du Pente levava essa pauta cotidianamente como base das ações políticas daquele espaço.

Ele me relatou que recentemente voltou à *PUC* e se deparou com a existência de um coletivo negro chamado “*Abayomi entre Nós*”, o que foi motivo de muita emoção, pois para ele significa o germinar de uma semente que teve as mãos dele no plantio.

Já no final do mandato de sua chapa no *DA* em 2013, *Dú Pente*, se movimenta em torno das manifestações de junho, sendo um sujeito ativo nas jornadas. Para ele a inserção nesse período histórico foi de grande aprendizado para sua formação como ativista social. Foi quando ele entrou em contato, nos movimentos de rua, com ativistas diversos da cidade, momento em que percebeu a confluência de diversas lutas por causas comuns.

Nesse momento, no qual *Du Pente* ampliava sua rede de atuação política, a partir do encontro com ativistas sociais diversos, ele foi convidado a participar da organização do 3º *Festival Raízes*¹⁷, junto a *UFMG*, em 2014. Nessa oportunidade ao se conectar com professores da universidade, movimentos sociais e coletivos urbanos, ele passa a pertencer também a um coletivo chamado *Articulação da Consciência Negra*.

Esse momento é o momento em que na *UFMG* que para mim era um campo ainda desconhecido, as pessoas souberam quem era o *Dú Pente*. Não por eu ficar falando quem eu sou, mas porque eles viam as movimentações que eu estava fazendo. A gente reuniu, sei lá, em dez pró reitorias, a gente simplesmente mandava o e-mail e marcava e conseguia uma agenda pra apresentar o projeto. Todas as pessoas achavam que eu era aluno da *UFMG*, eu fui me dá contas disso, eu vivia lá, eu tava lá todo dia. Então marcar essas reuniões com o Rodrigo, o Rodrigo do *Ações Afirmativas*, aí eu falava. Que isso!!! Tem um professor preto aqui. Que isso o Rodrigo era um sonho para mim. Um sonho de referência. Aí busco essa aproximação e de apresentar o projeto de trinta páginas de um evento de uma semana. Aí eu vou pondo minha cara, vou ter reunião na Cidade Administrativa. **Dú Pente**

Para *Dú Pente*, fazer parte da organização do 3º *Festival Raízes* foi o grande marco de sua formação como ativista, na medida em que a organização do evento o conectou há uma rede ampla de pessoas e instituições que já se organizavam em determinados contextos, mas ele ainda não conhecia. Atualmente, algumas pessoas que *Dú Pente* conheceu no período de organização do festival compõe também as Muitas e outros coletivos sociais da cidade.

¹⁷ O Festival Raízes objetiva promover o Dia Nacional da Consciência Negra, através do encontro da Universidade com o público externo, muitas vezes impedido de ocupar determinados espaços públicos. O tema do evento na *UFMG* em 2015 foi *Vozes da Resistência*.

É nesse processo que eu conheço essas pessoas que são referência, nas suas respectivas áreas, na militância negra, na luta por ações afirmativas, no movimento negro, na luta pelo direito das mulheres. Aí é que eu começo a ter contato com o trem de juventude que para mim não era um recorte, não tinha construção sobre isso. E aí mano, muito doido, é aí que esse povo me conhece. Aí conseguimos fazer essas redes, conectar isso, é um trabalho de costura institucional muito difícil de fazer e foi feito na tora. Não é fácil de fazer, mas rolou. **Dú Pente**

Para além da formação construída na experiência da articulação institucional, em função do *Festival Raízes*. Nesse período, em que estreitou relações com a UFMG, Dú Pente considera que também teve um ganho em sua formação teórica ao ampliar sua participação em encontros acadêmicos, oficinas e debates propostos por professores da Universidade, bem como de grupos de pesquisa e extensão como o *Programa Ações Afirmativas*¹⁸. Ele afirma que nessa fase foi reconhecido nos espaços em que circulava como ativista social, o que deu margem e vontade para que Dú Pente se empreendesse em outras lutas pela cidade, por exemplo, ao articular, junto a outros sujeitos, a formação do coletivo *Pretas em Movimento*.

O Pretas em Movimento é uma articulação de pessoas negras que se encontram nesses espaços todos que eu te falei. Aí vem essa concepção, articulação do Pretas em Movimento em 2015. Esses processos que eu passei, de forma coletiva, nada sozinho, embora em alguns momentos eu tivesse o protagonismo. O *Pretas em Movimento* tem um objetivo muito claro que é pessoas pretas ocuparem os espaços de poder. Obviamente a gente tem diretrizes de que tipo de poder a gente quer construir. De que forma? Quem? Não é o poder pelo poder, é compartilhar o poder entre as pessoas pretas. **Du Pente**

Foi a constituição do Pretas em Movimento que levou a inserção de Dú Pente nas movimentações das Muitas em 2016. Ou seja, o objetivo de levar as pessoas pretas a ocuparem os espaços de poder, foi ao encontro das construções que as Muitas articulavam desde 2015, nas *Explosões Programáticas*. Isso, ao pensar uma cidade voltada para os coletivos populares, para a população historicamente marginalizada pelas políticas públicas. Mas, Dú Pente deixa claro, que antes de se associarem às Muitas, o *Pretas em Movimento* objetivou estabelecer uma identidade de coletivo urbano, além de estabelecer suas pautas principais para então se articular com as Muitas.

¹⁸ O Ações Afirmativas é um programa de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Educação da UFMG que atua no enfrentamento da permanência de estudantes negros e pobres da UFMG. Ele desenvolve ações que apoiam os estudantes inseridos no programa, no tocante as condições acadêmicas e materiais. Além disso, desenvolve ações de formação, debates e diálogos junto aos participantes, tanto na Universidade, quanto fora dela.

Eu tinha um distanciamento das instituições partidárias, ainda tenho, mesmo atuando hoje na Gabinetona, para conseguir manter essa raiz, esse canal direto assim, focado na rua, no povo, nos coletivos, na galera que tá fazendo. Esses trem tudo que eu fiz, foi feito tudo na tora, sem mediação de instituição partidária e sempre via as limitações, via o modus operandi dos colegas que fui fazendo ao longo desse processo, que eram militantes, as rédeas que a instituição colocava neles, principalmente os negros. É muito doido esse racismo institucional, é bizarro. Muitas vezes de impor que eles tinham que se igualar aos brancos e tal. **Dú Pente**

Foi em 2016 que Dú Pente começou a frequentar as reuniões abertas das Muitas. E, não só o nome dele foi sugerido, dentre os membros do *Pretas em Movimento*, para lançar-se como candidata. A candidata Cristal, por exemplo, também integra o referido coletivo

Nesse momento de consolidação de sua candidatura, Dú Pente tinha recentemente ganhado a eleição para conselheiro municipal de cultura representando da regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Isso também se configurou como algo que impulsionou sua candidatura para vereador junto as Muitas, dentre as outras mobilizações que aqui destacamos.

A pauta central da campanha de Dú Pente, reforçada ao longo de todo o processo, foi a vida da juventude negra na cidade, tendo como slogan de campanha os dizeres “Juventude Negra Viva”. O processo de campanha de Dú Pente multiplicou o caráter coletivo, dialógico, ramificado, aberto e festivo da movimentação das Muitas. Não foi raro, em espaços diversos da cidade, escutar seu jingle, paródia de um funk que na época da campanha fazia muito sucesso no Brasil.

♪ *Vote Du Pente!*

Simbora gente, vem votar no Du Pente, BH tá carente, temos que reagir.

Vote Du Pente, candidato da gente, jovem empoderado, bate de frente aí.

É evidente, pra juventude negra, as melhores propostas ele vai construir.

Tá na cara, juventude não é só arrastar placa.

Por uma cidade bem representada, pegue a visão, aperte o verde aí, 50069... 50069...

♪

Dú Pente, teve quinhentos e vinte e cinco votos da campanha, não foi eleito, mas hoje compõe a Gabinetona como assessor parlamentar e se movimenta, no mapa de lutas das Muitas nas políticas para as relações etnoraciais, bem como para as juventudes. Auxilia também nas

questões relativas à comunicação das Muitas, tendo em vista sua formação universitária. No âmbito da Gabinetona, atua em pautas como – Juventudes, políticas de drogas, trabalho ambulante. Em 2018, coordenou um projeto intitulado “Culturas Juvenis”, com o objetivo de incidir nas políticas públicas de licenciamento e alvará, pautando a desburocratização para iniciativas culturais para ocupação dos espaços públicos como saraus, batalhas de rap, bailes funk, etc.

Ressalta-se que mais recentemente Dú Pente tem articulado o projeto *Juventude Negra Política*, que busca ser um ambiente de formação política para jovens negras e negros que vivem em contextos periféricos em Belo Horizonte e sua região metropolitana.

Dú Pente, na sua eloquência política, ao se articular, agora, num espaço de poder, além de ser um jovem negro representando outros jovens negros da cidade, faz por ecoar, a partir de sua trajetória de resistência, vozes, corpos e trajetórias há muito forçadas a se silenciar. Encerro esta narrativa sobre Dú Pente com o fragmento de uma das suas intervenções, no encontro *Ocupa Política* chamado pelas Muitas e acontecido no dia 08/12/2017 na ocupação Maria Carolina de Jesus¹⁹, que na época era localizada no centro de Belo Horizonte.

Estamos aqui, no que as Muitas - pela cidade que queremos chamamos de confluência máxima, podendo conectar pessoas de diversos países da América Latina, de vários estados do País, negros, indígenas, quilombolas, mulheres, gays, lésbicas, trans... Estamos todos aqui por uma outra política e pra isso que as Muitas surgiram, com esse propósito, de ocupar a política, de trazer uma discussão palpável e real para a sociedade, numa perspectiva, antirracista, feminista, que encara lutas como essa que a gente tá aqui agora, pela moradia digna. “Obrigado ao MLB, por nos receber”. Há lutas pelas juventudes, luta das mulheres. Enfim, isso é a base que nos sustenta para propor outra política (...) hoje temos a vereadora que a gente mais respeita (pede aplausos com muito entusiasmo e as pessoas presentes retribuem também com assovios e gritos). Áurea Carolina, ao lado de Cida Falabella, fazendo um mandato coletivo com a Gabinetona. Eu faço parte dessa equipe, me orgulho de construir esse mandato por uma outra política. Por último e não menos importante, meu nome é Dú Pente, o candidato da gente (risos) pra quem não me conhece. Queria muito que todos vocês fossem bem recebidos nesse evento, construímos isso para, de fato, pautarmos outra política, uma nova conjuntura, uma outra perspectiva para 2018, para ir além. A partir daqui, que essa confluência máxima se materialize, nas nossas construções, nas nossas relações, e que a partir daí, a gente possa com uma boa democracia, e pé na porta, ocupar tudo!!!! **Dú Pente**

¹⁹ Essa ocupação existiu na região central de Belo Horizonte nos anos de 2017 e 2018 e representa a luta do MLB - Movimento de Luta nos bairros, vilas e favelas, pelo acesso à moradia na cidade.

No término dessa fala, Dú Pente estava à frente de uma roda com outra integrante da Gabinetona que agradeceu a presença do público e juntos encerraram aquela intervenção cantando uma música sobre quilombos ao som de aplausos e do canto de muitos que ali estavam. Esse pequeno episódio, desvela e diz muito sobre a postura política, as concepções de cidadania e os sujeitos, pelos quais Dú Pente se movimenta em suas lutas diárias pela cidade.

3.3. Ed Marte e suas lutas na cidade: entre arte, centro e periferia.

*Então a militância pra mim aconteceu
na rua mesmo, nos movimentos e
através do teatro de rua e das
performances. Ed Marte*

A excentricidade de Ed Marte, expressa em seu corpo, em suas roupas, em suas performances, em suas ações políticas marcam sua trajetória na cidade. Cabelos e barbas grandes, roupas bastante coloridas, maiôs, adereços extravagantes, brilhantes. À primeira vista, Ed Marte nos inspira um personagem, ou alguém fantasiado. Mas não, é um corpo político em trânsito pela cidade, em suas lutas cotidianas nas periferias e no centro. Um sujeito que transita entre as fronteiras do feminino e do masculino.

Eu me considero não binário, não identificar assim né, como o gênero masculino ou feminino. E, há até assim uma discussão, se é trans ou não. Porque eu não me considero mulher trans, por exemplo. Não sou, claro! Nem homem trans, mas trânsito né entre os seres. Até não binário tem as identificações né – não binário masculino, não binário feminino. Mas eu prefiro não me identificar em nenhum, assim, eu visto roupas tanto do universo masculino, quanto do universo feminino, pra mim não importa muito. Eu não quero parecer mulher, não quero ser homem também, não tenho essa construção. **Ed Marte**

Perceber a presença afirmativa desse corpo político é impactante para os transeuntes que se encontram com Ed Marte pela cidade. Lembro-me que o vi pela primeira vez na Praia da Estação pelos idos de 2010, sendo ele uma das pessoas mais engajadas naquele movimento, realizando performances teatrais, se refrescando com seus excêntricos maiôs embaixo do caminhão pipa. Seu corpo, nesses espaços da cidade, já nos revelava formas próprias de viver a cidadania e se inserir nas lutas da cidade. Foi inclusive na Praia que ele foi batizado como Ed Marte.

Eu já tinha o apelido de Ed, meu nome é Edmar, aí o Rafa Barros, eu já conhecia... A gente foi ter amizade na Praia da Estação, aí a gente tava assim,

a gente tava conversando ele comentou, Ed Mar, Ed Lua, Ed Terra, Ed Marte. Aí ficou, foi um presente eu falo. Aí ficou esse nome. Eu lembro que eu entrei no Facebook em 2010 já com esse nome. Aí virou um nome artístico, ou nome social como quiserem. **Ed Marte**

No movimento Fora Lacerda, ele era presença quase garantida nas diversas ações e manifestações, estando quase sempre na linha de frente das passeatas com a camiseta laranja do movimento, combinada com seu visual sempre irreverente. Em meio a multidões na Afonso Pena, principal avenida do centro de Belo Horizonte, muitas vezes vi Ed gritando “Fora Lacerda” na porta da sede da prefeitura de Belo Horizonte.



Figura 28: Ed Marte.

Fonte: <https://bhaz.com.br/2017/01/03/ele-ou-ela-ed-marte-responde-ataques-por-vestir-maio-e-turbante-durante-cerimonia-de-posse-em-bh/>. **Acesso em:** 18/09/2018.

Já vi Ed Marte também em outras manifestações sociais pela cidade, em passeatas do *Movimento Antimanicomial*²⁰, na *Marcha da Maconha*²¹, em protestos do *Tarifa Zero*²². Não

²⁰O Movimento Antimanicomial tem origem no Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido no ano de 1987, no estado de São Paulo, que reuniu mais de 350 trabalhadores na área de saúde mental. O movimento se relaciona à *Reforma Sanitária Brasileira* da qual resultou a criação do Sistema Único de Saúde - (SUS). Como desdobramento desse processo foi realizada a Reforma Psiquiátrica, que transferiu o foco do tratamento que se concentrava na instituição hospitalar, para uma Rede de Atenção Psicossocial, estruturada em unidades de serviços comunitários e abertos. Todos os anos são organizadas marchas em várias cidades brasileiras em afirmação à luta antimanicomial.

²¹A Marcha da Maconha é uma mobilização anual, acontecida em cidades de vários lugares do mundo. Configura-se como um dia de luta pela mudança na legislação que proíbe a maconha, buscando sua legalização e regulamentação em relação à produção, ao comércio e ao uso.

²²O Tarifa Zero teve origem no grupo temático (GT) sobre Mobilidade Urbana da Assembleia Popular Horizontal (APH), que surgiu em Belo Horizonte no contexto das manifestações de junho de 2013. Hoje se configura como um movimento referência em Belo Horizonte de controle do preço do transporte público na cidade. O grupo além

apenas nesses movimentos, mas, ao acompanhar mais de perto aspectos de sua trajetória, é possível também perceber sua imensa luta social, junto às populações de periferia, jovens moradores de rua, nas *Diferentonas* e no âmbito das performances que realiza nas ruas da cidade.

Ed Marte também se insere em coletivos junto à população LGBTQI+, dialogando em instituições e espaços diversos da cidade sobre a questão de gênero. Ele é também um sujeito atuante no carnaval de Belo Horizonte, desfila em vários blocos, já foi jurado das escolas de samba da cidade e um importante bloco de carnaval de Belo Horizonte, que arrasta multidões de pessoas, chamado Corte Devassa, adaptou uma marchinha de carnaval em sua homenagem. Assim, no carnaval, milhares de pessoas seguem em bloco pelo centro de da cidade entoando a seguinte letra.

♪ Olha a Cabeleira do Ed Marte. Será que ele é? Será que ele é? De Marte? ♪



Figura 29: Ed Marte e Cristal no bloco de carnaval Corte Devassa.

Foto: Guto Muniz. **Fonte:** <https://blogdoarcanjo.blogosfera.uol.com.br/2016/06/10/fit-bh-2016-leva-80-mil-pessoas-ao-teatro-em-dez-dias/>. **Acesso em:** 18/09/2017.

de chamar manifestações importantes denunciando preços altos do transporte na cidade, tem presença em importantes enfrentamentos junto ao poder público.

3.3.1. Da chegada em Belo Horizonte à formação do ativista social.

Ed Marte nasceu em Martinho Campos, interior de Minas Gerais, em 1968. Aos dezessete anos se mudou para Belo Horizonte para buscar o sonho de ser artista. Em conversa, ele me relata recortes de sua experiência de chegada na cidade.

Eu vim quando eu terminei o ensino médio lá. Eu estudei em escola pública no ensino fundamental e médio e gostava muito de ler e de estudar, nunca tomei recuperação, nunca repeti ano, sempre gostava muito de estudar, de ler muito também. Aí com dezessete anos, eu já conhecia Belo Horizonte, porque eu tinha um tio que morava aqui. Então eu já tinha esse sonho de vir pra cá né. Porque na época eu sonhava ser ator, ou compositor, ou cantor. Esses sonhos! Eu gostava de música também, de teatro, de televisão. Aí eu queria estudar e trabalhar né. Eu vim com dezessete anos pra cá, a princípio eu morei com meu tio (...) depois a gente conseguiu um barracão em Contagem pra morar. Eu comecei a fazer cursinho pra tentar vestibular e através do cursinho eu arrumei meu primeiro emprego em uma imobiliária como recepcionista e atendente na parte de locação e também passei no vestibular na área de comunicação e comecei a fazer teatro também no *NET*²³. Eu trabalhava e estudava, porque eu passei na *Newton Paiva* e na época o curso de comunicação da *UFMG* era só de dia e eu não podia parar de trabalhar, porque pagava aluguel e meus pais não tinham condições de me bancar. Eles me ajudavam quando eu tava desempregado, mas não era aquela coisa assim, né. E eu também já tava ficando independente, não queria parar de ter minhas coisas, meu trabalho. Aí eu fiz comunicação através do crédito educativo que eu consegui na época. E foi importante na época senão eu não teria condições de pagar. Eu paguei depois. Aí eu fiz comunicação social, relações públicas, na minha época não tinha essa coisa integrada ainda não. **Ed Marte**

Curioso em relação à formação de sua identidade, fluida como ele diz, indaguei sobre como lidava com a questão de gênero nesses tempos de trabalho na imobiliária, recém chegado em Belo Horizonte.

Aí nessa época não tinha a coisa da militância ainda não. Porque assim, né, porque eu não conhecia a cidade, eu não tinha esse acesso que tenho hoje. Eu frequentava, né, mas eu tinha dificuldade da aceitação da identidade, porque eu já tinha tido relacionamentos na juventude com meninas e com meninos também, né. Mas aí aqui eu acabei conhecendo um jovem na rua e acabou me mostrando os lugares, os bares, as coisas e eu comecei a frequentar. Então eu me considerava mais como gay mesmo nessa época, assim. Mas não tinha acesso aos grupos da militância. Talvez até porque o meio que eu frequentava, os amigos também não faziam isso e na faculdade também eu não tinha esse movimento, né. Mas eu já gostava de vestir umas roupas diferentes, porque já tinha a questão do teatro, eu já comprava em brechó, eu já usava coisas assim um pouco diferentes né do normal. Não era normativo, apesar que meu emprego tinha que estar normativo né. Porque era imobiliária, eu tinha que ir social e tudo. Minha mãe até fala que tem saudades desse tempo. Eu tinha

²³ Núcleo de Estudos Teatrais.

cabelo curto, barba feita, cabelinho com gel (risos). Eu falo assim, são os tempos, não voltam, pode ficar tranquila. Mas ela é de boa. Mas foi muitos anos que eu trabalhei nesse primeiro emprego, até formar na faculdade. **Ed Marte**

Nesse período em que Ed Marte conciliou o trabalho na imobiliária e o curso de comunicação social ele também fez formações em teatro e artes visuais no *Arena da Cultura*, projeto de ensino de arte da prefeitura de Belo Horizonte, voltado para pessoas de baixa renda, atualmente o *Arena* se chama *Escola Livre de Artes - ELA*. Essas formações permitiram que após alguns anos em empregos de cunho burocrático, em outras imobiliárias, Ed Marte resolvesse abandonar essas funções para se inserir em trabalhos ligados à arte, foi quando ele se tornou arte-educador.

Aí teve uma época que eu chutei o balde, de não querer trabalhar mais com isso e fui trabalhar como educador. Eu já fazia teatro no *Arena da Cultura* já desde 2004. Aí arrumei emprego no *Criança Esperança*²⁴ como educador de teatro. Aí foi um ano e meio mais ou menos. Aí foi através desse movimento que eu acabei me envolvendo lá na Serra. Eu trabalhei também durante alguns anos na obra social da *Igreja do São Lucas*, que é onde eu moro. Eu mudei aqui pra região da Serra em 2000, que antes eu morava no Grajaú. Quando eu mudei pra cá que teve essa reviravolta de tudo, né, que eu comecei com o teatro. No *Arena da Cultura* tem essa coisa ativista também, a gente trabalhava muito com o teatro de rua. Foi aí que eu acabei me envolvendo com a questão da identidade, né, aí eu acabei construindo efetivamente essa identidade que sou hoje, né. Apesar de que eu acredito que a gente tá sempre em construção, a gente nunca 'é' totalmente, né. A gente está sempre em mutação, mudanças. Aí, do *Criança Esperança*, depois eu comecei a trabalhar em uma ONG que é o *Favela é isso aí*²⁵. Eu fiz aquele curso de gestão cultural, que era o Zé Márcio Barros que coordenava, aí eu tive aula com a Clarice Libâneo. Isso acho que foi em 2004. Ela me convidou porque ela estava fundando a ONG *Favela é isso aí* para dar continuidade àquele trabalho²⁶. Ela me convidou pra trabalhar com ela como coordenador de pesquisa, pesquisa de campo que a gente trabalhou, a gente fez o mapeamento, a gente deu continuidade ao projeto de mapeamento em várias comunidades, para o site do *Favela*, fazer

²⁴ O *Espaço Criança Esperança* de Belo Horizonte - ECE-BH é um projeto de ação social voltado para crianças, adolescentes, suas famílias e para a comunidade do Aglomerado da Serra, regional centro-sul de Belo Horizonte, que vivem em situações de pobreza econômica e vulnerabilidade social. O *Espaço Criança Esperança* de Belo Horizonte existe desde 2003 no Aglomerado da Serra, como um espaço de formação, de educação.

²⁵ O *Favela é isso aí*, é uma ONG, idealizada por Clarice Libâneo, que objetiva contribuir para a redução da discriminação e do olhar preconceituoso que reside sobre famílias e moradores de vilas e favelas. Ligado ao campo da arte, a ONG promove ações de geração de renda para artistas das periferias, melhorando as condições do fazer artístico e buscando a inserção desses artistas no mercado cultural. A ONG ainda promove ação que visam prevenir e minimizar a violência nas periferias da cidade. A ONG, a partir de um grande trabalho de pesquisa, mapeou mais de 7 mil em 200 comunidades, criando o Guia Cultural de Vilas e Favelas de Belo Horizonte.

²⁶ O trabalho a que Ed Marte se refere à continuidade da pesquisa de mapeamento cultural das comunidades de Belo Horizonte, pesquisa essa que deu origem ao Guia Cultural de Vilas e Favelas.

tipo uma atualização do guia de vilas. Aí eu coordenei essa pesquisa de campo junto com os jovens e aí já comecei a me envolver nessa militância na área da cultura e o *Favela é isso aí*, além disso, já tinha outros projetos né; festival de vídeo, gravação de cd de dvd com vários artistas. Hoje a ONG existe, mas assim, hoje a gente não tem o espaço, a gente já teve o espaço físico, com estúdio. Porque falta verbas mesmo, a gente sempre sobreviveu com lei de incentivo mesmo, de incentivo à cultura, entrando em editais. **Ed Marte**

As experiências como arte educador e como coordenador da referida pesquisa de campo fez Ed Marte entrar em contato com territórios periféricos vários da cidade, com grupos e gestores culturais, com artistas, com coletivos sociais representantes de lutas urbanas diversas.

Em 2009, eu lembro que eu tava trabalhando no *Favela é isso aí* ainda quando surgiu o decreto de proibição de eventos culturais na Praça da Estação. Aí teve um encontro lá. Uma galera recebeu alguns e-mails, eu também recebi. Eu fui nesse primeiro encontro que teve lá pra discutir a questão da ocupação dos espaços públicos e tal. Aí que surgiu a ideia lá de criar a *Praia da Estação*. Aí começou em 2010 essa praia, aí que eu lembro que comecei a ir de maiô. Não sei se eu já tinha os maiôs. Eu já tinha comprado em brechós assim, saias, nessa época eu já usava pra ir no duelo de MCs. Eu fiz também um espetáculo de teatro lá no Arena, que era do Caio Frenando Abreu, aquela peça, *Pode ser que seja só o leiteiro lá fora*. Aí eu fiz um personagem que era uma mistura assim, meio transviado, gay, ele não se definia. Então me ajudou muito, tem tudo a ver, mesmo o teatro quando você faz um personagem, é ligado, a arte é sempre ligada à vida mesmo, né. Eu como artista, por exemplo, só faço coisas que estão relacionadas com minha essência, com meu modo de viver também, né, nas performances que eu trabalho. Em 2011, fiz meu primeiro trabalho de performance, foi num evento lá no Bordelo²⁷, no bar que era ali no viaduto, abordando essas questões de gênero na performance. **Ed Marte**

Ed Marte, como um dos idealizadores da *Praia da Estação*, sempre foi presença marcante nos eventos e a partir daí, ampliou cada vez mais suas redes pela cidade; também ampliou seus espaços de atuação militante, como artista e como arte-educador na área de teatro e de artes visuais. Em 2011, como membro da ONG *Favela é isso aí*, teve inserção como educador no sistema socioeducativo, voltado para adolescentes em regime de semiliberdade.

Comecei a trabalhar em projetos como educador no socioeducativo, foi a primeira experiência no socioeducativo, já em 2011, nas casas de semiliberdade. Foram oficinas de fotografia que trabalhei com jovens, em 2011 e 2012. Aí em 2012, eu participei de uma seleção de um projeto de arte e cultura, através de uma ONG pro socioeducativo, que eu comecei a trabalhar com jovens. Quando o projeto acabou eu continuei no socioeducativo através da Escola Estadual. Aí na Escola Estadual, eu fui até 2016. Foi época da

²⁷Antigo bar e espaço cultural de Belo Horizonte localizado embaixo do viaduto Santa Tereza, local conhecido em Belo Horizonte, por ser reduto de encontro de artistas, como os jovens do Hip Hop, além de espaço de encontro de grupos culturais e de coletivos de contestação social em Belo Horizonte.

campanha, aí eu precisei sair pra campanha e não voltei, porque eu vim aqui pra Gabinetona. **Ed Marte**

3.3.2. A campanha eleitoral e a inserção na Gabinetona: confluências entre arte e política.

Ed Marte decidiu ser candidato a vereador, pois segundo ele muitas pessoas o solicitavam como candidata, devido à sua popularidade na cidade e a sua participação nas explosões programáticas das Muitas. Antes disso, Ed Marte também não havia tido vínculo partidário, embora sempre tivesse votado em partidos de esquerda, como me relatou. Nesse sentido, antes da inserção nas Muitas como candidata, sua atuação política dialogava, principalmente, com os coletivos urbanos, grupos culturais e movimentos sociais da cidade.

Aí eu aceitei, né, foi um desafio, mas foi muito bom, o processo foi lindo e foi coletivo, né, o mais maravilhoso de tudo é isso, né. É uma criação coletiva, né, não é aquela coisa focada em um candidato. Então eu me sinto um vitorioso. E hoje tá todo mundo aqui, as Muitas continuam. **Ed Marte**

No processo de campanha, Ed Marte foi fiel às suas inserções e mobilizações pela cidade. Sempre irreverente nos eventos, seu eixo de campanha se baseava na questão da diversidade, na busca de políticas municipais que abarcassem todas as identidades de gênero. Mas, também presenciei eventos de campanha em que Ed disse sobre projetos junto às juventudes e a área cultural da cidade. O vídeo de sua campanha que circulou pelas redes sociais e em outras mídias começava com um grito e uma risada de Ed Marte dizendo, *Somos Muitas, eu tô de maiô*. Ademais, o vídeo mostrava Ed circulando em eventos e lugares vários da cidade, em praças, parques, na *gaymada*. Isso com suas performances sempre irreverentes e suas vestes nada convencionais. O vídeo, ao fundo, cantava a música.

 *É diversidade. É de verdade ó meu bem. O Ed Marte. O Ed Marte é do bem. Para a cidade transformar é 50024. Ed Marte é demais. Pra você que é diferente é 50024. Então eu digo. Vota no Ed Marte, vota, vota no Ed Marte, vota, vota no Ed Marte. Ed Marte* 

Lembro-me que em época de campanha, as Muitas tinham uma sede de encontro na Savassi, bairro de classe média alta da regional Centro-Sul de Belo Horizonte. Ao acompanhar algumas reuniões e eventos das Muitas na região, vi Ed Marte algumas vezes em campanha. Era

interessante observar que enquanto algumas pessoas se juntavam, pediam selfies, outras, ao contrário, estranhavam aquela presença ser de uma candidata a vereadora, fechavam a cara ou riam com tom de deboche. Essas diferentes reações tanto de apoio, como de crítica à sua candidatura também foram noticiadas pela mídia, vejamos.

Professor e agitador cultural, Ed Marte é candidato pelo Psol

Artista integra o coletivo Muitxs e afirma que trabalhará no Poder Legislativo por uma BH mais igual

👍 Curtir 463 Compartilhar 🐦 Tweetar

Publicado em 22/08/2016



Ed Marte diz ter escolhido o Psol por o partido e ele ter os mesmos sonhos para BH

Figura 30: Notícia do “Guia Gay”, Ed candidata.

Fonte: <http://www.guiagaybh.com.br/noticias/professor-e-agitador-cultural-ed-marte-e-candidato-pelo-psol>.

Acesso em: 16/09/2018.

Ed Marte não foi eleito, mas teve votação significativa na cidade nas eleições de 2016, obtendo 2.190 votos. Atualmente ele continua sendo das Muitas, atuando não só como assessor parlamentar no mandato coletivo, mas também em coletivos outros da cidade, a exemplo dos coletivos *Filme de Rua* e a *Academia Transliteraria*.

O coletivo Filme de Rua, no qual Ed Marte é um dos idealizadores, surgiu de encontros coletivos nas ruas de Belo Horizonte, na militância de sujeitos com os quais estamos dialogando.



Direção: Joanna Ladeira, Paula Kimo, Zi Reis, Ed Marte, Guilherme Fernandes, Daniel Carneiro

Fruto de um processo coletivo, o filme foi realizado em dois anos por seis profissionais e militantes das artes plásticas, cinema, psicanálise, comunicação e história, e por 15 adolescentes e jovens, negros e negras, cis e trans, em situação de rua no município de Belo Horizonte. Pelas ruas do centro da cidade, eles compartilharam e vivenciaram, de forma fluida e dispersa, suas histórias e desejos por meio do cinema. Produziram roteiros, realizaram derivas com a câmera, imaginaram narrativas, pensaram projetos de vida. Joanna, psicóloga, psicanalista, acompanha a trajetória dxs meninxs desde 2010 e em 2015 reuniu essa equipe pra “fazer o filme” dos meninos, que abraçaram a ideia. Zi Reis é artista visual, educadora que apresentou a câmera e a montagem ao coletivo. Ed Marte é arte-educador e acompanha os adolescentes quando passam pelas medidas sócio educativas. Daniel Carneiro, cineasta, medialivrista destacou o olhar e a voz dos meninos e das meninas. Paula Kimo é produtora, filmógrafa, diretora, multi tudo pra fazer acontecer o sonho. Guilherme Fernandes Melo é historiador e militante que só acrescenta aos encontros seja com sua câmera, seja com sua escuta e reflexão.

Figura 31: Ed Marte e o coletivo Filme de Rua.

Fonte: <http://www.frenteirafestival.com/pt/filme/filme-de-rua>. Acesso em: 02/10/2018.

O *Filme de Rua* já foi exibido em diversos lugares, festivais, universidades, eventos culturais. Tive a oportunidade de participar de uma sessão comentada na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na qual Ed Marte estava presente com alguns dos jovens atores/produtores do

filme. Foi impressionante a emoção e alegria dos adolescentes ao relatar a experiência no filme, que, para eles, significou uma outra forma de acessar a cidade e de serem vistos como cidadãos, sair do apagamento que a rua causa às pessoas que nela vivem.

Sobre as reverberações da produção do filme, Ed Marte explica que o coletivo continuou após o filme, os adolescentes continuam fazendo oficinas ligadas à produção midiática e frequentando o ensino fundamental na modalidade EJA.

O projeto continua, hoje a gente ocupa uma sala lá no *CRJ-Centro de Referência da Juventude* e essa sala a gente conseguiu uma sessão lá. Eles agora vão fazer um edital pra ocupação de grupos, mas a gente já conseguiu, porque a gente tava sem lugar e a gente tinha feito uma parceria com uma Escola Municipal pra ter lá no *CRJ* um grupo de *EJA-Educação de Jovens e Adultos*, e a escola tá funcionando desde fevereiro deste ano e os meninos do Filme de rua frequentam. **Ed Marte**

Ed Marte também faz parte da *Academia Transliterária*, como destacamos, um importante coletivo de arte trans na cidade, que além de objetivo de reunir e enaltecer escritos vários de artista trans, promove saraus, performances, exposições, produção de fanzines e livros ligados a estética trans. A academia tem estado em vários lugares da militância LGBTQI+, principalmente, mas também marca presença em espaços sociais de lutas diversas na cidade.

Eu faço parte da academia transliteraria, que é um coletivo de arte, onde a maioria são pessoas trans, são mulheres trans, tem homens trans também, tem mulher cis, tem gays e tem homem cis também. São pessoas também que apoiam a causa, a gente trabalha com literatura, poesia, performance. A gente vai até estar agora no *FIT-Festival Internacional de Teatro*, né, na programação do FIT (...) A *Academia Transliterária* tem pouco tempo, ela tem dois anos, fez agora em setembro, dois anos de fundação e a gente já apresentou no aniversário de BH, a gente já apresentou em muitos eventos assim, em faculdades, vários lugares. **Ed Marte**

Estive em alguns espaços onde a *Academia Transliterária* atuou: a irreverência, a alegria, as cores, sempre são muito presentes. Mas também críticas profundas a problemas sociais contemporâneos, a estruturas que relegam a população trans à marginalidade. Estive presente em feiras de produtos artesanais produzidos por pessoas trans ou com estéticas trans. Em performances potentes pelo espaço urbano, como a *Quebra da maldição desde o nascimento* e a *Coroação da Nossa Senhora das Travestis, Nossa Senhora!*

Dentre as performances que pude presenciar destaco a *Quebra da maldição desde o nascimento*, conhecida também como *Cartório Transliteraria*, momento simbólico de muita crítica e aprendizado. Foi recentemente, num encontro de apoio a um candidato às eleições presidenciais de 2018. Nesse encontro, todos os presentes estavam muito preocupados pela então ameaça de chegada do Bolsonaro ao poder, de ultradireita e representante do fascismo no Brasil. Ao fundo do espaço, em meio a palavras de ordem, um grupo de pessoas, com roupas brilhantes, coloridas, em alegria, registravam para quem quisesse sua *quebra de maldição*, em um documento assinado pela *Academia Transliterária* e pelo registrante.

A QUEBRA DA MALDIÇÃO DESDE SEU NASCIMENTO



REGISTRO

Eu, Paulo Felipe ser, declaro, para os devidos fins, que detenho a posse mansa, pacífica e revolucionária do meu corpo, dedos, pés, pernas, cu, estômago, buceta, escroto, noca, braços, cabeças, careca, próteses, lentes de contato, apliques, megahair, unhas de gel, entranhas, apêndice, orelhas, piercings, pele, cor, pentelhos, muco, obturações, cílios postiços, veias, tatuagens, neurônios, hormônios, cor, ossos, sangue, melecas, gozos, sêmen, ovários, útero, água, barro, silicone industrial, bajubá e tudo o que me é perecível.

Desvinculo-me de quaisquer regras e definições impostas sobre minha conduta, minha cultura, minha arte, meus amores, desejo, tesão e minhas formas de expressão, deixando expresso aqui que meu corpo são minhas regras, sem submissão a qualquer governo, norma institucionalizada, familiar, religiosa, de panelas e coxinhas ou oposição de qualquer espécie.

Por ser verdade, boto fé.

Belo Horizonte, 24 de Outubro de 2018.


Assinatura

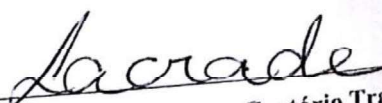

Cartório TransLiterário
Endereço: sede transitória

Figura 32: Documento de quebra da maldição desde seu nascimento.
Fonte: Do autor

Ed Marte, para além dessas inserções aqui descritas, segue em trânsito na cidade, articulado a coletivos que buscam evidenciar e construir uma concepção de cidadania de pessoas LGBTQI+, das juventudes, das camadas populares, com seu corpo político, *queer*, em trânsito, tem atuado nas fronteiras da cidade.

3.4.Corpografias que ensinam.

O intuito de nos aproximarmos das trajetórias desses três sujeitos das Muitas - Cristal, Dú Pente e Ed Marte - e de suas *corpografias*, é refletirmos sobre as relações instauradas entre corpo e cidade e como essas relações podem nos auxiliar a entender questões urbanas contemporâneas e consequentemente revelar caminhos para transformações políticas nas cidades. Assim, é importante pensarmos nas diferentes maneiras como as experiências desses corpos na cidade em seus trânsitos, apropriações e expressões de identidades vão compondo o espaço urbano e ao mesmo tempo constituindo-se da experiência que têm sobre ele.

As autoras Britto e Jacques (2012), discutem que corpo e cidade são elementos mútuos, ou seja, eles se inscrevem na cidade, assim como também são inscritos da cidade em suas diferentes configurações. Nesse sentido, “a cidade é percebida pelo corpo como conjunto de condições interativas e o corpo expressa a síntese dessa interação, configurando uma corpografia urbana” (BRITTO e JACQUES, 2012, p.149).

Mas é necessário pensarmos que a interação corpo-cidade que se constrói sobre o espaço urbano, são muitas vezes predeterminadas pelos padrões de colonialidade que atravessam a experiência dos corpos no urbano, dizendo quais serão mais ou menos acolhidos nos espaços e quais terão suas concepções de cidadania respeitadas. As corpografias aqui apresentadas nos auxiliam a materializar essa concepção, na medida em que dialogamos com corpos políticos que carregam insígnias que em determinados contextos, os colocam em lugares de subalternidade social, impostas pelos processos de colonialidade atravessados por classe, raça e gênero, como discutimos.

Nessa seara, são os corpos negros, sobretudo, que foram e são rechaçados daquilo que é considerado centro, ou seja, habitam as periferias da cidade que vão se alargando à medida que a cidade vai crescendo, orquestrada pelo capital, pela especulação imobiliária. São esses mesmos corpos negros, alvos primeiros da violência urbana e do combate às drogas. São esses

mesmos corpos negros que não transitam em qualquer espaço da cidade, pois são potenciais bandidos.

Os processos de colonialidade, ao se materializarem no urbano, também periferizam corpos LGBTQI+, principalmente corpos trans que recebem pancadas, rechaços, deboches em meio às ruas e são expulsos de lugares vários da cidade, sendo enxotados para espaços marginais na metrópole que se alimenta dessa segregação que ela mesma impõe para justificar a violência contra esses corpos. São esses corpos trans que nas grandes metrópoles não são vistos para além de um corpo a ser vendido no mercado sexual e que raramente ultrapassam os trinta e cinco anos de idade.

Além do mais, quando essas condições da vida urbana cerceada, dadas pelas dimensões de raça e gênero, se unem ao fato de ser pobre, a cidadania é ainda mais clivada para alguns corpos, pois limita o usufruto dessa cidade que “dá as mãos” para o capital, fortalecendo uma concepção urbana, baseada na espetacularização do espaço, porém, um espetáculo sem corpos, culturas, histórias. Um espetáculo do capital.

O que chamo de espetacularização das cidades contemporâneas - que também pode ser chamado de cidade-espetáculo (no sentido debordiano) - está diretamente relacionado a uma diminuição da participação, mas também da própria experiência urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística. A redução da ação urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. (JACQUES e JEUDY, 2006, p. 126).

No entanto, é possível interpretarmos que, em reação, esses corpos vão modificando essa lógica, ao lidarem com esses processos como elementos que constituem suas identidades, seus modos de perceber, experimentar e resistir no território da metrópole. Na medida em que suas corporalidades negras, trans, *queer* vão sendo impressas no espaço, seus corpos fazem por insurgir possibilidades outras de reprodução social urbana. Quando esses corpos políticos insurgem com suas corpografias, evidenciando resistências nas relações com o espaço e em suas ações na cidade,

em suas diferentes temporalidades, formam, assim, um desvio à hipertrofia da visualidade promovida pela cidade-logotipo ou pela cidade-outdoor, composta de cenários espetacularizados, desencarnados. Do ponto de vista do urbanismo, esta experiência da cidade, que se instaura no corpo, pode ser pensada como uma forma molecular de resistência ao processo molar de

espetacularização urbana contemporânea. (BRITTO e JACQUES, p.154, 2012).

Nessa metrópole segregada, onde até o movimento dos corpos são condicionados, muitas vezes limitados ao trajeto casa-trabalho, o que contribui para uma visão estanque, morta da cidade, a insurgência desses corpos políticos representam microresistências à lógica da cidade-espetáculo. Essas microresistências partem não só da ação desses corpos, mas de sua própria presença afirmativa no espaço público, rebatendo e afrontando as lógicas segregadoras com que o processo urbano hegemônico periferiza esses corpos na construção social da cidade.

Britto e Jacques (2012), discutem que a experiência da cidade está cada vez mais distante dos planejamentos urbanos e a experiência corporal na cidade está cada vez mais domesticada. Esses elementos têm se mostrado efetivos e desastrosos na construção da esfera pública do espaço urbano. Isso porque, são elementos que contribuem para a constituição de uma concepção urbana que prevalece mundialmente na contemporaneidade e que têm como estratégias a privatização, homogeneização e pacificação dos espaços públicos.

Na contramão, quando esses sujeitos com os quais dialogamos emergem no espaço público com seus corpos políticos, dizem em resistência - aqui me presentifico, assim me presentifico, essa cidade também é minha, tenho direito de frequentar esse lugar, tenho direito de passar por aqui ou por ali. Há, nesse sentido, além da emergência da diferença, dada no reconhecimento de que diferentes corpos apropriam da cidade e a experenciam de maneiras distintas, um reconhecimento que “diferentes experiências urbanas podem ser inscritas em um mesmo corpo e diferentes corpos podem experimentar uma mesma situação urbana, mas as *corpografias* serão sempre únicas (como são as experiências), e suas configurações, sempre transitórias” (BRITTO e JACQUES, 2012, p.153).

Nesse sentido, as resistências desses corpos políticos não são fixas, fluem de diferentes maneiras no tecido urbano.

Fluem em Cristal, ao performar num sábado à tarde, vestida de onça no Parque Municipal esbravejando *A Carne mais Barata do Mercado é a Carne Negra*, ao arrastar pelas ruas, como rainha do carnaval, milhões de pessoas com seu discurso empoderador e educador, ao puxar e ser estrela dos *duelos de vogue*. Em Dú Pente, ao trazer um elemento estético da cultura negra em seu corpo - o pente - imprimindo essa estética no espaço urbano, ao ocupar a Câmara

Municipal, ao usar os espaços que teve inserção para visibilizar as lutas de raça. Em Ed Marte, ao performar ao meio dia vestido de noiva no hipercentro de Belo Horizonte, ao apropriar dos espaços públicos na luta pela arte, ao somar nas lutas por vivências mais dignas de jovens em situação de rua.

Nessas ações ou em outras vivências de Cristal, Dú Pente e Ed Marte, seja no âmbito das Muitas, em outros coletivos que eles compõem ou em ações individuais cotidianas que estabelecem na cidade, tendo a arte como forte aliado, vão sendo tensionadas as lógicas segregadoras que perpassam a construção das cidades e condicionam vidas tão periféricas no urbano. Nesse sentido, esses corpos políticos e suas corpografias têm contribuído para “instaurar um debate que contribua para atualizar os modos de formulação da cidade, cultura e arte contemporâneas, pelo redesenho de suas condições participativas na elaboração do espaço público contemporâneo” (BRITTO e JACQUES, 2012, p.155).

A potência dessas corpografias na construção da cidade, também se encontram nos saberes que esses corpos carregam de sua relação com a cidade. Cada um deles possui trajetórias urbanas distintas, vivências em territórios distintos da cidade, o que os fazem agregar diversos saberes construídos nessa relação *urbano-corpórea*. Dialogando com a literatura de Luiz Rufino e Luiz Simas (2018), podemos entender que os saberes corpóreos, nas performances e nos ritos desses corpos, inventam formas de relação com o mundo. Nesse sentido,

É através da existência do corpo como um suporte de saber e memória que vem a se potencializar uma infinidade de possibilidades de escritas, por meio de performances, de formas de ritualização do tempo/espaço e consequentemente de encantamento da vida. Assim, os corpos fundam terreiros como também indicam seus vínculos de pertença com outras temporalidades/espacialidades (SIMAS e RUFINO, p.50-51, 2018).

Nessa discussão do corpo, os autores fazem uma analogia com a diáspora africana, no sentido de pensar como os deslocamentos intercontinentais determinaram as diversas presenças de populações africanas pelo mundo e de descendentes de africanos nas encruzilhadas transatlânticas. Além disso, dialogam sobre como a diáspora influenciou as relações que esses povos iriam ter com o que era chamado de Novo Mundo, sendo que “os territórios, os pertencimentos e as relações são marcados e alterados pela violenta experiência do desterro” (SIMAS e RUFINO, p. 53. 2018).

Ao relacionar essas reflexões com a dinâmica dos sujeitos que estamos dialogando e sabendo que muitas vezes eles tiveram suas vivências na cidade usurpadas ou clivadas pelas insígnias que carregam em seus corpos, entendemos que eles foram subjugados em suas trajetórias urbanas a partir de diversas experiências de desterro, de expurgação de determinados lugares, assim como vimos em suas corpografias. Tanto Cristal, quanto Dú Pente e Ed Marte disseminam, em suas ações, saberes que remetem a significados vários para a cidade, e à medida que esses saberes vão insurgindo no espaço público através de seus corpos, os territórios da cidade vão se redesenhando, a partir das presenças afirmativas desses corpos no espaço público da cidade.

E, assim, a partir do corpo, de suas corpografias urbanas, esses sujeitos versam não só sobre si, mas sobre as possibilidades de cruzamento de saberes imersos nas mais diversas corpografias que desenham a cidade, fazendo por emergir possibilidades outras da vivência urbana, possibilidades de construção de novos territórios que partem de cada corpo e vão se potencializando no encontro com outros corpos urbanos, atingindo outras escalas. Assim, cada corpo é,

suporte de saberes e memórias, é também terreiro, o corpo é também um tempo/espço onde o saber é praticado. O corpo terreiro ao praticar seus saberes nas mais variadas formas de inventar o cotidiano reinventa a vida e o mundo em forma de terreiros. (SIMAS e RUFINO, 2018, p. 53).

Essa ideia do corpo-terreiro ao se transpor para a realidade da cidade nos leva a pensar num corpo território, pois um corpo é um espaço delimitado, demarcado pelas marcas que carrega, pela cultura que imprime e ramifica na cidade, nas apropriações espaciais que são realizadas por ele e também pelas múltiplas relações de poder que atravessam os corpos territórios, que também são múltiplos.

[...] O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos antiglobalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecadora das diferenças humanas. (HAESBAERT, 2004, p.19).

Nesse sentido, em interação com outros corpos territórios em espaços diversos, cada corpo amplia sua escala de ação no reconhecimento da diversidade de territórios que constituem a cidade e imprimem territorialidades distintas, mas complementares nos espaços que apropriam. Essas territorialidades se conectam também com os processos de ressignificações e reidentificações sobre os espaços, ocasionadas por aqueles que o compõem, fazendo por emergir, na cidade, identidades territoriais diversas. A esse respeito:

A pluralidade de territórios, característica que pode se confundir com a noção aqui proposta de múltiplos territórios, pode estar compreendida de duas formas nos “territórios plurais” (noção mais próxima de nossa concepção de multiterritorialidade) – uma, vista a partir do “território plural” como conjunto justaposto de diversos territórios compreendidos no seu interior, outra, a partir do “território plural” como conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades) cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites. (HAESBAERT, 2004, p. 10).

Embora as corpografias com as quais dialogamos sejam singulares, dado o caráter individual da relação corpo-cidade e tomando cada corpo como um território, elas não apontam para a construção de uma cidade individualista. A partir das territorialidades que esses corpos políticos exercem nos espaços em que apropriam, da interação que estabelecem com outros corpos, das possibilidades de mundos outros que evidenciam em suas ações pela cidade, vão também construindo uma concepção de cidade que abarca as dimensões da fronteira e do cruzo.

Trazendo a discussão de Hissa e Nogueira (2013), podemos pensar na dimensão da fronteira. Ela não se configura como limite, mas como espaços de encontro, fronteira vem de *front*, de ir à frente. Assim, elas significam territórios de encontros entre mundos, que desvelam interfaces capazes de construir outros territórios a partir da sensibilidade que emerge das ruas, dos corpos territórios que a apropriam, dos espaços manejando as fronteiras da cidade e as fronteiras do corpo, que, como discutimos, são territórios políticos comportando aberturas e porosidades.

Assim,

pele, e tudo mais que se segue - junto ao corpo e à cidade -, esconde uma condição pulsante de fronteira. Em cada pedaço do percurso há alguma iminência de convocação da vivência da alteridade, de abertura ao outro. As fronteiras são permeadas por esse risco: o outro (HISSA e NOGUEIRA, p. 57. 2013)

Nesse sentido, assim como as fronteiras são permeadas de zonas de contato, ao retomarmos os diálogos com Simas e Rufino (2018), percebemos que essa prerrogativa também se presentifica na dimensão do cruzo que emerge das mobilidades e das potências presentes nas zonas de contato de corpos em trânsito. Nesses cruzos, segundo os autores, edificam-se possibilidades de ampliação do tempo presente, da convivência entre cosmovisões e temporalidades.

Com isso,

Compreendemos que a perspectiva do cruzo risca pontos e traçados entre saberes distintos, sejam eles os próprios das produções centradas no eixo da modernidade ocidental, sejam os das produções advindas dos complexos subalternos ou, até mesmo, no interior de cada um deles. O cruzo, como uma prática que visa produzir encantamento contribui para relações ecológicas/encruzadas entre as múltiplas práticas de saber socialmente produzidas e circuladas. (SIMAS e RUFINO, p.35, 2018).

Essas colocações nos ajudam a avançar na compreensão de que os processos de transformação social passam pelas possibilidades que cada corpo pode trazer para a cidade nos territórios que vão conformando. No caso dos sujeitos que acompanhamos, percebemos que há possibilidades diversas de fissuras nas corpografias que estabelecem nas relações com o urbano, sendo que elas ultrapassam suas ações nas Muitas, embora suas ações políticas nesse coletivo também estejam conectadas com suas corpografias. Não podemos também perder de vista as determinações processos de caráter histórico e global, enxergando como eles influenciam, nos processos de segregação corporal na cidade. Como discutimos, os processos territoriais e as reverberações da ação desses corpos políticos são multiescalares.

3.5. Corpo, raça e gênero.

Como discutimos, embora as corpografias digam sobre a relação de cada corpo com o espaços da cidade, elas são permeadas de fronteiras que levam ao exercício da alteridade e dão pistas para construção de territórios urbanos mais plurais. Ao mesmo tempo, as apropriações que cada corpo faz da cidade se relacionam com a identidade que carregam.

As dimensões da raça e do gênero emergem nessa discussão, materializadas em corpos negros, em corpos trans, em corpos trans e negros, em corpos *queer*, que se tornam alvos de atrocidades várias na cidade, tendo, muitas vezes, a cidadania cerceada e seus corpos limitados de circularem e se apropriarem do urbano, como nos revelam as corpografias de Cristal, Dú Pente

Ed Marte., sendo que em Cristal e Dú Pente, essa perspectiva de regulação dos movimentos dos corpos aparece com mais intensidade.

Todavia, essas corpografias nos revelam também que esses corpos, ao lidarem com o racismo ou com o preconceito de gênero, ou com ambos, vão criando estratégias de sobrevivência que hoje se tornaram também estratégias de luta social e experiência para a elaboração de discursos e práticas antirracistas e/ou antilgbtfóbicas que se ramificam pela cidade, nos espaços de participação social e nos coletivos a que pertencem. Essas estratégias perpassam pelas maneiras como expressam suas identidades e corporeidades no espaço público.

3.5.1. Corpo negro regulado e corpo negro emancipado.

Ao olharmos mais de perto para o corpo negro, dialogando com as corpografias de Cristal e Dú Pente, ativistas negros das Muitas e da cidade, nos remetemos à literatura da pesquisadora e educadora e Nilma Lino Gomes, que nos aponta reflexões sobre o corpo negro brasileiro dizendo que no Brasil, ele “ganha visibilidade social na tensão entre adaptar-se, revoltar-se ou superar o pensamento racista que o toma como erótico, exótico e violento” (GOMES, 2018).

Nesse sentido, é necessário olharmos mais de perto para os processos de regulação e emancipação social que tensionam as corporeidades negras, produzindo corpos negros regulados e corpos negros emancipados.

Nilma Lino, em seu livro *Movimento Negro Educador*, publicado em 2018, reconhece a importância do corpo e da corporeidade como tema de pesquisa e focaliza sua discussão no corpo negro, que, segundo ela, “pode nos falar de processos emancipatórios e libertadores, assim como reguladores e opressores” (GOMES, p.93, 2018).

Nesse contexto, ela ressalta a importância dessa discussão, ao lembrar que na mídia, na internet, nos debates políticos o debate sobre a estética negra ganhou destaque a partir da segunda década do ano 2000. A autora menciona a valorização dos cabelos crespos na discussão racial, seja para dar dicas de beleza para população negra, seja para politizar a presença desses corpos no mundo.

Ganha destaque na análise de Nilma Lino Gomes, o caráter coletivo que atravessa a construção da identidade negra e, por conseguinte, a discussão sobre a regulação e a emancipação do corpo negro, produzidos coletivamente a partir de processos vivenciados pela população negra, pelo movimento negro, bem como dos saberes produzidos nessa coletividade. Porém, essa perspectiva não anula o direito do negro à individualidade, à subjetividade, ao desejo, pois, para a autora, somos um corpo no mundo, e mesmo que nossa identidade seja anunciada ao mundo de maneira individual, ela se constrói coletivamente.

Resolver o imbróglio imposto socialmente entre adaptar-se, revoltar-se ou superar os imaginários que tomam o corpo negro como erótico, exótico ou violento, passa por muitas ações coletivas dos movimentos sociais que hoje são consideradas conquistas. Nilma Lino Gomes nos aponta que os caminhos da superação dessas tensas questões passam pela

Publicização da questão racial como o direito, via práticas, projetos, ações políticas, cobrança do Estado e do mundo privado da presença da população negra na mídia, nos cursos superiores, na política, nos lugares de poder e decisão, na moda, na arte, entre outros. A denúncia do racismo, a sua inserção como um crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão garantida na Constituição de 1988, a presença dos negros e negras na mídia, no mercado de trabalho e nas universidades fazem parte desse cenário de lutas. (GOMES, p.94, 2018).

Esses elementos trazidos por Gomes (2018), frutos do movimento negro, impeliram, paulatinamente, a insurgência das expressões da negritude no espaço público, sendo consideradas positivas no âmbito da afirmação da identidade e da cultura negra. Esse fenômeno aconteceu sob tensões, conflitos e contradições primeiramente dentro do movimento negro e posteriormente, expandindo-se para a esfera externa que utiliza a cultura negra e sua corporeidade no plano social e cultural brasileiros, o que também gera conflitos e contradições. Surge, desses processos, leituras sociais, políticas e estéticas sobre o corpo negro e a dimensão da negritude.

Exotismo e politização, visibilidade e ausências, apropriação cultural, possibilidades de emancipação social e reprodução de estereótipos via a corporeidade, fazem-se presentes como tensões, relações e práticas sociais. (GOMES, p.94, 2018).

Essas contradições ganham força, porque a interpretação sobre a corporeidade, história e culturas negras são fetichizadas pela sociedade que, ainda, de maneira geral, acredita no mito

da democracia racial e são ramificadas nos espaços de poder. Um exemplo citado por Gomes (2018) é a educação escolar, que através de métodos vários, avança na reorientação dessa visão.

Nesse contexto, ao dialogarmos com as corpografias de Cristal e Dú Pente, podemos inferir que em suas ações pela cidade também atuam como emancipadores, frente aos discursos presentes sobre o corpo negro, na medida em que esses corpos levam para os espaços de poder os saberes agregados no interior de seus coletivos. Como vimos, suas corpografias negras fissuram processos urbanos que segregam corpos devido ao racismo. Esses corpos em trânsito na cidade contam histórias de resistência, constituída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização.

Embora, essas ações partam da potência das corpografias, como discutimos, elas são coletivas, também expandem a escala do corpo, expandindo-se para outras escalas. Sobre isso, Nilma nos ensina,

É sempre bom lembrar que os avanços sociais e a desnaturalização da desigualdade social e do racismo no Brasil, entendidos como parte das lutas sociais e da história da resistência, caminham junto com a luta da ditadura, pela redemocratização da sociedade, contra o neoliberalismo, e a globalização neoliberal. Nesse sentido, não se trata de uma luta isolada, apesar de sua especificidade. (Gomes, 2018, p. 95).

Essa perspectiva se aprofunda, ao percebermos que as corpografias negras que acompanhamos, ao se presentificarem na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa, via Muitas, fissuram os discursos reguladores sobre o corpo negro que resiste nesses espaços, demarcando com seus corpos políticos posições contra hegemônicas que tensionam as decisões tomadas no espaço de poder.

As corpografias de Cristal e Dú Pente, no que tange às suas lutas sociais, nos revelam as tensões existentes nos processos de regulação-emancipação do corpo negro. Nesse processo, o corpo negro é visto como ícone político e identitário, mas também como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade, como corpo político (GOMES, 2018). Isso nos permite inferir que esses corpos produzem saberes, nas relações com suas corporeidades negras.

Nesse sentido, considerando essas tensões, Cristal e Dú Pente resistem a esses processos de regulação do corpo, pois “o corpo regulado é também o corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam os ideais de beleza corporal branca, eurocentrada e, no limite, miscigenada em contraposição a pele preta” (GOMES, 2018, p.96). É importante lembrar que esses processos são fluidos e dialéticos, ora se impõem sobre determinados processos e contexto, ora em outros, sendo, além de conflitivos, dinâmicos.

As corpografias de Cristal e Dú Pente, na contramão dessas relações de regulação do corpo negro, e respeitando a dialeticidade presente nesse processo, revelam que esses corpos aproximam-se fortemente do que se entende como um corpo negro emancipado que se ramifica em territórios diversos da cidade, afirmando-se também nos espaços de poder e decisão. Cristal e Dú Pente podem ser considerados corpos negros políticos emancipados ao se relacionarem mais intimamente de algumas dimensões, como ressalta Nilma Lino:

Os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização. A construção política da estética e da beleza negra. A dança como expressão e libertação do corpo, A arte como forma de expressão do corpo negro. Os cabelos crespos, os penteados afros, as roupas e formas de vestir que transmitem uma ancestralidade africana recriada e ressignificada no Brasil. (GOMES, p.97, 2018).

É importante salientar, novamente, que esses processos de regulação-emancipação não se dão de forma isolada, por isso são tão tensos. Nilma Lino Gomes reflete que no Brasil, devido à nossa cruel história de colonização, os saberes emancipatórios negros são permeados de cargas de regulação, tendo em vista os processos de subalternização social que passam pelas dimensões de classe, raça, gênero. Dentre esses elementos de dominação, destaca o **racismo**, que, para autora,

Constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ela opera com a ideologia da raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor de pele”, “tipo de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil. (GOMES, p. 99, 2018).

Essas considerações evidenciam que os processos coloniais, alicerçados em paradigmas construídos pela modernidade ocidental, baseiam-se fortemente na dimensão de raça. Nesse sentido, é necessário refletirmos que Cristal e Dú Pente como corpos negros na cidade, não escapam a essa lógica, sendo que suas ações também se constroem nesse limiar tenso entre regulação-emancipação.

No entanto, diante dessas forças que agem sobre o corpo negro e ocasionam a tensão entre regulação-emancipação, destaca-se a potência dos saberes sistematizados por esses corpos. Saberes esses que têm sementes no Movimento Negro, que, para Gomes (2018), é o sujeito central capaz de transformar o racismo e a regulação conservadora em emancipação. Cristal e Dú Pente, ao serem vozes do movimento negro na política institucional, têm anunciado alternativas no tocante aos processos de emancipação do corpo negro,

- a - Quando destacam que a trajetória do negro no Brasil produz saberes, dentre eles, os políticos, identitários e estético-corpóreos.
- b - Quando esse movimento socializa e destaca a presença do negro na história e atribui um significado político (e não exótico ou erótico) à corporeidade negra. (GOMES, p.100, 2018).

Consideramos assim que o corpo negro em diálogo com os saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro, nos saberes *estético-corpóreos* que produzem, é de grande potencial transformador e criador de possibilidades de releituras políticas, afirmativas e identitárias do corpo negro. Processos pungentes nas corpografias de Cristal e Dú Pente, em suas imersões políticas no espaço público.

3.5.2. Interseccionalidade.

Na seção anterior dialogamos sobre como o corpo negro vivencia uma tensão entre sua regulação e sua emancipação, dada as forças coloniais e abissais que agem sobre esses corpos. Nas corpografias de Cristal e de Dú Pente, percebemos como esses sujeitos em suas movimentações pela cidade têm fissurado muitas dessas forças reguladoras dos corpos negros, anunciando possibilidades de presentificação no mundo e caminhos para emancipação.

Todavia, entendemos que os processos reguladores ligados à dimensão da raça convergem e se acumulam com a dimensão de gênero, na produção das opressões. É necessário, portanto,

ao dialogarmos com histórias e corpografias de mulheres negras, lançarmos mão do conceito de interseccionalidade identificando confluências de gênero e raça nos processos que subalternizam corpos. Entendemos que,

a mulher negra é prejudicada com mais intensidade em detrimento das opressões sociais existentes, inclusive sendo alvo direto da violência, justamente por um dos fatores se tratar do desamparo jurídico. Na medida em que ignora as especificidades das mulheres negras, invisibiliza-se as opressões e afirma as violações. Nesse sentido, ela é vítima do racismo por ser negra e do machismo por ser mulher, não deixando de ignorar outros atravessamentos de classe, sexualidade e território que também marcam as realidades das mulheres negras. (VIEIRA, p. 70, 2019)

O conceito de interseccionalidade, cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, traz um paradigma teórico e metodológico que nasce no âmago do feminismo negro, sendo responsável por construções acadêmicas, jurídicas e políticas sobre “quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras” (AKOTIRENE, 2018).

Nesse sentido,

A interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez que no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, resignificadas pelas opressões. (AKOTIRENE, p. 41, 2018).

Sugere-se, nessa perspectiva, que a interseccionalidade lida com identidades marcadas pelo racismo, mas são atravessadas por outras condições estruturais, sendo importante percebermos como as diferenças culturais, as experiências territoriais e as realidades socioeconômicas atravessam o racismo. Nesse sentido, a “interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriacado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressão” (AKOTIRENE, p.42, 2018).

Falar de interseccionalidade, no entanto, não significa disputa ou somatório de opressões - mulher+negra+gorda+periférica, ainda segundo diálogos de Akotirene (2018). Ao contrário de somar identidades, a autora sugere que é necessário analisarmos,

quais condições estruturais atravessam corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2018, p. 39).

Essa proposição conversa com as contribuições de Collins (2016), que nos diz que as culturas das mulheres negras não são homogêneas sendo vivenciadas de maneiras distintas de acordo com a classe, faixa etária, regiões, sexualidade e contexto histórico. Podemos inferir que há distintas construções sociais e culturas das mulheres negras.

Sendo um conceito criado pela tradição feminista negra, partindo daí sua potência, a interseccionalidade, nesta pesquisa, nos convida a pensar recortes da corpografia de Cristal na cidade, sendo ela mulher, negra e trans. Nos convida a pensar nos atravessamentos e tensões de seu corpo político que são confluências das dimensões de raça e gênero.

Nesse sentido, ao se presentificar com sua identidade de mulher negra, percebemos na corpografia de Cristal, que desde a infância os processos de opressão que vivenciou perpassam pelas dimensões de raça, gênero e econômicas. Na vida escolar, além de enfrentar injúrias raciais, constantemente enfrentava processos de solidão, pois não conseguia fazer amigos, por ser negra e afeminada demais.

A questão estética também atravessa a corpografia de Cristal, num primeiro momento, ao negar seu cabelo crespo em processos de tentativa de anulação da estética negra. Na adolescência, ao passar pela transição de gênero, as opressões vivenciadas em seus espaços de vida passam a abarcar esse processo. Foi um tempo em que até onde era protegida do racismo, como em casa, no seio de uma família negra de sambistas e artistas da cultura afro-brasileira, viveu durante algum tempo, num contexto de negação de sua identidade pelos familiares.

As questões econômicas também condicionaram algumas vivências de Cristal. Como sabemos, a inserção da mulher negra no mercado de trabalho está marcada pelos mais baixos salários na pirâmide social e na ocupação dos cargos menos privilegiados. Ao mesmo tempo, as pessoas trans são expulsas das escolas, das universidades, dos espaços de formação profissional,

asseverando desigualdades assustadoras não apenas econômicas, mas também entre grupos identitários.

Nesse sentido, Cristal, sem trabalho fixo e diante do desejo de estudar moda, se submeteu à prostituição sem vontade, mas como estratégia para conseguir pagar a faculdade. Na faculdade, lidou com o estranhamento das pessoas em relação à sua identidade de gênero, sendo inclusive chamada pelo seu nome de batismo, demonstrações terríveis de transfobia, por muitos colegas e professores.

Como vimos em sua corpografia, foi nas ruas, em meio aos grupos culturais, às movimentações sociais, à ‘galera’ do carnaval, que Cristal foi reelaborando essas vivências e transformando-as em luta. Essa construção coletiva que perpassa as resistências presentes na corpografia de Cristal, nos espaços em que performa, nas Muitas e em outros coletivos sociais, nos blocos de carnaval, adensam a ideia de que a perspectiva da interseccionalidade,

dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente construída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar à marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de outros. (AKOTIRENE, p. 43, 2018).

Isso nos revela que a coletividade também atravessa as reinvenções de Cristal na luta pela emancipação do corpo negro feminino e nas suas ações pela cidade. Cristal também rompe com uma representação de mulher (branca e classe média) que ainda predomina na cena social, afirmando - se como mulher negra no espaço público da cidade.

Sendo assim,

A necessidade de representatividade da mulher negra é significativa, não somente nos espaços de representação midiática e educacional, mas também na ocupação de outros contextos, como nos cargos privilegiados, na política ou na universidade. É interessante reivindicar esses espaços, é importante, também, compreender que a mulher negra precisa ficar, conforme González (1982), no lugar que ela deseja estar. No entanto, para isso é fundamental que, nós mulheres negras, compreendamos esses lugares para que possamos tensioná-los. (VIEIRA, p. 77, 2019).

Ao se espalhar pela cidade, Cristal tem representado a mulher negra, distanciando-se de representações sociais que estigmatizam o corpo negro feminino. Como artista, como estilista, como assessora parlamentar, ou em espaços vários de militância das Muitas, Cristal tem combatido as forças que geram silenciamento das mulheres negras, ressaltando a importância de suas vozes, como defendeu Gonzales (1982).

Nesse sentido, ao representar as mulheres negras em espaço de poder, em espaços artísticos, em grandes festas como o carnaval, Cristal também fissa representações negativas sobre a mulher negra, construindo uma representação positiva, emergindo daí “uma postura política e social urgente nas realidades das mulheres negras, buscando em contextos antirracistas e antissexistas uma recontextualização histórica, na qual foram negadas a nós mulheres negras” (VIEIRA, p.75, 2019).

3.5.3. Corpos queer.

Nas corpografias com as quais dialogamos nessa pesquisa, Ed Marte nos apresenta elementos preciosos para pensarmos nos processos de mudança da cidade, segregada no campo econômico e identitário e cada vez mais despossuída de sentidos, como temos discutido. Além disso, a metrópole reflete um projeto urbano hegemônico que atua na construção de uma cidade-espetáculo, descorporificada, que aniquila sentidos, troca de saberes, derivas e possibilidades outras de pertencimento e circulação dos corpos no espaço urbano.

Ed Marte, como vimos, se identifica como não binário, de gênero livre, *queer*, expressão que faz referência “ao modo de vida adotado pelo artista, que desafia as noções de ‘verdade’ e questiona a existência de uma essência de masculino, uma essência de feminino e/ou uma essência do desejo” (CARNEIRO e PARAISO, 2017, p.2).

Quando ele insurge na cena urbana contemporânea, com seu corpo político, Ed Marte desloca processos sociais diversos. Esses deslocamentos passam pela identidade transgressora impressa em seu corpo em relação às normas de gênero, tomando como base as discussões de Louro (2004).

Essas transgressões, diante dos padrões hegemônicos que regulam os corpos, estão fortemente presentes nas performances que Ed Marte faz pela cidade. Somado a isso, essas transgressões com as quais Ed Marte imprime sua identidade *queer* na cidade, fortalecem os ativismos de gênero e sexuais que se relacionam à comunidade LGBTQI+, na medida em que pode mobilizar estratégias de combate à heteronormatividade que também regula corpos na cidade, pois são corpos distantes de seus padrões.

Lembro-me que numa tarde acompanhei, próximo à Praça da Rodoviária de Belo Horizonte, uma performance silenciosa de Ed Marte, vestido de noiva junto às *Diferentonas*. Pude perceber, em meio a centenas de transeuntes, que algumas pessoas paravam, observavam, respiravam, riam, ou seja, modificavam de alguma maneira o ritmo de seus corpos naquele espaço da cidade, simbólico pelas desterritorializações, simbólico por representar ferozmente a desigualdade da cidade.

A partir dessa cena e considerando o caráter dinâmico do território e sua constante fluidez, é possível perceber processos de *reterritorialização* causados a partir das performances *queer*, revelando o caráter político dessas manifestações artísticas, “ao promoverem estranhamentos, deslocamentos e modificações, mesmo que sutis e efêmeras, na paisagem urbana habitual. Elas instauram uma força de ruptura ao colocar em cena um novo mapa existencial, mais livre e reterritorializado” (CARNEIRO e PARAISO, 2017, p.2).

Para além dessas performances, Ed Marte se apoia em outras expressões da arte em suas lutas na cidade, como é o caso do coletivo “Filme de Rua”, ligado à produção cinematográfica, envolvendo adolescentes moradores de rua. Nessa ação, Ed evidencia também que seu ativismo vai além das fissuras que seu corpo causa no território da cidade, em trânsito entre lutas distintas, atravessado pela arte, seu corpo se torna um território de resistência importante na cidade. E, nesse sentido, “traçam linhas de fuga para além do Estado e das hierarquias, recusam-se a tornar-se modelos, resistem a captura. Instauram novas maneiras de ocupar os territórios. Inventam novos espaços-tempos” (CARNEIRO e PARAISO, 2017, p.9).

A dimensão do *artivismo* emerge com bastante força na corpografia de Ed Marte, sendo esse neologismo utilizado, não sem dissensos, para dizer sobre a relação da arte com a política, potencializando o papel da arte como resistência e subversão. Nesse sentido,

Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística - nomeadamente, pela proposição de cenários, paisagens e ecologias alternativas de fruição, de participação e de criação artística. (RAPOSO, p.3 2015).

De acordo com os aportes de Raposo (2015), podemos dizer que, nas ruas, a relação entre arte e política é mais explícita, se dando de forma mais visível e pragmática. As práticas arrivistas, como as performances *queer*, estão cada vez mais presentes nas ruas, inclusive nas ações dos novos movimentos sociais, como possibilidade de potencializar suas ações, na medida em que “permitem a qualquer pessoa motivada ganhar voz na esfera pública e tornar-se num ator político, aprofundando a democracia para além do sistema institucionalizado de partidos, sindicatos, associações patronais ou governos” (MOURÃO, 2015, p.8).

Dialogando com Julia Giovani (2015), o *artivismo* propõe sobreposições e intersecções entre a experiência estética do corpo e sua experiência política, assim como podemos perceber na corpografia de Ed Marte, ao se presentificar na cidade com práticas *artivistas* como instrumento de modificação da cidade, na medida em que desloca a centralidade das relações, dos movimentos dos transeuntes na cidade na paisagem urbana.

O corpo queer de Ed Marte também se apropria dos espaços de poder, ou seja, seu corpo transita entre as fronteiras da rua e dos espaços institucionais, na relação com a política eleitoral e a política que se efetiva com a presença de seu corpo nos espaços públicos. A esse respeito, o *artivismo* presente nas ações de Ed Marte assume ainda mais importância, porque,

A relação entre as formas de ação coletiva e a possibilidade de transformação das relações de poder se recoloca como problema vivo, [...]. Neste cenário, a emergência do termo *artivismo*, como categoria analítica, marca um interesse, político e teórico, em formas de ação coletiva cujo efeito e possíveis interpretações não se esgotam na taxonomia da provável orientação ideológica dos participantes, nem na possível funcionalidade que possam cumprir nos jogos político-eleitorais e midiáticos das democracias representativas, cuja explicação não termina na identificação dos fatores contextuais, históricos ou socioeconômicos que fomentaram sua erupção. Por um lado, trata-se de formas histórica e simbolicamente associadas ao ativismo, ao protesto, a irrupção de processos coletivos de auto-organização, denúncia e reivindicação de direitos, acirrados em momentos de crise econômica e social, que mesmo quando relativamente autônomos em relação às estruturas organizativas e instituições precedentes (partidos, sindicatos, movimentos setoriais), mobilizam recursos e repertórios próprios do campo de relações que nos acostumamos a chamar de 'política'. Ao mesmo tempo, trata-se de

experiências coletivas mal contidas pelas fronteiras convencionais da política em sentido estrito, formas de dissenso e reivindicação que mais se aproximam à dimensão cotidiana dos "modos de vida" e "contraculturas" do que das estruturas programáticas e ideológicas que o senso comum atribui aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que habitam o universo da ação e da organização política, trata-se de modos de intervenção notavelmente ligados a práticas experimentais próprias dos mundos da arte ou, em muitos casos, explícita ou implicitamente informadas pela história do deslizamento de práticas artísticas para fora do campo de autonomia que define a arte moderna, ao encontro de outras dimensões da vida social [...] (GIOVANNI, 2015, p. 14).

Ao dialogar com a corpografia de Ed Marte, percebemos que seus modos de intervenções no espaço são diversos, livres, alegres, festivos, mesmo em lugares onde as apropriações cotidianas passam longe disso no movimento da metrópole. O corpo *queer* de Ed Marte causa uma fissura tremenda nessas relações urbanas, pois desestabiliza ritmos e corpos que mecanicamente se movimentam pela cidade.

Colling (2016), elabora um panorama de questões que favoreceram a insurgência do *ativismo queer* no Brasil. Dentre elas, destaca o aumento do conservadorismo no país, denunciando que essas práticas são contra hegemônicas, indo contra a lógica conservadora. O *ativismo queer* também questiona as próprias normas do movimento LGBTIQ+, na medida em que ele ainda se conecta com parâmetros heteronormativos, criando diferenças dentro da própria comunidade e muitas vezes marginalizando corpos afeminados.

[...] o que temos percebido com mais intensidade nos últimos anos é a emergência de outros coletivos e artistas que trabalham dentro de uma perspectiva das dissidências sexuais e de gênero e que, ao mesmo tempo, explicitam suas intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política, em especial quando contrapostas às formas mais "tradicionais" usadas pelo movimento LGBT e feminista *mainstream*. Ao analisar o trabalho de algumas artistas, Lessa (2015) já aponta para algumas diferenças entre essas produções. Uso intenso de novas tecnologias e redes sociais, produções não voltadas para espaços fechados ou museus, mas para as ruas, festas e outros espaços públicos de sociabilidade facilmente acessados, horizontalidade das produções e, fundamentalmente: "as artistas, por meio dessas práticas, questionam o corpo, o sexo, e o modelo dessexualizado do contrato de casamento, propondo novas formas mais criativas de estar no mundo e de sentir a multiplicidade e o valor da liberdade para a vida" [...] (COLLING, 2016, p. 81).

A partir dessas considerações, é fácil perceber como o corpo *queer* pode contribuir com o ativismo no processo de democratização dos espaços públicos, no processo de transformação social da cidade. Em insurgências, eles se transformam em territórios de resistência, seja

individualmente ao se presentificarem de forma livre entre as trincheiras do masculino e do feminino, seja coletivamente, se conectando a lutas outras da cidade. Nesse sentido, eles se transbordam e transbordam os alcances de sua ação, transcorridas entre o território do seu corpo e de outros territórios urbanos que compõem a metrópole.

3.6. A emergência da diferença em corpos que se afirmam no espaço público.

Ao analisar as corpografias de Cristal, Dú Pente e Ed Marte, em suas relações com a cidade e observando as fissuras que têm causado na estrutura segregada da metrópole, emerge com força a dimensão da identidade, revelando, sobretudo, que as dimensões de raça e gênero influem de maneiras diversas nas experiências desses corpos na cidade.

Podemos refletir, apoiados nas reflexões de Gomes (2005), que ao lançar seus corpos políticos no espaço de maneiras várias, as identidades desses sujeitos são atravessadas por processos discursivos, materiais e simbólicos nas resistências que empreendem na cidade e nos espaços de poder em que afirmam suas presenças.

Pensar nesses corpos políticos e em como suas identidades fissuram o tecido urbano contemporâneo na construção de uma cidade outra, é entender a cidade como espaço de passagem e acolhimento de culturas diversas, não é só concreto. Mas a cidade acontece sob a apropriação de corpos que nela também expressam suas cosmovisões, suas relações com o mundo e com a vida.

As corpografias com as quais dialogamos apresentam identidades fluidas. Tomando como referência as contribuições de Stuart Hall, isso significa que as identidades se misturam com processos de mudança social. Sendo assim, mesmo que se anunciem de forma individual, são “multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas que podem se cruzar ou ser antagônicas” (HALL, p.108, 2003).

Nesse sentido, as identidades se atualizam constantemente, fluem em consonância com as mudanças da sociedade. Em conexão com a ideia de corpografia, do diálogo com corpos políticos, essa fluidez das identidades se dá na medida em que os trânsitos urbanos na relação do corpo com o espaço vão se resignificando e, por conseguinte, resignificando as identidades. O espaço muda o corpo, ao mesmo tempo em que corpo muda o espaço.

Emerge nessa construção a ideia de diferença, que embora seja descolada da identidade, convivem em mutualidade, pois são nas relações cotidianas com os outros que vamos ressignificando nosso corpo no mundo e percebendo as faltas que nos compõem, uma vez que “toda a identidade tem necessidade daquilo que lhe falta - mesmo que o outro que lhe falta seja outro silenciado e inarticulado” (HALL, 2003, p.110).

O diálogo entre identidade e diferença se torna importante em nosso estudo ao visualizarmos as ações das Muitas pela cidade e na construção e ressignificação que têm causado nos territórios urbanos. Isso pois, segundo contribuições de Silva (2000), esses conceitos se alocam dentro do campo dos “Estudos Culturais” que têm empreendido importantes estudos que articulam relações sociais, como as questões de classe, com as divisões sexuais que nos estruturam socialmente (SILVA, 2000).

É importante salientarmos as interdependências entre os conceitos de Identidade e diferença que se estabelecem por meio da linguagem, da nomeação do que é ou não é, sendo que a resposta se dá quase sempre por meio da comparação. Nesse sentido, concordamos com a ideia de que identidade e diferença, como resultados de cunho linguístico, são também resultados de

atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essenciais, que não são coisas que estão simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações culturais e sociais. (SILVA, 2000, p. 76).

O caráter fluido, indeterminado, maleável e poroso das identidades se sustenta, ao pensarmos que ela perpassa pelo campo da linguagem, sendo uma produção simbólica e discursiva, conforme Silva (2000). O que vai definir a construção simbólica e discursiva da identidade e da diferença, são os vetores de poder, dados nas relações cotidianas que são permeadas por relações de poder, sendo elas causadoras de clivagens nas experiências sociais, demarcando diferenciação e hierarquia entre os corpos.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”);

demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”). (SILVA, 2000, p. 81-82).

Nesse sentido, não podemos pensar em fixação de identidades, na medida em que para se definir uma identidade como norma, em determinado tempo e em determinado espaço, não deixa de ser uma tentativa de hierarquização dos sujeitos. Assim sendo,

À vista disso, tratar como norma é eleger uma identidade arbitrariamente, na medida em que as outras identidades são hierarquizadas em detrimento do enunciado da norma. Sendo assim, normalizar é atribuir características positivas a uma identidade, sendo que as outras serão avaliadas de modo inferior, estando em oposição à norma. (VIEIRA, p.57, 2019).

Isso implica na definição do que é ser normal ou não na sociedade contemporânea, visto que uma identidade “normal”, não ganha esse nome. Isso é, a noção de identidade edifica-se em sujeitos que se distanciam dos padrões hegemônicos, operados e disseminados no âmbito dos discursos e linguagens também hegemônicos que permeiam os espaços sociais, a mídia, os espaços de poder e de decisão política. Assim, o normal só existe se o anormal existir. Por isso, concordamos com Silva (2000), quando defende a não separação entre identidade e diferença, sendo uma espelho da outra.

Ao transportarmos essa ideia para a dinâmica das Muitas na cidade, focalizando as corpografias com as quais dialogamos podemos nos indagar. Como as identidades urbanas são produzidas? O que é ser normal na cidade? Como as identidades desses sujeitos se relacionam com as diferenças que levam os corpos a vivências tão distintas na cidade, umas marcadas pelo digno viver, outras pela marginalização e ocultação de seus corpos e culturas?

A cidade, como vimos, planejada nos moldes das cidades europeias, fez por segregar territórios não somente pelas condições socioeconômicas intensamente desiguais que caracterizam as cidades latino-americanas, de uma maneira geral. Mas demarcaram também padrões de cidadania, de comportamento social, de deslocamentos que foram orquestrados a partir de posições binárias.

[...] as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga

negativa. “Nós” e “Eles”, por exemplo, constituem uma típica oposição: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno das quais eles se organizam. (SILVA, 2000, p. 83).

Hoje, ser um “cidadão de bem” é se encaixar nesses padrões europeizados, recheados por processos de colonialidade que diretamente atingem a experiência dos corpos na cidade.

É daí que insurge a potência da identidade desses corpos políticos, quando se jogam em ações e movimentações várias na cidade, pois algo em comum entre eles, mesmo que as regulações de seus corpos sejam diferenciadas, é que não se encaixam nos padrões identitários da sociedade moderna, mesmo em territórios onde a diversidade é visivelmente presentificada, como nos grandes centros urbanos.

Quando esses corpos transitam por lugares que normalmente os rechaçam, revelando a violência a que são submetidos, eles criam novas representações de mundo, novas possibilidades de reprodução social da cidade, representando aqueles sujeitos que têm sua cidadania cerceada, pois estão longe dos padrões hegemônicos que atravessam as vidas urbanas e organizam a cidade. Assim, “o errante, em suas errâncias pela cidade, se confronta com os vários outros urbanos” (JACQUES, 2012, p.22).

Ao atuarem e se movimentarem também buscando representação, esses corpos evidenciam na cena urbana, os lugares sociais subalternizados. Isso tem um valor social importante, pois as representações tanto individuais quanto coletivas permitem fazer projeções de futuro. As representações.

Nesse sentido, é importante salientar que a dimensão da representatividade tem um lugar importante, na medida em que rompem com silenciamentos e fissuram imaginários de subalternização, exclusão e ocultamento de determinados corpos na cidade. Nesse sentido, as corpografias aqui discutidas, entre performances, apropriações, reterritorializações, discursos e errâncias, se apresentam como potentes territórios de resistência.

Esses corpos políticos, sejam em ações individuais ou coletivas, têm contribuído com o exercício da alteridade urbana a partir de suas *errâncias*, termo criado pela arquiteta Paola

Berenstein Jacques (2012) em seu livro “Elogio aos Errantes”, para dizer dos movimentos urbanos, realizados por sujeitos erráticos que nas brechas da cidade, vão anunciando possibilidades outras de fruição da vida urbana, de sonhos e desejos, assim como percebemos nas corpografias de Cristal, Dú Pente e Ed Marte.

A experiência errática afirma-se como possibilidade de experiência urbana, uma possibilidade de crítica, resistência ou insurgência contra a ideia do empobrecimento, perda ou destruição da experiência a partir da modernidade, levantada por Walter Benjamin e retomada por Giorgio Agamben, que radicaliza a questão ao sugerir o que seria uma expropriação da experiência. (JACQUES, p.20, 2012)

Ao considerarmos a experiência desses corpos políticos e ao considerarmos as lutas sociais que empreendem em suas experiências errantes, diante das relações urbanas, podemos entender que as formas com que esses corpos compartilham e transmitem suas experiências, “podem operar como potente desestabilizador de algumas das partilhas hegemônicas do sensível e, sobretudo, das atuais configurações anestesiadas dos desejos” (JACQUES, 2012, p. 11).

A experiência errante na cidade ainda se coloca como um vetor de resistência, pois permeia a cidade de experiências corporais, resistindo ao encontro de visões que destituem a experiência corporal da cidade e também a discursos, muitas vezes propositais, que expropriam a dimensão da experiência no ambiente urbano, alimentando a noção de cidade-espetáculo, esteticamente valorizada pelas estruturas urbanas, mas mortas de corporeidade e experiência.

Nesse sentido,

[...]a experiência não é totalmente destruída, mesmo nas condições mais inóspitas, que ela resiste pelas brechas e desvios e, assim, sobrevive quando compartilhada em narrativas urbanas [...] algumas narrativas errantes nos levam a pequenas resistências e insurgências da experiência urbana, muitas vezes invisíveis, escondidas, e, em particular, à experiência da alteridade na cidade. (JACQUES, p.13, 2012).

As experiências dos errantes na cidade são capazes de anunciar possibilidades outras no ato de compartilhar experiências, em pequenas ações, ou a partir de “micronarrativas” que contradizem as narrativas universais, que hegemonicamente vão se materializando na dimensão social do espaço urbano,

elas enfatizam as questões da experiência, do corpo e da alteridade na cidade e, assim, reafirmam a enorme potência da vida coletiva, uma complexidade e

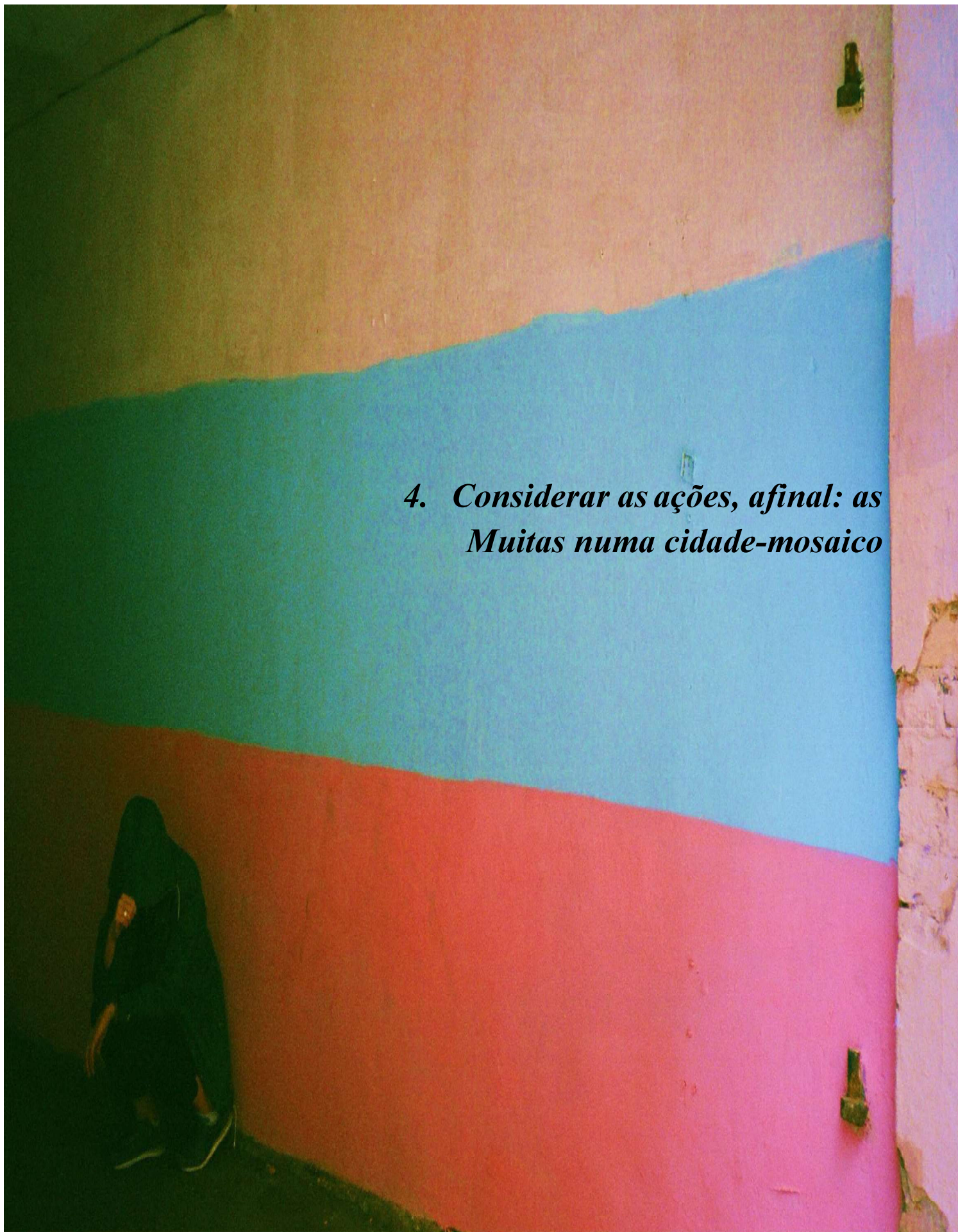
multiplicidade de sentidos que confronta qualquer “pensamento único” ou consensual, como o promovido hoje por imagens midiáticas luminosas e espetaculares das cidades. (JACQUES, p. 21-22, 2012).

Ao pensar nas *errâncias* como fissuras sociais urbanas, a perspectiva da alteridade está intrinsecamente colocada. Em nosso contexto, essa perspectiva ganha relevância, pois embora as *errâncias* de Cristal, Ed Marte e Dú Pente se relacionem com suas corpografias, ou seja, inicialmente de uma relação própria com espaço da cidade, elas acontecem buscando zonas de contato com outras identidades, reconhecendo através delas a diferença.

A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical. O errante vai de encontro à alteridade na cidade, ao Outro, aos vários outros, à diferença, aos vários diferentes; ele vê a cidade como um terreno de jogos e de experiências.(JACQUES, 2012, p 24).

Não podemos esquecer que esses sujeitos, ao comporem as Muitas, grupo diverso no que tange as pautas identitárias, buscam, nas tensões colocadas entre identidade e diferença, um eixo comum de ação que passa pela transformação das estruturas sociais extremamente segregadas da cidade. Transformações essas que cotidianamente enfrentam desafios, na diversidade de identidades que compõem o grupo, identidades essas que, nas trincheiras entre a rua e os espaços de poder, entre o vivido e o instituído, entre os movimentos sociais e a política eleitoral, não se realizam fora do encontro com o Outro.

***4. Considerar as ações, afinal: as
Muitas numa cidade-mosaico***



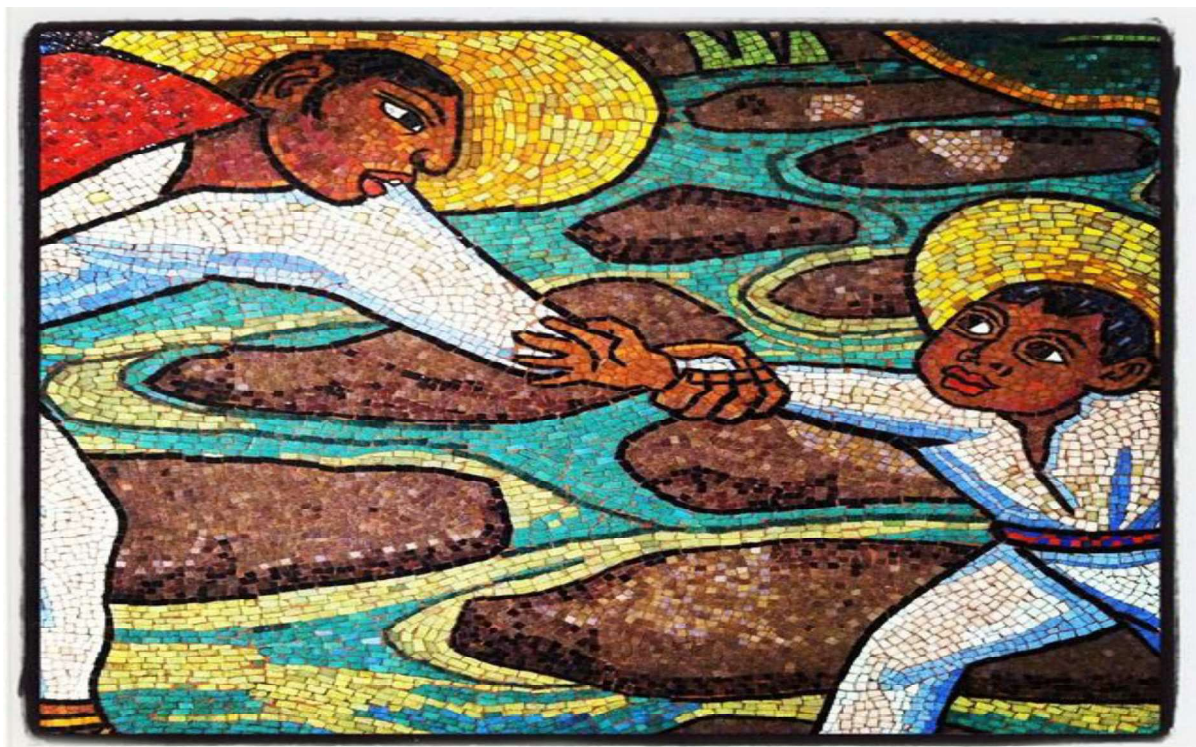


Figura 33: Banho en el Río” de Diego Rivera/Reprodução.

Fonte: Brasil de Fato. **Disponível em:** <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/25/mosaico-cultural-or-ha-59-anos-falecia-o-artista-diego-rivera-precursor-do-muralismo/>. **Acesso em:** 10/01/2020.

Ao retomarmos os aprendizados que obtivemos no diálogo com as Muitas durante os mais de quatro anos que acompanhamos alguns de seus percursos e ações políticas na cidade, além de nos aprofundarmos nas trajetórias de três de seus integrantes, vem no pensamento a imagem de uma cidade mosaico.

Por um lado, podemos interpretar que as peças dessa cidade mosaico são os *corpos territórios* sobre o espaço urbano, onde se aproximam buscando zonas de contato, buscando se encaixar nas brechas da cidade, no encontro com o outro. Nesse encaixe que nunca é perfeito, pouco a pouco, vão conformando e ressignificando territórios maiores, vão dando sentido à cidade, território constituído da junção de outros territórios. Por outro lado, se nessa reflexão pensamos no território da cidade como um todo, anteriormente aos *corpos territórios* que o constitui, nessa mesma cidade mosaico, as brechas se tornam fissuras, revelando as resistências de cada *corpo território* na construção do mosaico urbano.

Escolhi o mosaico do artista mexicano Diego Rivera²⁸ para anunciar o fechamento desta tese, pois embora ela não se remeta à imagem de uma cidade, é bastante significativa para pensarmos na construção política que as Muitas têm desenvolvido em Belo Horizonte, redesenhando o projeto urbano hegemônico, entre a apropriação das brechas e as fissuras que têm causado no território.

É significativo dialogar com esse mosaico de Rivera, a começar pelo fato de ser uma obra de arte nascida de um movimento de contestação importante na América Latina, se relacionando aos processos de *ativismo* desencadeados pelas Muitas, ao trazer a arte para a política, nas ações articuladas pela Gabinetona e em resistências e estratégias políticas que alguns sujeitos componentes do grupo desenvolvem abraçados com a arte.

As peças do mosaico, tão cheias de cores e tons, representam a diversidade de corpos e identidades que compõem as Muitas e se reverberam nos discursos e enfrentamentos políticos que esse coletivo tem empreendido na cidade. Ao mesmo tempo, esses corpos diversos, ao irem se aglutinando, vão criando territórios maiores, encontrando obstáculos maiores que residem nas relações de poder que atravessam as relações urbanas, os padrões de cidade e cidadania.

Ao observarmos a imagem como um todo, é explícito na relação do adulto e da criança que a compõe, o sentido da solidariedade, o sentido do que hoje está tão em evidência na esquerda política brasileira, o *ninguém solta a mão de ninguém*. Ao fundo dessa imagem de solidariedade na passagem de um obstáculo, o rio, também obstáculo, transcorre entre outros obstáculos, é um transcorrer da vida em resistência.

A insurgência das Muitas abarca a dimensão da solidariedade, sobretudo, nesse momento político histórico de avanço do conservadorismo e da extrema direita brasileira. Ao ser uma movimentação política que dialoga com pautas identitárias e reconhece a dimensão da diferença no tecido urbano, as Muitas insurgem na cidade como um território aglutinador de pautas contra hegemônicas.

²⁸ Artista comunista, integrante do movimento muralista mexicano. Esse movimento de caráter indigenista surgiu após a Revolução Mexicana de 1910. Os mosaicos de Rivera retratam a história do povo mexicano, desde a cultura Maia. Foi um dos artistas inspiradores de Frida Kahlo, além de seu companheiro.

Mas essa dimensão da solidariedade, que auxilia na passagem de obstáculos existentes na luta por uma cidade outra, não emerge sem conflitos, pois a cidade continua operando com seus padrões segregadores, mas que também encontram resistências em sua fruição, na ação dos movimentos de contestação social.

Como se movem as peças dessa cidade-mosaico? Como as Muitas ocupam as brechas da cidade e fissuram padrões hegemônicos de cidadania?

Percorrer essas perguntas, na tentativa de elucidá-las, nos remete ao início desta pesquisa, que se iniciou oficialmente no ano de 2016, mas já tinha sementes plantadas, na medida em que, como as Muitas, eu já havia me encontrado, em contextos e espaços de contestação social da cidade, com algumas daquelas pessoas que estavam compondo aquele grupo que até então se apresentava como *Muitxs - Cidade que queremos*. Essas interações nos levaram a tomar a decisão metodológica de trabalhar com a pesquisa militante, ao acompanhar a insurgência das Muitas na cidade, tendo também, como base, as contribuições da etnografia urbana.

No exercício de desenhar essa etnografia urbana militante, começamos a acompanhar as Muitas oficialmente em 2016, com o objetivo de captar as movimentações da campanha eleitoral. Nesse momento, estavam no auge as *Explosões Programáticas*, que desde 2015 vinham promovendo discussões nas redes sociais e nas ruas, criando encontros em espaços abertos da cidade, bicicletadas, misturando-se a festas de rua, a atividades artísticas, construindo plataformas políticas com a participação da população. Percebemos que o grupo era naturalmente fluido nessa época, havendo bastante rotatividade entre os participantes.

Rememoremos que o contexto político de Belo Horizonte nos últimos vinte anos é marcado pela insurgência de grupos de contestação social diversos, muitos deles, trazendo para a cena urbana pautas identitárias que perpassam as segregações presentes nos corpos de quem habita a cidade. As Muitas não deixam de ser um movimento catalizador dessas insurgências, ao abarcar a diversidade de pautas que elas trazem, atravessados pelo objetivo de se contrapor à maneira segregadora como a cidade vem sendo gerida nos últimos anos, reproduzindo amargas desigualdades, ao ser orquestrada pelo capital e pelos padrões de cidadania imperantes, frutos do colonialismo.

A insurgência das Muitas nesse cenário não foi sem conflitos, havendo representantes de alguns coletivos que abandonaram o movimento, devido a divergências políticas. A decisão de lançar candidatas numa campanha coletiva também apresentou conflitos, sendo os defensores dessa estratégia, algumas vezes, acusados de terem sido comprados pelo sistema.

Mas, a ideia da representatividade das populações marginalizadas nos espaços de poder e decisão, de onde historicamente foram enxotados alguns grupos sociais, como negras e negros, mulheres, indígenas, pessoas da comunidade LGBTQI+, ganhou adeptos que levaram as Muitas ao jogo político eleitoral, estando o grupo, a partir de 2017, presente na fronteira entre a regulação da política e a construção de outra política, uma posição extremamente tensa, tendo em vista a complexidade dos jogos políticos.

No campo teórico, ao lidarmos com a complexidade da relação das Muitas na construção da política municipal, operamos com um conjunto de referenciais que apontaram para elementos anticoloniais, contrários aos processos de segregação social que têm origem em nosso passado de colonização. Não ignoramos as diferenças conceituais entre os campos teóricos que utilizamos, como os campos decolonial, pós-colonial ou das epistemologias do Sul, mas optamos em não discutirmos suas especificidades, tendo em vista que não alteraria a análise dos dados.

Nesse sentido, nas reflexões teóricas que desenvolvemos, partimos do pressuposto de que os processos de colonialidade se reverberam no urbano de maneira específica, o que se relaciona ao processo histórico de constituição das grandes cidades no Brasil, determinando territórios urbanos segregados esteticamente, culturalmente, economicamente, racialmente e sexualmente. Por isso, vivências indignas são produzidas na urbe, o que leva à subalternização de determinados grupos sociais. Todavia, como consequência desses processos de colonialidade urbana, emergem ações de resistência vindas desses sujeitos, quando em reação, não aceitam a subalternidade a eles conferida, a exemplo das Muitas.

Ao chegar na Câmara Municipal, as Muitas constroem significados outros para aquele espaço, ao quebrar os muros entre gabinetes, construindo a chamada Gabinetona. Esse nome revela o tom dado ao mandato que iria se iniciar, de caráter aberto e popular, preservando o discurso veiculado pelo grupo em campanha eleitoral. Destaca-se que grande parte das candidatas a

vereadoras do grupo foi atuar na Gabinetona, levando as experiências de seus coletivos e de seus corpos políticos para a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Inaugurou-se na cidade a *covereança* de Cida Falabella com Bella Gonçalves, representante das Brigadas Populares, que foi a primeira suplente a vereadora pela Frente de Esquerda Socialista, legenda que as Muitas se vincularam na disputa das eleições municipais de 2016.

Destaca-se que a Gabinetona enfrenta resistências na Câmara Municipal, devido ao *cisheteronormativismo* branco que impera naquele lugar, pois corpos negros, de mulheres, LGBTQI+, indígenas, não parecem ter nascido para ocupar aquele espaço. Foram diversos eventos que acompanhei com as Muitas na Câmara Municipal, onde ataques racistas, lgbtfóbicos, misóginos, achincalharam tanto as vereadoras, quanto outros integrantes da Gabinetona.

À medida que as Muitas foram se movimentando na Câmara Municipal construindo o desenho de suas ações, percebemos que seus modos de fazer política foram atravessados pelas dimensões de classe, raça e gênero, com forte ligação com a arte. Além disso, a relação próxima com os movimentos sociais aproxima as Muitas das reais demandas sociais da cidade.

Vale ressaltar que as ações das Muitas são muitas e não se limitam a essas dimensões aqui levantadas. Outras pautas também importantes são enfrentadas pelo grupo, como a questão ambiental e da legalização da maconha, por exemplo.

No que tange à dimensão de classe, destaca-se o fato das Muitas contribuírem com a diminuição dos privilégios dos políticos ao doarem trinta por cento do salário das vereadoras para iniciativas sociais e culturais da cidade. Desse modo, ao mesmo tempo que impulsionam um debate sobre os altos salários dos políticos, alimentam iniciativas sociais e culturais da cidade, através do “*Cê Fraga?*”, que se realiza em territórios diversos, atingindo as nove regionais administrativas de Belo Horizonte e alguns municípios da Região Metropolitana. Essa ação ainda contribui para cartografar iniciativas sociais e culturais potentes da cidade, mas desconhecidas pela população.

Ainda no que se refere ao atravessamento de classe, as Muitas têm atuado com força na questão da especulação imobiliária, ponto nevrálgico na produção das desigualdades econômicas nas

grandes cidades. O diálogo próximo das Muitas com os movimentos de ocupação urbana, que é um dos eixos de seu mapa de lutas, tem gerado fissuras e resistências importantes para as populações das ocupações urbanas.

A dimensão da raça emerge na política das Muitas nos campos da identidade e da representação, tendo em vista que a Gabinetona tem muitos integrantes que fazem parte do movimento negro.

No Seminário de Segurança Cidadã, o posicionamento das Muitas denunciou com veemência o quanto a política de segurança pública é falida e grande responsável pelo genocídio da juventude negra. O discurso antirracista também tem sido disseminado em espaços vários da cidade pelas Muitas, uma vez que a questão racial também faz parte do mapa de lutas que organiza as ações do grupo na cidade.

Os atravessamentos de gênero na movimentação das Muitas se relacionam ao campo da identidade feminina e da população LGBTQI+ da cidade, sendo os dois grupos eixos do mapa de lutas da Gabinetona. O posicionamento de gênero está explícito no próprio nome, Muitas, que já foi *Muitxs*, representando todas as expressões de gênero. Mas, na época do impeachment da Presidente Dilma Roussef se transformou em Muitas, anunciando que o feminismo é um posicionamento crítico e político do grupo. A questão LGBTQI+ também é um dos eixos do mapa de lutas da Gabinetona, no combate as opressões de gênero na cidade, nesse caso, no combate a LGBTQIfobia.

Ao identificarmos as dimensões de classe, raça e gênero como atravessamentos centrais das ações das Muitas, podemos inferir que o grupo tem construído políticas contra hegemônicas na cidade, ao pensarmos que são justamente essas dimensões, através dos processos de colonialidade que produzem apagamentos e segregações sociais. De alguma maneira, ao atravessarem a política das Muitas, essas dimensões promovem deslocamentos nas relações produzidas no espaço urbano.

Esses atravessamentos também contribuem para que posições binárias que existem em relação a classe, raça e gênero sejam ressignificadas. Em nosso contexto, por exemplo, não há como não falar de uma mudança social da cidade se não abordarmos o processo de acumulação capitalista do espaço nos grandes centros urbanos, bem como a especulação imobiliária que

gera miséria e aumenta assustadoramente a população de rua, o emprego informal e as atividades ilícitas, como o tráfico de drogas.

Ao mesmo tempo, não tem como falar de uma modificação na estrutura social da cidade se não discutirmos o genocídio da população negra, políticas de saúde para mulheres, ou estratégias de enfrentamento ao estupro e à LGBTIQfobia, por exemplo. Nesse sentido, tanto classe, quanto raça, quanto gênero são dimensões da vida social que precisam ser consideradas nos processos de transformação social, mas sem hierarquizações, sendo necessário observar, como e onde esses processos atuam, sejam isolados ou concomitantemente.

Essas inquietações nos impeliram a adentrar nas trajetórias urbanas de três integrantes das Muitas; Cristal, Dú Pente e Ed Marte que consideramos corpos políticos, a fim de refletirmos sobre como as regulações de classe, raça e gênero atuam em suas vidas e como essas dimensões atravessam suas relações com a cidade. Para tanto, construímos corpografias desses corpos políticos. Corpografias que revelam a relação que estabelecem com a cidade e que a cidade estabelece com eles. Corpografias que não dizem só sobre o presente, mas anunciam processos sociais urbanos, a partir da memória do corpo na cidade, entre fluxos, apropriações e errâncias transformadoras.

Ao nos aproximarmos das corpografias de Cristal e Dú Pente, refletimos sobre os processos de regulação e emancipação do corpo negro, dada as experiências de racismo que na cidade atravessaram esses corpos desde a infância. Identificamos também, em suas ações na cidade, denúncias sobre os discursos subalternizantes sobre o corpo negro veiculados fortemente nos espaços sociais, bem como na produção de saberes produzidas por esses corpos quando circulam pela cidade atuando no combate ao racismo.

Em relação a Cristal, lançamos mão do conceito de interseccionalidade, nascido no seio do feminismo negro, para interpretar recortes de sua corpografia. Essa chave metodológica nos permite analisar como o racismo se remodela ao se interconectar com as dimensões de classe social e gênero. Identificamos que tanto as opressões de classe, quanto de gênero, aliadas ao racismo, em algum momento foi agente regulador do corpo de Cristal, sejam atuando juntos ou separados. Discutimos também na corpografia de Cristal como ela tem, na sua arte, nas Muitas, no Movimento Negro e no Movimento LGBTQI+, desestabilizado uma representação

hegemônica de mulher (branca e classe média) com sua presença afirmativa de mulher negra no espaço público da cidade.

Quando conversamos com a corpografia de Ed Marte, o que emerge com força é a liberdade de seu corpo *queer* na cidade, que transita pelos territórios urbanos intervindo no espaço de maneiras diversas, livres, alegres, festivas, teatrais, no cruzo entre o ser feminino e o ser masculino. Nessas intervenções que empreende na cidade, vai desestabilizando ritmos e corpos, causando assimetrias urbanas positivas.

Algo que atravessa de maneira comum as trajetórias de Cristal, Dú Pente e Ed Marte é o caráter errante de suas ações, tomando a *errância* como possibilidade de crítica e resistência nas experiências com a cidade, possibilidades de transformações no espaço urbano. Ao consideramos os corpos políticos com os quais dialogamos como errantes e percebendo suas potências, podemos inferir que eles representam importantes vetores de resistência e insurgência, recheando a cidade de experiências corporais.

Conhecer esses três corpos políticos em relações que eles experenciam com a cidade, nos espaços em que circulam, na Câmara Municipal, nos leva a refletir sobre a emergência da identidade e da diferença no espaço público. Isso, pois nos estudos sobre identidade que perseguimos, vimos que o conceito de identidade deve se dar junto ao da diferença, pois, fora do reconhecimento do outro, a identidade também pode criar hierarquizações sociais.

Nesse sentido, identificamos nas corpografias que estudamos uma forte dimensão identitária, que se expressa via corporeidade e manifestações da arte, mas sempre buscando o outro, na realização do exercício da alteridade. Refletimos que isso também acontece porque as políticas das Muitas estão sendo construídas por corpos que diretamente experienciaram segregações na cidade, ou seja, conhecem de perto a realidade da metrópole e hoje se presentificam nos lugares de poder e decisão política.

O diálogo entre as ações das Muitas e as corpografias de corpos políticos nos revelam muitas potências que talvez não tenham sido contempladas na análise dessa tese, mas fazem por emergir pontos interessantes, convidativos à reflexão e também como temas para novas

pesquisas que objetivam vislumbrar processos, experiências e contextos que buscam romper com condições sociais que geram apagamentos e opressões.

A partir de todos esses diálogos que realizamos, não há como negar a potência das Muitas nas mudanças sociais da cidade, nas resistências frente aos discursos hegemônicos que permeiam a política eleitoral, bem como no seu intuito de unir pautas de esquerda num país que se vê cada vez mais polarizado. A potência das Muitas também se encontra no anúncio de outros mundos, já que suas construções políticas são construídas a partir das vivências de grupos sociais marginalizados na cena social contemporânea.

Quanto aos desafios, refletimos que as tensões que demarcam a insurgência das Muitas em Belo Horizonte se relacionam às acirradas tensões acontecidas na cidade nos últimos anos entre os movimentos sociais e a política municipal. Tensão essa que fez por multiplicar e diversificar os movimentos de contestação social da cidade, fazendo por emergir posições contrárias às Muitas dentro do próprio campo da esquerda.

Mas acreditamos que não há transformações sem embates, por isso, mesmo diante do argumento da conciliação, ou de adaptação ao sistema, a existência das Muitas como grupo que atua nas fronteiras das ruas e do instituído, faz por emergir um debate acerca de caminhos políticos que possam combater os retrocessos sociais que o país está passando no momento atual da história, abrindo, assim, um profícuo campo de pesquisa e análise.

***5. Referências Bibliográficas: por cidades e mundos
que queremos.***

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 11, p. 89-117, agosto. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 set. 2018.

BERGO, Renata. Silva. **Reinventando a escola**: ideais, práticas e possibilidades de um projeto socioeducativo. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BARROS, José. Márcio. **Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata**. Belo Horizonte: Editora Puc-Minas, 2005.

BRINGEL, Breno. Ativismo Transnacional, o Estudo dos Movimentos Sociais e as Novas Geografias pós coloniais. **Estudos de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2010.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, vol. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

BRITTO, Fabiana Dultra. Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 12 – 23.

CAMPOS, Antônia, M; J, MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio, M. **Escolas de Luta**. São Paulo: Editora Veneta, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. In: **Cidades**, v. 4 n. 6, p. 45-60, 2007.

CARNEIRO, Gláucia C. PARAISO, Marluce A. **Presença Permeável com Ed Marte**: performance queer e desterritorializações de gênero no currículo da cidade. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (anais eletrônicos), Florianópolis, 2017, 12p.

CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. **Além dos Muros da Escola**: uso de espaços extraescolares na experiência do Programa Escola Integrada/PEI - o caso do Parque Lagoa do Nado em Belo Horizonte/MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. **A Escola, o Bairro e a Cidade: processos de construção de territórios educativos na perspectiva da Educação Integral**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

COLLING, Leandro. A emergência do ativismo da dissidência sexual e de gênero no Brasil da atualidade. In: GARCÍA, Paulo César; THÜRLER, Djalma (Org.). **Erotização da política e a política do desejo: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera**. Salvador, EDUNEB, p. 74-86, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** - vol. 31. nº 1 jan./abr. 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 18/04/2019.

CORSARO, W. **Friendship and peer culture in the early years**. Norwood, N.J: Ablex. 1985.

DOMINGUES, João Paulo Mariano. **Insurgências Juvenis no Carnaval de Rua em Belo Horizonte: o bloco Seu Vizinho e a luta pela emancipação do território**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Clacso - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf.

FANON, Frantz. Racismo y Cultura. In: **Por la Revolución africana**. Fondo de Cultura Económica, México. p.38-52, 1965.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIOVANNI, Julia Ruiz di. Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo. In.: **Cadernos de Arte e Antropologia**. Dossiê Ativismo: políticas e performances políticas na rua e na rede. vol. 4, n. 2, p. 13-27, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política, vol. 10, n. 18, p.133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, p. 39 – 62, 2005.

GONZÁLEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Carlos Hasenblat. Rio de Janeiro, marco Zero, 1982. Vol. 3. 115 p.

GUIMARÃES, B.M. **Favelas em Belo Horizonte - tendências e desafios**. Análise & Conjuntura, Belo horizonte, v.7, n. 2 e 3, mai./dez. 1992.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et alii. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; NOGUEIRA, Maria Luiza Magalhães. Cidade-Corpo. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.54-77, jan./jun. 2013.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. **Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade**. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Espaço e teatro, do edifício teatral à cidade como palco. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 182 – 192, 2008.

JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra. **Corpo e Cidade: complicações em processo**. Revista UFMG, belo horizonte, v.19, n.1 e 2, p.142-155, jan./dez, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (orgs.). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA. p. 117 – 139, 2006.

LANSKY, Samy. **Na Cidade, com crianças: uma etno-grafia espacializada**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço y política**. Barcelona: Península, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo. Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo. Centauro, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. 2 ed. São Paulo, Editora Suscite, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, n.49, p. 11-29. Jun, 2002.

MOURÃO, Rui. Performances artivistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol. 4, nº 2, p. 53-69, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/938>. Acesso em: 02/01/2020.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira Oliveira. **Uma “Praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de Jovens em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de; MENESSES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, 2010.

RAPOSO, Paulo. “Artivismo”: articulando dissidências , criando insurgências. **Cadernos de Arte e Antropolgia**, vol.4, nº2, p. 3-12, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/909>. Acesso em: 02/01/2020.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Síntese do Debate - Espaço e Estado: Políticas Urbanas em Discussão. In: CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Gerai gês (orgs.). **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. Contexto. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Arlete Moyses. A Cidade como Direito. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. **Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y alternativas desde a Geografía y las Ciencias Sociales**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007.

RODRIGUES DE CARVALHO, Monique. Centro de Teatro do Oprimido: os novos movimentos sociais e sua atuação no contexto biopolítico da sociedade de controle. In: **Anais do II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/604.pdf>. Acesso em: 01/01/2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo. Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Cortez, p.31-83, 2010.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: CARDOSO, Ruth; KEHL, Maria Rita; BUCCI, Eugênio; DINES, Alberto; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; TELLES, Lygia Fagundes; PIÑON, Nélida; CHAUÍ, Marilena; DALLARI, Dalmo; SANTOS, Milton; KOVADLOFF, Santiago. **O preconceito**. São Paulo: IMESP, p . 33-44, 1996-1997.

SHERER-WARREN, Lise. **Movimentos Sociais e pós-colonialismo na América Latina**. Ciências Sociais, Unisinos. v. 46, nº1, p. 18-27, 2010.

SILVA, Tomaz. Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Noeli Turle da. **Teatro Legislativo e Racismo**: arte, política e militância. Repertório, Salvador, ano 20, n. 29, p. 146-162, 2017.2. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/viewFile/25464/15582>. Acesso em: 01/01/2020.

SIMAS, Luz; RUFINO, Luiz. **Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas**. Mórula. Rio de Janeiro, 2018.

SOETERIK, Inti Maia; SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Escalas de Ação Políticas e Movimentos Sociais: o caso do movimento negro brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo. **Geographia**. ano 17. N°33, vol.1. p 69-97, 2015.

VIEGAS, Maria Ivanice de Andrade. **Consonâncias e Dissonâncias da Grande Sinfonia: os sentidos e conteúdos da vida urbana nos acordes da metrópole contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

VIEIRA, Luciléia da Silva. **Guerreiras aquelas que nasceram nas trincheiras: representatividade e ressignificação nas vozes das Meninas da Terra**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. London: Duke, 2004.